UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Campus – Dom Pedrito

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

Dom Pedrito

Janeiro, 2025

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO –

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

- Reitor: Edward Frederico Castro Pessano
- Vice-Reitor: Francéli Brizolla
- Pró-Reitora de Graduação: Elena Maria Billig Mello
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Fábio Gallas Leivas
- Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação: Ana Paula Manera Ziotti
- Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Franck Maciel Peçanha
- Pró-Reitor de Desenvolvimento e Assistência Estudantil: Honoria Gonçalves Ferreira
- Pró-Reitor de Planejamento, Administração e Infraestrutura: Paulo Fernando Marques Duarte Filho
- Pró-Reitora Adjunta de Planejamento, Administração e Infraestrutura: Gelsa Mara Nascimento de Mora
- Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Eder Pereira da Silva
- Pró-Reitora de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão: Claudete da Silva Lima Martins
- Procurador Educacional Institucional: Michel Rodrigues Iserhardt
- Diretora do Campus: Nádia Fátima dos Santos Bucco
- Coordenador Acadêmico: Algacir José Rigon
- Coordenador Administrativo: Marcelo Chibiaqui Cunha
- Coordenador do Curso: Osmar Manoel Nunes
- Coordenadora Substituta: Alice Munz Fernandes
- Núcleo Docente Estruturante: Alice Munz Fernandes, Cláudio Marques Ribeiro, Janaína Wohlenberg, Juliano Luiz Fossá, Osmar Manoel Nunes e Sérgio Ivan dos Santos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz curricular do CST Agronegócio.....50

Quadro 2 – Constituição da matriz de componentes curriculares obrigatórios do CSTA.....52

Quadro 3 – Síntese do tempo de experiência profissional dos docentes do CSTA 146

Quadro 4 – Síntese de perfil docente do CSTA (Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional).....148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição da carga horária exigida para integralização do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio 48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACEE	UNIPAMPA Cidadã
ACG	Atividade Complementar de Graduação
APPCC	Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
CAC	Comissão de Avaliação do Curso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CC	Comissão de Curso
CCA	Comissão Central de Avaliação
CFA	Conselho Federal de Administração
CLA	Comitê Local de Avaliação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSUNI	Conselho Universitário
CORDEG	Coordenadoria do Desenvolvimento do Ensino de Graduação
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CSTA	Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DE	Dedicação Exclusiva
DIT	Divisão de Inovação Tecnológica
EMATER	Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAPERGS	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior

LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NInA	Núcleo de Inclusão e Acessibilidade
NuDE	Núcleo de Desenvolvimento Educacional
PAPE	Programa de Apoio a Estudantes em Eventos
PASP	Projeto de Apoio Social e Pedagógico
PBL	*Problem Based Learn*
PDA	Programas de Desenvolvimento Acadêmico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PET	Programa de Educação Tutorial
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PROGRAD	Pró-Reitora de Graduação
PROPPI	Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
SBCS	Sociedade Brasileira de Ciência do Solo
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIEPE	Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO **10**
APRESENTAÇÃO **12**
1 CONTEXTUALIZAÇÃO **13**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA 13
1.1.1 Missão **15**
1.1.2 Visão **15**
1.1.3 Valores **15**

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO 18

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO 20
1.3.1 Justificativa **20**
1.3.2 Histórico do Curso **22**

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO 24
1.4.1 Administração do Campus **27**
1.4.2 Funcionamento do Curso **28**
1.4.3 Formas de Ingresso **30**
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA **34**

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO 34
2.1.1 Políticas de Ensino **37**
2.1.2 Políticas de Pesquisa **38**
2.1.3 Políticas de Extensão **41**

2.2 OBJETIVOS DO CURSO 43

2.3 PERFIL DO EGRESSO 43
2.3.1 Campos de Atuação Profissional **45**
2.3.2 Habilidades e Competências **46**

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 47
2.4.1 Requisitos para Integralização Curricular **47**
2.4.2 Matriz Curricular **48**
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais **54**
2.4.4 Flexibilização Curricular **54**
2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação 55
2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação (ACGs) 57

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica 58
2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos 59
2.4.5 Migração Curricular e Equivalências 59
2.4.6 Estágio Não Obrigatório 61
2.4.7 Práticas Profissionais 63
2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso 64
2.4.9 Inserção da Extensão no Currículo do Curso 65
2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO 69
2.5.1 Interdisciplinaridade 71
2.5.2 Práticas Inovadoras 71
2.5.3 Acessibilidade Metodológica 73
2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino e Aprendizagem 76
2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM 77
2.7 APOIO AO DISCENTE 79
2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 83
3 EMENTÁRIO 87
3.1 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS 87
3.1.1 Componentes Curriculares do Primeiro Semestre 87
3.1.2 Componentes Curriculares do Segundo Semestre 92
3.1.3 Componentes Curriculares do Terceiro Semestre 98
3.1.4 Componentes Curriculares do Quarto Semestre 104
3.1.5 Componentes Curriculares do Quinto Semestre 109
3.1.6 Componentes Curriculares do Sexto Semestre 115
3.1.7 Componentes Curriculares do Sétimo Semestre 119
3.2 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 125
4 GESTÃO 135
4.1 RECURSOS HUMANOS 135
4.1.1 Coordenação Acadêmica 135
4.1.2 Coordenação de Curso 137
4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE) 140
4.1.4 Comissão de Curso 142

4.1.5 Corpo Docente **143**

4.2.1 Espaços de Trabalho **149**

4.2.2 Laboratórios **155**

4.2.3 Biblioteca **156**

REFERÊNCIAS 158
APÊNDICES 160
APÊNDICE I – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO 161
APÊNDICE II – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO 166
APÊNDICE III – REGULAMENTO DA COMISSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO 169
APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO 173
APÊNDICE V – FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO.... 179
APÊNDICE VI – FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO... 180
ANEXO I – TRECHO DAS NORMAS ACADÊMICAS DA UNIPAMPA SOBRE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO 181
ANEXO II – MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO 185

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

- Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA
- Natureza Jurídica: Fundação Federal
- Criação/Credenciamento: Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) em 14 de janeiro de 2008
- Credenciamento EaD: Portaria MEC nº 1.050, de 09 de setembro de 2016, publicada no D.O.U. em 12 de setembro de 2016
- Índice Geral de Cursos (IGC): 4
- Site: www.unipampa.edu.br

REITORIA

- Endereço: Avenida General Osório, n.º 900
- Cidade: Bagé/RS
- CEP: 96400-100
- Fone: + 55 53 3240-5400
- Fax: + 55 53 32415999

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

- Endereço: Rua Melanie Granier, n.º 51
- Cidade: Bagé/RS
- CEP: 96400-500
- Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)
- Fone: + 55 53 3242-7629 5436 (Geral)
- E-mail: prograd@unipampa.edu.br

CAMPUS DOM PEDRITO

- Endereço: Rua Vinte e Um de Abril, nº 80, B. São Gregório
- Cidade: Dom Pedrito/RS
- CEP: 97450-000

- Fone: +55 (53) 3243-7300
- E-mail: dompedrito@unipampa.edu.br
- Site: https://unipampa.edu.br/dompedrito/

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

- Área do conhecimento: Ciências Agrárias
- Nome do curso: Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio
- Eixo tecnológico: Recursos Naturais
- Grau: Tecnológico
- Código e-MEC: 122052
- Titulação: Tecnólogo(a) em Agronegócio
- Turno: Noturno
- Integralização: 7 semestres
- Duração máxima: 14 semestre
- Carga horária total: 2.500 horas
- Periodicidade: semestral
- Número de vagas (autorizadas): 50
- Modo de ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU) entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição
- Data de início do funcionamento do curso: 09 de março de 2009
- Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso:

  Autorização – Ata nº 10 de 29/10/2008 do Conselho de Dirigentes
  Reconhecimento de Curso – Portaria MEC 40 de 19/04/2012
  Renovação de Reconhecimento – Portaria MEC 822 de 30/12/2014
  Renovação de Reconhecimento – Portaria MEC 948 de 30/08/2021
  Renovação de Reconhecimento – Portaria MEC 110 de 04/02/2021

- Página web do curso: https://cursos.unipampa.edu.br/cursos/agronegocio/
- Contato: dpta@listas.unipampa.edu.br

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito, possui por finalidade apresentar a atual estrutura didático-pedagógica, perfil do egresso, infraestrutura para oferta do curso, entre outros. Vale salientar que a Comissão de Curso (CC), o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Comissão de Avaliação do Curso (CAC) e a Coordenação de Curso trabalham na busca de constantes melhorias do curso e, consequentemente, na formação de egressos cada vez mais qualificados para o mercado de trabalho e que atendam ao perfil desejado.

Estas quatro unidades do curso estão cientes de que devem estar atentas à manutenção da qualidade e excelência do ensino acadêmico, comprometidas não somente com os egressos, mas também atendendo aos anseios da sociedade e da comunidade local, que deposita intensa expectativa em uma universidade federal. Isso se evidencia a partir da estrutura física implantada para o funcionamento da UNIPAMPA Campus Dom Pedrito, em um município e numa região nos quais os investimentos públicos são limitados.

Referindo-se à região de abrangência da UNIPAMPA, ressalta-se que o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio está implantado em um município essencialmente agrícola, cujas atividades econômicas latentes correspondem a produção de bovinos, ovinos e equinos, bem como o cultivo orizícola, de soja e, mais recentemente, a viticultura.

Dessa forma, tendo em vista o dinamismo do Agronegócio, o curso busca formar profissionais para atuarem com excelência nessa área e, para tanto, está constantemente redimensionando e projetando o curso frente às mudanças que ocorrem. Então, este documento apresenta a estruturação do curso frente às novas demandas existentes, tais como a curricularização da extensão e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que contemplam os cursos superiores em tecnologia. Também contempla a remodelação diante das análises advindas de avaliações externas como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e as pesquisas realizadas com os egressos, visando a sua melhoria contínua.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao contextualizar-se a UNIPAMPA, identifica-se aqui a inserção da instituição na realidade regional, a justificativa, a legislação e a história da profissão e, finalmente, a relação deste Projeto Pedagógico de Curso com o Projeto Institucional da UNIPAMPA.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa é uma universidade multicampi que foi implantada na política de expansão e renovação das instituições federais de educação superior.

A UNIPAMPA abrange amplo território do agronegócio gaúcho, em região de solos férteis e profundos, com extensas várzeas de topografia relativamente plana, que facultam a produção de lavouras irrigadas ou pecuária. No entanto, a mesma região do Pampa possui problemas de desenvolvimento socioeconômico, característicos da chamada “metade sul” do Rio Grande do Sul.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), o reconhecimento das condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade nesta região do Pampa Gaúcho motivaram a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma instituição federal de ensino superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na sequência, em 22 de novembro do mesmo ano foi firmado um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado.

Coube à UFPel implantar o campus de Dom Pedrito, além dos campi de Jaguarão, de Bagé, de Caçapava do Sul e de Santana do Livramento. As universidades tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos dessas novas instituições, entre eles os Cursos de Zootecnia e o Curso Superior de

Tecnologia em Agronegócio.

Em 16 de março de 2007 foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA e em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo: A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. Nessa data, os dez campi da UNIPAMPA somavam 2.320 alunos, 180 docentes e 167 servidores técnico-administrativos. Ainda em janeiro de 2008, foi dada posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições tutoras, visando consolidar a Universidade Federal do Pampa.

Implantada em uma região que predomina a produção primária e que, como qualquer outra região apresenta problemas sociais e de desenvolvimento socioeconômico, a UNIPAMPA busca, por meio da formação de mão de obra qualificada, e sua estrutura multicampi, ao integrar com os atores locais e conhecer a realidade social local, promover o desenvolvimento da região.

Segundo o PDI 2019-2023, “desde sua criação, a UNIPAMPA foi direcionada para oportunizar acesso à educação superior pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, especialmente para comunidades que, historicamente, estiveram à margem desse direito. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH, PIB e IDEB, por exemplo) reforça a convicção de que o conhecimento é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as aspirações da Universidade, que deve ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que possam extrapolar as barreiras da regionalização, lançando-a, cada vez mais, para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição bem como para a definição de sua missão e da sua visão de futuro”. O mesmo documento apresenta como missão institucional que: “A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e

internacional". Também, a instituição "busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo".

1.1.1 Missão

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

1.1.2 Visão

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

1.1.3 Valores

- ♣ Ética;
- ♣ Transparência e interesse público;
- ♣ Democracia;
- ♣ Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- ♣ Garantia de condições de acessibilidade;
- ♣ Liberdade de expressão e pluralismo de ideias;
- ♣ Respeito à diversidade;
- ♣ Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;
- ♣ Ensino superior gratuito e de qualidade;
- ♣ Formação científica sólida e de qualidade;
- ♣ Exercício da cidadania;
- ♣ Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico;
- ♣ Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica;
- ♣ Desenvolvimento regional e internacionalização;

♣ Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e

♣ Qualidade de vida humana (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2019).

Atualmente, 66 cursos presenciais e seis a distância encontram-se em funcionamento:

Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados);

Campus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (bacharelados); Física, Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras-Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (licenciaturas).

Campus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (bacharelados); Mineração (tecnológico).

Campus Dom Pedrito: Agronegócio (tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (licenciaturas); Enologia e Zootecnia (bacharelados).

Campus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (bacharelados); Matemática (licenciatura).

Campus Jaguarão: Gestão de Turismo (tecnológico); História, Letras-Espanhol e Literatura Hispânica, Letras-Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras-Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD/UAB (licenciaturas), Produção e Política Cultural (bacharelado).

Campus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD/UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (bacharelados).

Campus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EaD/UAB (licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Direito, Jornalismo, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (bacharelados).

Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (bacharelados); Fruticultura (tecnólogo);

Ciências Biológicas (licenciatura).

Campus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Educação Física, Ciências da Natureza EaD/UAB (licenciaturas); Enfermagem, Engenharia de Aquicultura, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação em nível de especializações, mestrados e doutorados. Atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em funcionamento 18 programas de pós-graduação "*lato sensu*" (especialização) e 25 programas de pós-graduação "*stricto sensu*" (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Campus Bagé: Gestão de Processos Industriais Químicos; Ensino de Matemática no Ensino Médio (Matemática na Prática) (UAB).

Campus Caçapava do Sul: Educação Científica e Tecnológica; Gestão e Educação Ambiental.

Campus Dom Pedrito: Agronegócio; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.

Campus Itaqui: Desenvolvimento Regional e Territorial; Tecnologia dos Alimentos.

Campus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas.

Campus São Borja: Mídia e Educação (UAB).

Campus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena; Fisioterapia, Neonatologia e Pediatria; Gestão em Saúde (UAB); Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Os cursos de mestrado e doutorado ofertados são os seguintes:

Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.

Campus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em

Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.

Campus Caçapava do Sul: Mestrado em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática em Rede Nacional.

Campus Jaguarão: Mestrado em Educação.

Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.

Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.

Campus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.

Campus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

A Instituição possui atualmente 845 docentes do magistério superior e 890 técnicos-administrativos. No campus de Dom Pedrito são observados um total de 114 servidores, sendo 65 docentes e 49 técnico-administrativo.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO

A Metade Sul do Rio Grande do Sul, onde está inserida a UNIPAMPA, já ocupou posição de destaque na economia gaúcha, mas declinou em relação ao restante do estado, com acentuado declínio populacional. Sua produção industrial também é decrescente, cujos Índices de Desenvolvimento Social (IDS) dos seus municípios variam de médios a baixos.

Não foi diferente em relação ao agronegócio nacional, devido ao crescimento da agropecuária próxima dos mais importantes centros consumidores do País. A distância geográfica, o limite na logística de distribuição e as dificuldades de agregação de valor à matéria-prima produzida regionalmente são as dificuldades encontradas na produção agropecuária.

Mesmo assim, o agronegócio continua sendo o sustento da economia regional na Metade Sul, contrastando com agravantes como o baixo investimento

público per capita e a consequente baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e a alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos polos desenvolvidos do estado, o que prejudica a competitividade da produção da região. O resultado disso é a baixa geração de empregos e os baixos indicadores sociais, principalmente os relacionados à educação e à saúde.

Por outro lado, a região possui posição privilegiada em relação ao Mercosul, ao Porto de Rio Grande, aos solos de boa fertilidade, à excelência na produção primária, às reservas minerais e à existência de importantes instituições de pesquisa e ensino, como a EMBRAPA e a FEPAGRO, UFSM e UFPEL. Também é identificado potencial relativo à indústria cerâmica, às cadeias integradas de carnes, à vitivinicultura, ao extrativismo mineral, aos cultivos do arroz e da soja, à silvicultura, à fruticultura, à alta capacidade de armazenagem, ao turismo, entre outros.

Dom Pedrito é um município do Estado do Rio Grande do Sul, distante 441 km da capital do Estado, pertencente à mesorregião do Sudoeste Rio-grandense e à microrregião da Campanha Meridional. O município se limita ao sul, em curta fronteira, com o Departamento de Rivera, Uruguai. Ao Norte com Rosário do Sul, São Gabriel e Lavras do Sul. Ao Leste o limite é com Bagé. Além disso, Dom Pedrito é servido pelas bacias hidrográficas dos rios Camaquã e Santa Maria, este último nasce no nordeste do município. A rodovia BR-293 liga o município a Bagé e a Santana do Livramento.

Dom Pedrito possui área de 5.191,051 km², 141 m de altitude média na sede, uma população 36.981 habitantes conforme estimativa do IBGE em 2022, sendo a densidade 7,12 habitantes/km² e o IDH 0,708 (alto). Salienta-se que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município passou de R$ 15.994,83 em 2010 para R$ 36.563,80 em 2020, atingindo R$ 57.844,71 no ano seguinte.

Com base em dados censitários, observando-se inicialmente a pirâmide etária do município de Dom Pedrito, percebe-se uma população predominante de crianças e jovens em período escolar que, para numa previsão para os próximos anos, estarão buscando ensino superior na cidade e na região. Entendendo o município como eminentemente agropecuário, estima-se que os jovens de hoje e do futuro buscarão cursos orientados às questões do campo.

Ao enfatizar-se a realidade regional, aponta-se o compromisso da

UNIPAMPA com a região na qual está inserida. O compromisso com a realidade surge no PPC do Curso Superior de Tecnologia do Agronegócio como princípio fundamental para todas as ações e intenções da universidade. Diante disto, para que o compromisso com a realidade seja um princípio viável, torna-se imprescindível o conhecimento da realidade regional e a práxis necessária à sua transformação. Além disso, compreender a realidade ao entorno significa, antes de tudo, pensar o mundo a partir do local.

O exercício sistemático do compromisso com as questões locais valoriza o espaço-tempo nas dimensões global, nacional, regional e local, pois estabelece uma relação sistêmica entre estas dimensões. Cabe aqui ressaltar que o compromisso e a inserção regional pressupõem um envolvimento dialógico com a comunidade, opondo-se à relação verticalizada. Bem como, é importante valorizar a alteridade (identidades e diferenças) cultural, social e educacional da região.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

1.3.1 Justificativa

A Universidade Federal do Pampa veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica – um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e a educação superior. Neste cenário a UNIPAMPA se propõe a fomentar a troca de informações e a interação científica, tecnológica e cultural que permite a transferência de conhecimentos necessários ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável, em estímulo e respeito aos sistemas produtivos locais.

As atividades agrícolas e de pecuária são as principais fontes de riqueza do município de Dom Pedrito, o qual possui em torno de 36.981 mil habitantes, embora ocupe a quarta área territorial entre os municípios gaúchos, com a área total de 5.194,051 km² (IBGE, 2022) representando 1,93% do estado do Rio Grande do Sul e 0,061% de todo o território brasileiro conforme IBGE (2022).

As propriedades rurais que se sustentam da pecuária somam 434 mil cabeças de gado, 140 mil ovinos e o município é considerado um dos maiores criatórios de cavalos crioulos. Também estão presentes as produções de leite, a

apícola e as de suínos e de aves em escalas bem menor.

A produção agrícola intensificou-se a partir da década de 1940 com a cultura do arroz irrigado e, mais recentemente, estão em expansão os cultivos de soja e videiras para viticultura. Em projeto pertencente ao PAC, está sendo construída uma barragem na Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, o que aumentará o agronegócio orizícola e todo o seu complexo agroindustrial. Segundo o IRGA (2006), 13,9% de toda a produção estadual de arroz é oriunda dessa bacia.

A barragem do Taquarembó, localizada a 15 km da sede do município de Dom Pedrito, encontra-se em fase de conclusão das obras e possui capacidade de irrigação de 15 mil hectares, sendo que a área alagada pela barragem será de 1,4 mil hectares e 135 hm^3 de volume (Silva, 2006). Após sua conclusão, as produções de arroz de Dom Pedrito e de municípios da região devem aumentar de 20 a 25%. Além dessa barragem, a Barragem da Ferraria já se encontra em fase de licitação para iniciar em breve sua construção.

Na agroindústria, a atividade predominante é a indústria de beneficiamento do arroz, constituindo-se em atividade básica de exploração para quase todo o mercado nacional, envolvendo qualidade de mão de obra. Atualmente, de acordo com os dados do IBGE de 2022, Dom Pedrito cultiva 35.841 hectares de arroz e 120.000 hectares de soja. A cidade de Dom Pedrito se caracteriza por um clima temperado úmido, com verões quentes e invernos rigorosos e com fortes geadas. É comum a incidência de ar frio proveniente da República Oriental do Uruguai e da Argentina, de origem polar, além do famoso vento Minuano com origem no Rio da Prata. O acesso à cidade efetua-se pela BR 293 que corta o município, ligando-se a Bagé ao leste e à Santana do Livramento ao oeste. Dom Pedrito também está ligada à São Gabriel, ao norte, pela RS 630.

Atualmente, o campus Dom Pedrito configura-se como um centro voltado para as discussões sobre a vida rural no que tange aos temas agrários e do agronegócio. Neste contexto, ressaltam-se os contributos do Campus Dom Pedrito acerca da uva para fabricação de vinhos finos, um produto de significativo potencial econômico explorado na Região da Campanha – tanto que em março de 2011, o Campus implementou o primeiro curso brasileiro de Bacharelado em Enologia em resposta aos empreendimentos na área de viticultura do município e região.

O funcionamento de cursos Superiores em Dom Pedrito torna-se relevante

pelo fato de que, todos os anos, são matriculados na rede pública e privada de ensino médio, um número expressivo de adolescentes e jovens. Neste contexto, existir um curso direcionado para as vocações da Região da Campanha, que o Agronegócio representa, justifica plenamente a oferta deste Curso Superior.

Considerando as linhas norteadoras da proposta, os potenciais do município, o corpo docente e técnico e a demanda da população por cursos noturnos, a UNIPAMPA Campus de Dom Pedrito apresenta o Projeto Pedagógico de Curso que norteia o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio. Neste sentido, buscou-se evidenciar a intencionalidade deste Projeto Pedagógico e a sua efetiva relação com o Projeto Institucional da universidade.

1.3.2 Histórico do Curso

A profissão de tecnólogo não é recente, pois a Resolução n° 313 de 26 de setembro de 1986 já dispunha sobre o exercício profissional dos tecnólogos das áreas submetidas à regulamentação e fiscalização instituídas pela Lei n° 5.194 de 24 de dezembro 1966. O Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia no uso de suas atribuições que lhe confere a letra “f” do Artigo 27 da Lei n° 554/68, permitiu a criação de cursos superiores de curta duração visando ao exercício de atividades em áreas regulamentadas e fiscalizadas pelos Conselhos de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Ressalta-se, em termos históricos, que até dezembro de 2009 havia um entendimento de que os cursos tecnológicos que estavam afetos à área de Recursos Naturais eram relacionados aos CREA.

Os cursos de tecnologia no Brasil surgiram no final dos anos 60 no âmbito federal de ensino e no setor privado e público, na cidade de São Paulo. O primeiro curso superior de tecnologia foi criado no Brasil no ano de 1969, na FATEC - SP, de Construção Civil, nas modalidades: Edifícios, Obras Hidráulicas e Pavimentação, com reconhecimento pelo MEC em 1973. Durante a década de 70, essa modalidade de ensino passou por um período de crescimento, quando em 1979, o MEC mudou a política de estímulo à criação de cursos de tecnologia nas instituições públicas federais.

Durante algum tempo a Resolução n° 1010, de 22 de agosto de 2005 dispôs sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades,

competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridas no Sistema CONFEA/CREA para efeito de fiscalização do exercício profissional. Esta resolução, por um período, estabeleceu normas estruturadas dentro de uma concepção matricial para a atribuição de títulos profissionais, atividades e competências no âmbito da atuação da profissão de tecnólogo em agronegócio. Para o(a) diplomado(a) em Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio será atribuída a titulação de Tecnólogo(a) em Agronegócio.

A Resolução n° 1.018 de 8 de dezembro de 2006, também dispôs sobre os procedimentos para registro das instituições de ensino superior e das entidades de classe de profissionais técnicos de nível médio no CREA. Esta resolução fixou procedimentos para protocolo e revisão de registros das instituições de ensino superior.

Na tentativa de aprimorar, fortalecer e proporcionar mais prestígios aos cursos superiores de tecnologia foi elaborado pelo Ministério da Educação, em 2006 o Decreto n° 5.773/06, que estabeleceu o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, atualizado pela Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016.

Sendo que em 11 de dezembro de 2009, por força da Resolução Normativa nº 319, os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, cursos estabelecidos na área de Recursos Naturais, voltados para a gestão, passaram a ser regulamentados pelo Conselho Federal de Administração (CFA).

Segundo o Catálogo Nacional, a partir de 2006, para ser um tecnólogo em agronegócio é necessário que o profissional seja formado em um Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio junto a qual deve obter o diploma de tecnólogo. O tecnólogo, segundo Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997 deve ser considerado um profissional de nível superior e tem direito de realizar pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e/ou *lato sensu* (especialização). Tal modalidade de curso visa à formação de profissionais especializados em campos específicos do mercado de trabalho, por tal razão seu formato é mais compacto e seu currículo mais direcionado, tendo assim, duração média inferior à dos cursos de graduação regulares.

Por exercerem atividades dos campos da Ciência da Administração que oferecem risco para a sociedade, os Tecnólogos do Agronegócio estão submetidos às prescrições da Lei nº 4.769/65, e consequentemente sujeitos à fiscalização dos

Conselhos Regionais de Administração no que tange ao registro para o legítimo exercício da profissão, conforme a Resolução Normativa CFA nº. 379 de 11/12/2009.

O texto da Resolução Normativa CFA nº 379/2009 altera a Resolução Normativa CFA nº 374, de 12 de novembro de 2009, para incluir o registro profissional nos Conselhos Regionais de Administração de diplomados em curso superior de Tecnologia, em determinada área da Administração, oficial, oficializado ou reconhecido pelo Ministério da Educação.

Desta forma, a Profissão de Tecnólogo em Agronegócio deixa de ser amparada pela Resolução Normativa do CREA nº 1010 e passa a ser amparada pela Resolução Normativa CFA nº. 379 de 11 de dezembro de 2009, sendo o egresso do curso, após a colação de grau, direcionado para os Conselhos Regionais de Administração (CRAs) para a sua filiação no órgão de classe.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio foi criado em 2008, e teve a primeira turma em 2009, tendo formado 22 (vinte e duas) turmas até o presente momento. Nos anos de 2011, 2012, 2020, 2023 e 2024 foram realizados ajustes do PPC do CTSA, visando atualizar a oferta de componentes curriculares, ajustando-os as novas demandas exigidas pelo mercado de trabalho. Em 2015 foram criados o curso de Especialização em Agronegócio e a Revista Agropampa. No mesmo ano também houve a realização do credenciamento do curso junto ao CREA, e dessa forma passou a ser oportunizado ao egresso optar pelo credenciamento junto ao CREA ou ao CRA.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

Com base no princípio da intencionalidade e buscando cada vez mais a inserção e o cumprimento da sua função social, a UNIPAMPA tem a finalidade de minimizar o processo de estagnação econômica da região onde está inserida. Isso decorre do fato de que a educação viabiliza o desenvolvimento regional, o que perpassa pela atuação da universidade.

A presença de instituições de Ensino Superior em uma região figura como elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais. A transformação econômica e cultural,

mediante parcerias firmadas entre essas instituições e as comunidades em que estão inseridas, fomentando a troca de informações e a interação científica, tecnológica e intelectual oportunizam a construção coletiva de conhecimentos necessários ao estabelecimento do desenvolvimento sustentável, que respeite e estimule os sistemas produtivos locais e, em outras esferas – em nível regional, nacional e internacional.

A proposta para a implementação do Curso de Tecnólogo em Agronegócio foi apresentada na reunião do Conselho do Campus de Dom Pedrito do 31 de julho de 2008, conforme Ata nº 008/2008 sendo aprovada por este conselho no dia 30 de setembro do mesmo ano, o que foi registrado na Ata nº 010/2008. O PPC passou por pontuais reformulações nos anos de 2011, 2013, 2020, 2023 e 2024 seguindo o tramite legal, sendo submetido à Pró-reitoria de Graduação para análise e submissão ao Conselho Universitário (CONSUNI).

O projeto foi inserido na atividade didático-pedagógica subordinada a dois eixos norteadores, quais sejam: o eixo humanista e o eixo profissionalizante. O eixo humanista prioriza a formação centrada na responsabilidade social, na aceitação das diversidades e na visão crítica da área de atuação. Permite a compreensão e o acompanhamento da metodologia no seu aspecto horizontal-temporal, considerando os elementos evolutivos do processo de educação continuada nos alunos. O eixo profissionalizante é aquele que forma o profissional e permite a compreensão e o acompanhamento transversal-temático dos conteúdos que são desenvolvidos dentro das unidades temáticas de cada atividade didático-pedagógica.

O Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio deve preservar sempre uma sintonia com o Projeto Institucional, revelando, inicialmente, a ausência de neutralidade do conhecimento. Esta relação do CST Agronegócio com o Plano de Desenvolvimento Institucional deve ser visualizada à medida que o curso, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão contribui para o desenvolvimento regional, assumindo compromisso social junto à sociedade ao entorno da UNIPAMPA, bem como junto às organizações do agronegócio da região.

Diante disto, entende-se que o PPC do curso deve direcionar o Plano de Desenvolvimento Institucional à realidade na qual a UNIPAMPA está inserida. Desta forma, por meio do PPC do curso os princípios contidos no Plano de

Desenvolvimento Institucional se materializam, ou seja, a perfeita sintonia entre PPC e Plano de Desenvolvimento Institucional promovem o movimento e a mobilização consciente para a consolidação dos ideais que fundamentam a universidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 da UNIPAMPA apresenta como concepção de formação acadêmica a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, através dos seus projetos pedagógicos, contemplando os princípios:

- Inter e transdisciplinaridade, no qual conhecimento é concebido como rede de conexões multidimensionais, reconhecendo diferentes níveis de realidade no processo cognitivo;
- Intencionalidade, expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas, visando ao envolvimento e a aprendizagem dos sujeitos envolvidos, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho;
- Contextualização, compreendido como condição para a reconstrução do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada;
- Flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos e atividades complementares).

Também o documento menciona que esta concepção de formação é sustentada pelos “princípios de qualidade do ensino público, gestão democrática, valorização da docência e qualificação do corpo técnico, que devem ter como finalidade primeira a formação do egresso com o perfil definido pela UNIPAMPA”.

Ademais, na concepção do perfil do egresso é percebida a importância de que o Tecnólogo em Agronegócio possua ética e consciência crítica, com conhecimento interdisciplinar, fundamentado na indissociabilidade dos pilares de pesquisa, ensino e extensão. Com isso, o tecnólogo deverá estar preocupado com a sustentabilidade das ações propostas no exercício de sua profissão, ressarcindo à sociedade os recursos investidos na IFES.

Ainda, conforme o PDI, a Instituição “... como universidade pública, tem o

papel de oportunizar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística em seus cursos de formação. Esse papel inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social do conhecimento, competências, habilidades e valores reconstruídos na vida universitária e a habilitação necessária para se inserirem em seus respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática (...) pretende-se uma Universidade que busque contribuir para formar egressos críticos e com autonomia intelectual, reconstruída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciada e comprometida com as necessidades contemporâneas locais e globais".

Cabe salientar que para a UNIPAMPA, a interdisciplinaridade é um elemento essencial para o processo ensino-aprendizagem. Com uma intencionalidade preconizada na LDB e no Projeto Institucional da UNIPAMPA a interdisciplinaridade deve ser compreendida como um fazer coletivo, com o intuito de desenvolver metodologias visando a aprendizagem na interação entre componentes curriculares, cursos e áreas de conhecimento.

Neste contexto, a UNIPAMPA e o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio têm o claro entendimento que o discente é a razão de sua existência e da busca da excelência, consolidando a Instituição nos contextos em que está inserida.

1.4.1 Administração do Campus

A interface administrativa do CSTA é a administração acadêmica do Campus Dom Pedrito, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme estatuto e regimento da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus:

a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos Coordenadores(as) de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador(a) da Comissão de Pesquisa; Coordenador(a) da Comissão de Extensão; representação docente;

representação dos técnicos administrativos em educação; representação discente e representação da comunidade externa.

b) a Direção: integrada por Diretor(a), Coordenador(a) Acadêmico(a) e Coordenador(a) Administrativo(a);

c) a Coordenação Acadêmica: Integrada pelo Coordenador(a) Acadêmico(a); Coordenadores(as) de Curso do Campus; Núcleo de Desenvolvimento Educacional-NuDE; Comissões Locais de Ensino, de Pesquisa e de Extensão; Secretaria Acadêmica; Biblioteca do Campus; laboratórios de ensino, de pesquisa e de informática e outras dependências dedicadas às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. As Comissões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão: são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes;

d) a Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador(a) Administrativo(a); Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

1.4.2 Funcionamento do Curso

O Catálogo Nacional propõe uma maior orientação por meio de eixos tecnológicos aos cursos superiores de tecnologias. O Curso de Tecnologia em Agronegócio está incluso no eixo tecnológico dos Recursos Naturais, que compreende tecnologias relacionadas à produção animal, vegetal, mineral, aquícola e pesqueira. Abrange ações de gestão, prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais, primando pelo desenvolvimento da interdisciplinaridade do conhecimento adquirido com vistas ao agronegócio, proporcionando aos sujeitos o envolvimento e a aprendizagem, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa, quanto na

qualificação para o mercado de trabalho. Esta contextualização deve ser compreendida como condição para a reconstrução do conhecimento, observando a realidade local como ponto de partida e de chegada.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio visa se inserir, por meio de seus alunos, técnicos e professores em toda a região de abrangência da UNIPAMPA, realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão em prol do desenvolvimento regional sustentável.

O desenvolvimento do curso baseia-se no Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de Instituições de Educação Superior, Cursos Superiores de Graduação e sequenciais no Sistema Federal de Ensino e, ainda, considerando o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia elaborados pelo MEC.

O curso é oferecido no período noturno e presencial, de segunda à sexta-feira das 18h50min às 22h50min, havendo a possibilidade de serem realizadas ofertas especiais aos sábados. A proposta ora apresentada comporta as componentes curriculares ofertadas de segunda à sexta-feira, durante sete semestres, havendo a possibilidade de realização de visitas técnicas e trabalho de campo no sábado, respeitando a carga horária mínima indicada no Catálogo Nacional de Cursos.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio tem modalidade presencial e possui dois períodos letivos anuais (semestres), cujas aulas ocorrem no turno noturno. O curso é realizado de segundas às sextas-feiras, existindo a possibilidade de trabalhos de campo e visitas técnicas em dias e horários distintos, o que pode incluir os sábados – o que requer o comum acordo com os discentes do curso.

A carga horária total do curso é de 2.500 horas, distribuídas da seguinte forma: 2.040 horas de componentes obrigatórios; 60 horas de componentes curriculares optativos; 60 horas de UNIPAMPA Cidadã; 150 horas de Atividades Complementares de Graduação (ACGs); 180 horas de atividades vinculadas de extensão, e 10 horas de atividades específicas de extensão.

A organização da carga horária que compõem o curso é expressa da seguinte maneira: (i) 300 horas semestrais de ensino em componentes curriculares; (ii) 180 horas em atividades de extensão vinculadas à componentes curriculares obrigatórios; (iii) 10 horas em atividades específicas de extensão; (iv) 60 horas destinadas a UNIPAMPA Cidadã, e; (v) 150 horas de Atividades Complementares de

Graduação (ACGs) que devem ser realizadas ao longo do curso.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio possui a obrigatoriedade de realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que é ofertado no sexto semestre no escopo do componente curricular de mesma denominação, no qual o discente deve desenvolver um projeto de pesquisa ou um projeto de desenvolvimento rural ou um projeto de estágio de vivência no agronegócio. No sétimo semestre, o discente aprovado no referido componente curricular deve matricular-se no Trabalho de Conclusão de Curso II, componente curricular subsequente no qual executa o projeto anteriormente proposto. A aprovação do discente em ambos os componentes curriculares está condicionada à apresentação do trabalho à uma banca avaliadora e sua deliberação.

1.4.3 Formas de Ingresso

São ofertadas 50 vagas anuais cujo ingresso se dá no primeiro semestre do ano. O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando as normas definidas na Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019, as quais são apresentadas a seguir:

I. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
II. Chamada por Nota do ENEM;
III. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas será realizado via Processo Seletivo Complementar ou via editais específicos aprovados pelo Conselho Universitário.

1. Do ingresso via Sistema de Seleção Unificada (SiSU):
   I. O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) é o sistema um Sistema informatizado gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio do qual são selecionados estudantes à vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem.
   II. O ingresso via SiSU é regulado pelo Ministério da Educação (MEC) e por editais internos da UNIPAMPA.
   III. A participação da UNIPAMPA no SiSU será formalizada semestralmente por

meio da assinatura de Termo de Adesão, que observará o disposto em edital específico do MEC.

2. O ingresso via chamada por nota do ENEM pode ocorrer:
   I. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, com oferta de parte das vagas anuais autorizadas, antes do processo de ingresso via SiSU;
   II. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas ociosas, antes do processo de ingresso via SiSU;
   III. Para ingresso no semestre letivo regular de início do curso, para oferta de vagas não preenchidas via SiSU;
   IV. Para ingresso no semestre letivo regular seguinte ao início do Curso, antes do Processo Seletivo Complementar.
3. Do ingresso via edital específico:
   I. Cursos de graduação criados mediante acordos, programas, projetos, pactos, termos de cooperação, convênios, planos de trabalho ou editais com fomento externo podem ter processos de ingresso distintos dos demais, em atendimento a calendários diferenciados ou necessidades de seleção particulares.
4. Ações afirmativas institucionais:
   I. Ação Afirmativa para Pessoa com Deficiência: Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.
   II. Ação Afirmativa para Pessoas Autodeclaradas Negras (preta e parda): Reserva de 2% (dois por cento) das vagas em todos os editais de ingresso regular nos cursos de graduação.

Podem ser criadas outras ações afirmativas para ingresso nos cursos de graduação, desde que autorizadas pelo Conselho Universitário.

5. Do Processo Seletivo Complementar:

O Processo Seletivo Complementar é promovido semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, visando o preenchimento de vagas ociosas geradas em função de abandonos, cancelamentos e desligamentos. É destinado aos discentes vinculados a instituições de ensino superior, egressos de cursos interdisciplinares, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolam o prazo máximo de integralização do curso e que

desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

São modalidades do Processo Seletivo Complementar:

I. Segundo ciclo de formação: é a modalidade de Processo Seletivo Complementar para diplomados ou concluintes de cursos interdisciplinares que permite a continuidade da formação em um dos demais cursos de graduação oferecidos pela UNIPAMPA;

II. Reingresso: é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para discentes da UNIPAMPA em situação de abandono, cancelamento ou desligamento há, no máximo, 04 (quatro) semestres letivos regulares consecutivos;

III. Conclusão da Primeira Graduação: é a categoria de Processo Seletivo Complementar para discentes de instituições de ensino superior, em situação de abandono ou cancelamento, que buscam concluir sua primeira graduação;

IV. Reopção de curso: é a modalidade de Processo Seletivo Complementar mediante a qual o discente, com vínculo em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de graduação ou outro turno de oferta de seu curso de origem na instituição;

V. Transferência voluntária: é a modalidade do Processo Seletivo Complementar na qual o discente regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação reconhecido de outra Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada e credenciada conforme legislação pode solicitar ingresso em curso de graduação da UNIPAMPA;

VI. Portador de diploma: é a modalidade do Processo Seletivo Complementar para diplomados por Instituições de Ensino Superior do país, credenciadas conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma do Art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

6. As outras formas de ingresso na UNIPAMPA compreendem as seguintes modalidades:

I. Transferência Ex-officio: é a forma de ingresso concedida a servidor público federal civil ou militar, ou a seu dependente estudante, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do campus pretendido ou município próximo, na forma

da Lei nº 9.536, 11 de dezembro de 1997 e do Parágrafo único do Art. nº 49 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

II. Programa de Estudantes-Convênio: conforme Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013, oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais;

III. Matrícula de Cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06 de junho de 1984, e Portaria MEC nº 121, de 02 de outubro de 1984, somente é concedida a estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade;

O Conselho Universitário pode autorizar outros processos seletivos, além dos descritos.

7. Dos estudos temporários

Os estudos temporários caracterizam a participação de estudantes em componentes curriculares de graduação, mediante plano de estudo devidamente aprovado. Podem ser realizados conforme as seguintes modalidades:

I. Regime Especial de Graduação: cuja matrícula é permitida aos portadores de diploma de curso superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de certificado de conclusão de ensino médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica;

II. Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar temporariamente componentes curriculares em campus distinto daquele que faz a oferta do curso ao qual está vinculado;

III. Mobilidade Acadêmica Interinstitucional: permite ao discente de outra IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária; e permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária.

O discente com deficiência que ingressar na UNIPAMPA por meio de ações afirmativas, de acordo com a Resolução CONSUNI nº 328/2021, passará por uma entrevista no ato de confirmação da vaga com a finalidade de identificar as

tecnologias assistivas necessárias às suas atividades acadêmicas. Após o ingresso do discente, a UNIPAMPA deverá nomear uma equipe multidisciplinar para realização de avaliação biopsicossocial.

Os discentes que não tenham ingressado por ações afirmativas ou que não tenham informado a demanda por acessibilidade pedagógica no momento do ingresso na instituição poderão fazê-lo a qualquer tempo, mediante solicitação junto à interface do NInA.

A UNIPAMPA segue a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que em seu Art. 1º salienta que: “as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o *caput* deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio utiliza a estrutura física do Campus Dom Pedrito da UNIPAMPA, que abriga também os cursos de graduação em Zootecnia, Enologia (bacharelados), Ciências da Natureza e Educação do Campo (licenciaturas). Estão em funcionamento também os seguintes cursos de pós-graduação (especialização): Enologia; Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências na Educação do Campo; Produção Animal; e Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processo formativo.

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a política da UNIPAMPA fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo o ensino uma das missões institucionais para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando

estrategicamente vinculado a pesquisa e a extensão, na graduação e na pós-graduação, de acordo com as características de uma universidade. No CSTA dentre as atividades de extensão evidenciam-se as visitas técnicas – sobretudo direcionada ao maior evento do agronegócio brasileiro, a Expointer – que, sob orientação docente, oportunizam aos acadêmicos o contato com ações e práticas do agronegócio. O Apêndice I apresenta o regulamento das atividades curriculares de extensão do CSTA.

Ainda quanto às políticas de extensão, o PDI apresenta que a universidade assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa articulação que gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio realiza atividades de extensão junto à comunidade, dentre as quais destaca-se a empresa júnior Da Terra Consultoria em Agronegócio, criada em 2012 e desenvolvida pelos discentes do CSTA e do Curso de Bacharelado em Zootecnia com assessoramento de docentes e TAEs do Campus Dom Pedrito. Trata-se de uma atividade de apoio à formação dos discentes, oferecendo-os um diferencial na construção do conhecimento por meio do desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais provenientes da prestação de serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial no âmbito do agronegócio. Também em parceria com a empresa júnior, os docentes ministram cursos de inclusão digital à comunidade externa e interna, sendo que os discentes podem participar e solicitar o aproveitamento da carga horária como Atividade Complementares de Graduação.

Além disso, existe uma gama de programas institucionais que tem como propósito fomentar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, dentre as quais destacam-se os seguintes: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UNIPAMPA); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (PIBIC/AF/CNPq/UNIPAMPA); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UNIPAMPA); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

no Ensino Médio (PIBIC/EM/UNIPAMPA); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA), e; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PROBITI/FAPERGS/UNIPAMPA).

O Campus Dom Pedrito também contempla discentes por meio de bolsas de iniciação científica, de extensão e de ensino mediante recursos internos da UNIPAMPA no âmbito dos Programas de Desenvolvimento Acadêmico (PDA). Além disso, o CSTA participa do Programa de Educação Tutorial (PET), que corresponde a um programa do Governo Federal que busca apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Assim, tem-se o PET Agronegócio, que conta com um docente tutor e discentes bolsistas e voluntários.

Além disso, o CSTA sedia e figura como responsável pela Revista AGROPAMPA, um periódico científico que publiciza investigações realizadas no âmbito do agronegócio. Sua periodicidade é semestral com artigos publicados em fluxo contínuo. Atualmente, a revista está classificada no estrato B3 na área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo do sistema de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) no sistema *Web Qualis.* No momento, a docente Profa. Dra. Alice Munz Fernandes e o técnico em assuntos educacionais e representante dessa categoria na Comissão de Curso do CSTA Guilherme Joner são os editores responsáveis pelo periódico.

Evidencia-se que as atividades desenvolvidas no âmbito da revista contribuem para o fomento à pesquisa e a inserção cada vez maior do CSTA junto ao ambiente científico nacional. Além disso, representa uma maneira de aproximar os discentes do curso da dinâmica de organização e editoração de documentos científicos, proporcionando estímulos àqueles que desejarem seguir a carreira de pesquisador.

Salienta-se ainda que os discentes participam ativamente dos projetos desenvolvidos, os quais contribuem tanto para a sua formação, quanto para a qualificação do curso e para o enfrentamento de desafios sociais. Os docentes do CSTA também estimulam e orientam os acadêmicos quanto ao desenvolvimento e publicação de artigos científicos em eventos regionais, nacionais e internacionais, bem como em periódicos de alto impacto. Como exemplo destaca-se a expressiva participação discente no Salão Internacional de Ensino Pesquisa e Extensão

(SIEPE), evento promovido anualmente pela UNIPAMPA no qual os discentes apresentam trabalhos de pesquisa ou extensão dos quais participam, interagindo com discentes de outros campi e de outras IES do Brasil, Argentina e Uruguai.

2.1.1 Políticas de Ensino

No âmbito do CSTA são desenvolvidos os seguintes projetos de ensino registrados institucionalmente no sistema Guri e vigentes até o momento (setembro de 2024):

- Aplicação interdisciplinar do Excel na formação profissional, que objetiva capacitar os discentes dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa, Campus Dom Pedrito, quanto ao uso do *software Microsoft Excel;*
- Rural em Imagens, cujo propósito consiste em explorar e examinar a percepção sobre o rural contemporâneo por parte de graduandos da área de ciências agrárias, matriculados em disciplinas ofertadas pelos cursos de Agronegócio, Zootecnia, Agronomia da UNIPAMPA e UFPel, através de registro fotográfico produzido individualmente, bem como instigar à reflexão e dar conhecimento à comunidade universitária, e ao público em geral, o resultado desse projeto através da realização semestral da Mostra Fotográfica;
- Partilha do conhecimento, que busca oportunizar momentos de troca de conhecimentos referentes a assuntos técnicos concernentes a zootecnia;
- Treinadores do Futuro II – Atenção ao bem-estar, que tem como finalidade proporcionar uma base holística da equitação, visando a longo prazo um efeito multiplicador do conhecimento;
- Pesquisa, análise e tabulação de banco de dados, cujo objetivo consiste em contribuir para o desenvolvimento de habilidades em estudantes quanto à pesquisa, análise e tabulação de banco de dados, e;
- Iniciação discente do bacharelado à prática docente universitária.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

Em relação à pesquisa, o PDI apresenta que as atividades devem ser direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvam professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para promover a interação entre docentes, discentes e técnico-administrativos são incentivadas a formação de grupos de pesquisas institucionais e a participação de pesquisadores e discentes em redes de pesquisa associadas a órgãos nacionais e internacionais.

Desde o seu ingresso no curso é oportunizado aos discentes a possibilidade de participar de atividades de pesquisa por meio de ações desenvolvidas junto aos componentes curriculares, bem como a oportunidade de inserirem-se como integrantes de projetos e de grupos de pesquisa. No segundo semestre há a oferta do componente curricular intitulado Metodologia de Pesquisa, que tem como propósito aproximar os discentes do método científico e subsidiá-los na elaboração de trabalhos técnicos e científicos.

Além disso, também os componentes Trabalho de Conclusão de Curso I e II possibilitam que os discentes desenvolvam o interesse pela pesquisa e pela inserção no meio rural e nas atividades do agronegócio, seja por meio da realização de uma pesquisa científica, de um estágio de vivência ou de uma proposta de desenvolvimento rural. Isto porque nos referidos componentes curriculares, os discentes desenvolvem atividades com base no método *Problem Based Learn* (PBL), nas quais buscam a solução de problemas gerenciais em organizações reais de múltiplos ramos de atividade do agronegócio por meio de parcerias com organizações da região situadas no entorno da UNIPAMPA.

Não obstante, tem-se onze projetos de pesquisa desenvolvidos institucionalmente no âmbito do CSTA, cadastrados no sistema Guri e vigentes em setembro de 2024, quais sejam:

- Observatório da juventude rural gaúcha: panorama, desafios e perspectivas, que busca analisar o panorama da juventude rural gaúcha tendo em vista as diferentes realidades socioculturais, econômicas e produtivas entre as regiões do Rio Grande do Sul;
- Inteligência competitiva, gestão do conhecimento e inovação em cadeias

produtivas agroalimentares, cujo propósito consiste em analisar os construtos inteligência competitiva, gestão do conhecimento e inovação nas cadeias produtivas agroalimentares das Regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Estado do Rio Grande do Sul;

- Ecologização da agricultura familiar: transição agroecológica e segurança alimentar – um estudo multicasos nas regiões do Pampa Gaúcho e Metropolitana de Curitiba, cujo objetivo é analisar e contribuir com a promoção da transição agroecológica na agricultura familiar, com foco nas regiões do Pampa Gaúcho e Metropolitana de Curitiba;
- Política pública de crédito rural: trajetória histórica, perspectivas e desafios ao desenvolvimento rural, que tem como finalidade analisar as dinâmicas do acesso ao crédito rural nas regiões da Campanha e Fronteira Oeste do estado do Rio Grande do Sul;
- Agricultura Familiar e seu papel estratégico para assegurar diversidade produtiva, gestão ambiental rural e prestação de serviços ambientais: estudos de caso na Região da Campanha Gaúcha, que busca contribuir para o planejamento ambiental e sócio territorial do município de Dom Pedrito com vistas a auxiliar no desenvolvimento sustentável deste, possibilitando o bem-estar da agricultura e pecuária familiar e das populações locais, bem como das gerações futuras, estando em plena harmonia com os imperativos da agenda de 2030;
- Estudo de um sistema de produção de leite e carne em pequenos ruminantes suplementados com farelo de arroz integral para elaboração de derivados, que tem como objetivo implantar a linha de pesquisa de “Produção e Tecnologia de Derivados de Carne e Leite Ovino” para o Núcleo de Pesquisa em Pequenos Ruminantes (NUPPER), do Campus Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa;
- Avaliação do mosto e vinho obtido por diferentes parâmetros de colheita de uvas, cujo intuito consiste em realizar a avaliação da atividade de colheita mecânica de uvas sob diferentes parâmetros de regulagem nas safras 2022 e 2023 bem como o desenvolvimento de microvinificação e consequentemente, a avaliação físico-químico do mosto e vinho,

posteriormente, submetido a avaliação sensorial;

- Comparação de parâmetros de recuperação de duas raças equinas em provas de enduro equestre em diferentes distâncias, que busca comparar a raça Árabe e a raça Crioula quanto a seu desempenho em provas em diferentes distâncias;
- A fauna de vertebrados do campus Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul, Brasil, cujo propósito é realizar um levantamento da fauna que ocorre no campus de Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa, localizada na Campanha Gaúcha, uma porção intensamente impactada do Bioma Pampa;
- Compostos voláteis em vinhos: avaliação de ferramentas tecnológicas no incremento da complexidade aromática de vinhos, cujo propósito é avaliar a composição volátil, o perfil sensorial e a composição físico-química de vinhos com: (a) diferentes combinações de clones e porta-enxertos, (b) diferentes esquemas de fermentação alcoólica, com emprego de leveduras *Saccharomyces* e não – *Saccharomyces,* e (c) emprego de diferentes madeiras brasileiras na maturação de vinhos e destilados de vinhos, e;
- Determinação dos problemas educativos: uma visão desde as aulas.

Além disso, atualmente, os docentes do CSTA coordenam três grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quais sejam: Grupo de Pesquisa em Gestão em Agronegócio e Desenvolvimento Rural, coordenado pelos Profs. Dr. Cláudio Marques Ribeiro e Dr. Osmar Manoel Nunes; Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, coordenado pelo Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá, e; Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo, coordenado pela Profa. Dra. Shirley Grazieli da Silva Nascimento.

Também tem-se a participação dos docentes nos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Controladoria, Contabilidade e Custos em Organizações do Agronegócio; A Natureza Multidimensional da Segurança Alimentar; Grupo de Estudo Interdisciplinar em Sociedade, Ambiente e Território; Grupo de Pesquisa em Educação, Ecologia e Saúde Global; Núcleo de Estudo,

Pesquisa e Extensão em Enologia; Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades; Desenvolvimento Rural e Regional Sustentável; Núcleo de Estudos de Economia Catarinense; Rede Campo – Rede de Pesquisa, Inovação e Extensão em Desenvolvimento Rural, e; Sociedade, Cultura e Ambiente.

2.1.3 Políticas de Extensão

No que diz respeito as ações de extensão, os docentes do CSTA estão vinculados aos seguintes projetos de extensão cadastrados no sistema Guri e ativos atualmente (setembro de 2024):

- Agropost: Descomplicando o agronegócio, que tem como objetivo divulgar informações técnico-científicas acerca do agronegócio de maneira facilmente assimilável pela comunidade em geral, estimulando o senso crítico dos indivíduos e contribuindo para a mitigação da alienação relacionada aos impactos sistêmicos dos fenômenos agrícolas e suas interfaces;
- 1ª Mostra de Extensão Universitária e Semana Acadêmica do Curso de Agronegócio, que busca divulgar informações técnico-científicas acerca do agronegócio de maneira facilmente assimilável pela comunidade em geral, contribuindo para a efetividade de atividades de extensão no âmbito da sua curricularização no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio e aproximando a Universidade da sociedade na qual está inserida;
- Cultivando o futuro: Promovendo a economia sustentável por meio de hortas domiciliares, que tem como objetivo instrumentar jovens e crianças enquanto agentes de desenvolvimento de práticas de economia sustentável, orientando-os acerca do cultivo de hortas domiciliares como alternativa para a minimização de gastos domésticos e para a potencialização da qualidade de vida e do bem-estar social;
- Ações agrícolas empreendedoras no Pampa, da teoria à prática: socializações através do Seminário de Empreendedorismo no Pampa (SAEP), que busca despertar a ação empreendedora na comunidade

interna e externa através das atividades proporcionadas pelo componente curricular de Empreendedorismo e Plano de Negócios;

- Conexão Zoo – Do campo à sua mesa, a Zootecnia está presente, que tem como propósito desenvolver atividades lúdicas, com jovens e crianças da comunidade do município de Dom Pedrito/RS, a fim de destacar a importância da produção animal como fonte de alimento, bem como, mostrar a ampla variedade de produtos provenientes das diferentes cadeias produtivas que se fazem presentes no dia a dia das pessoas, e;
- Aproximando Pessoas e Cavalos – A Inclusão em Movimento, cuja finalidade consiste em proporcionar a aproximação de pessoas com o cavalo de forma a promover a inclusão social;

Além disso, tem-se o projeto de empreendedorismo intitulado “Reorganização e gestão da empresa Jr. Da Terra”, coordenado pelo Prof. MSc. Wilson Valente da Costa Neto, cujo intuito consiste na realização de atualizações na estrutura organizacional e atuação por meio da reformulação do planejamento estratégico da empresa júnior vinculada ao CSTA, a fim de impulsionar e projetar a empresa ao mercado atual da região.

Também se destaca o projeto Empreendedorismo Campus Dom Pedrito, que tem como proposta desenvolver uma série de ações para promover o empreendedorismo e inovação, conectando universidades, empreendedores e investidores para incentivar o ecossistema de inovação e apoiar o desenvolvimento na região do Pampa Gaúcho. Além disto, pretende estimular a participação da comunidade em geral em ações promovidas pelas agências de inovação, tais como Conexão Pampa, Startando uma *Startup,* desafio de modelos de negócios com metodologia Canvas e Startups. Pretende-se com estas ações fortalecer o empreendedorismo e inovação na comunidade acadêmica e na comunidade em geral do município de Dom Pedrito.

Há também o projeto Cristianismo no Agropampa registrado institucionalmente junto ao sistema Guri na modalidade de ações sociais no âmbito da comunidade acadêmica. Este projeto é destinado à comunidade acadêmica consiste em encontros semanais com os participantes para aceitar e discutir a

palavra de Cristo e os preceitos bíblicos. O objetivo principal é oferecer uma rede de apoio para todos que desejam fortalecer sua fé e lidar com os desafios universitários e as dificuldades de estar em uma região isolada do Brasil. Os encontros proporcionam um espaço para reflexão, estudo e troca de experiências, visando estimular o crescimento espiritual e emocional dos participantes, ajudando-os a se manterem firmes e retos em sua jornada acadêmica e pessoal.

Também no escopo dos projetos de ações sociais no âmbito da comunidade acadêmica destaca-se o projeto intitulado “Ensino da Equitação: Esporte e Saúde”, cujo objetivo consiste em proporcionar uma base holística da equitação, visando a longo prazo um efeito multiplicador do conhecimento.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

O CSTA possui o seguinte objetivo geral: Promover atividades de ensino, pesquisa e extensão que proporcionem formar profissionais tecnicamente capacitados para atender as demandas profissionais pertinentes ao agronegócio, as quais estão descritas no perfil do egresso, responsáveis por despertar o interesse do estudante em ingressar no curso.

Para tanto tem-se os seguintes objetivos específicos:

a) Formar profissionais com claro entendimento do seu compromisso em atender a demanda do desenvolvimento do agronegócio, o progresso social das comunidades envolvidas e a sustentabilidade, e;
b) Conscientizar o egresso da necessidade de aprimoramento permanente de seus conhecimentos, competências e habilidades em consonância com as demandas do mercado profissional.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPAMPA explicita que a instituição deve proporcionar uma sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística aos seus egressos. Essa perspectiva inclui a formação de sujeitos conscientes das exigências éticas e da relevância pública e social dos

conhecimentos, habilidades e valores adquiridos na vida universitária e inserção em respectivos contextos profissionais de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional sustentáveis, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

A formação generalista descrita no PDI da UNIPAMPA deve ser entendida como multidisciplinar ou interdisciplinar, pois o tecnólogo precisa atender às demandas do mercado por meio de uma formação profissionalizante que abranja o vasto campo do conhecimento em agronegócio, suas múltiplas dimensões e complexidades.

Com base na Resolução CNE/CP nº 1/2021, Art. 30, os PPCs de Educação Profissional Tecnológica de Graduação a serem submetidos à devida aprovação dos órgãos competentes, nos termos da legislação em vigor, devem conter, pelo menos, os seguintes itens:

> IV - perfil profissional de conclusão, definindo claramente as competências profissionais a serem desenvolvidas, as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do tecnólogo e perfil profissional das saídas intermediárias quando previstas (p. 11).

Dessa forma, o Tecnólogo em Agronegócio formado pela UNIPAMPA precisa desenvolver competências como:

- Possuir bases de ciências biológicas, exatas, sociais e humanas que possibilitem a solução de problemáticas profissionais e o entendimento claro da interdisciplinaridade que possa relacionar conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento;
- Possuir entendimentos de ética e de exploração sustentável, com juízo crítico e autônomo, mas conhecedor dos métodos técnicos e científicos para tomadas de decisão;
- Ser consciente das boas práticas de produção agropecuária;
- Ser consciente das diversidades sociais e econômicas locais, regionais e nacionais, e com visão crítica, ser capaz de interagir com diferentes agentes ligados ao desenvolvimento da sociedade, e;
- Saber trabalhar em grupo com senso crítico e democrático, com capacidade de liderança e apoiado em comportamento empreendedor.

Ao final do curso o profissional deve estar apto a analisar, implantar e

gerenciar atividades direcionadas às organizações do agronegócio, utilizando novas tecnologias de baixo impacto ambiental e preocupado com o desenvolvimento sustentável. Também requer competências inerentes a elaboração de análises que identifiquem o potencial da região, buscando inovações, utilizando seu capital intelectual e o aprendizado adquirido. Ademais, deve ser um cidadão crítico, ético e solidário, com visão empreendedora em agronegócios e detentor de uma visão humanística, capaz de interagir com diferentes ramos de atividades.

Desse modo, os componentes curriculares ofertados no Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio visam promover o desenvolvimento de competências orientadas ao mercado de trabalho e ao desenvolvimento regional, pautando-se na articulação com as organizações do setor e avaliando continuamente a adequabilidade da formação desenvolvida em consonância com as demandas exigidas para o fomento do agronegócio.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

O mercado busca profissionais altamente qualificados e com formação superior capazes de realizar atividades específicas, tais como: (i) Planejar e acompanhar as atividades das cadeias produtivas nos diferentes sistemas agroindustriais; (ii) Realizar estudos analisando a situação técnica, econômica, ambiental e social em empresas do agronegócio; (iii) Identificar as tendências de mercados das atividades agropecuárias e agroindustriais; (iv) Identificar os ciclos de produção dos principais cultivos da região, pontos fortes e pontos fracos das cadeias produtivas; (v) Pesquisar e aplicar novas tecnologias sustentáveis para as empresas do agronegócio, e; (vi) Conhecer as melhores formas de negociação por produtos do agronegócio, utilizando conhecimentos que agreguem valor a esses produtos.

O egresso do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da UNIPAMPA deve estar apto a atuar nos setores públicos e privados nas seguintes áreas: bancos rurais; cooperativas, associações e sindicatos rurais; propriedades rurais; agroindústrias, atacadistas e hipermercados; fornecedores de suprimentos ao agronegócio; prestação de serviços em consultoria e perícias; empresas de negócios virtuais e bolsas de valores; empresas de pesquisa e ou extensão; empresas de gestão da informação; *tradings* de comércio doméstico e internacional; empresas de logística e distribuição; assessoria para mídia; certificadoras; consultorias.

2.3.2 Habilidades e Competências

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio observa as diretrizes presentes nos Pareceres CNE/CES nº 436/2001, CNE/CP nº 17/2020 e Resolução CNE/CP nº 1/2021. Assim, a concepção do currículo do curso tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, buscando relacionar os conhecimentos adquiridos junto aos componentes curriculares ofertados com a prática real de trabalho, a fim de propiciar o desenvolvimento das competências profissionais tecnológicas.

Dentre as principais atribuições ao Tecnólogo em Gestão do Agronegócio, com base no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (2016, p. 130), estão:

- Planeja, projeta e executa empreendimentos voltados para o agronegócio.
- Projeta mercados estratégicos para o agronegócio.
- Analisa indicadores de mercado.
- Afere o desempenho da produção no agronegócio.
- Analisa e controla custos de produção do agronegócio.
- Caracteriza e interpreta as diversas cadeias produtivas do agronegócio.
- Planeja e executa a implantação de arranjos produtivos locais.
- Gerencia empresas/propriedades rurais.
- Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Portanto, o CSTA busca desenvolver em seus discentes competências técnicas e comportamentais inerentes as demandas exigidas pelo profissional do agronegócio nas organizações contemporâneas. Desse modo, os componentes curriculares e as demais atividades necessárias para a integralização do curso são planejadas, organizadas e executadas com vistas a proporcionar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de tais competências e habilidades.

Estas envolvem desde aspectos de natureza técnica pautados nas ciências agrárias – tais como elementos zootécnicos e agronômicos – e nas ciências sociais aplicadas – como conhecimentos e aplicação de ferramentas gerenciais, por exemplo. Também se tem habilidades relacionadas a capacidade de comunicação

com distintos públicos, trabalho em equipe, gerenciamento de projetos, elaboração de documentos científicos e técnicos, dentre outras atividades.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023), a UNIPAMPA tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

A seguir são apresentados aspectos relacionados a integralização curricular, Atividades Complementares de Graduação (ACGs) e aos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, plano de integralização da carga horária, metodologia do ensino e avaliação, currículo e ementas.

2.4.1 Requisitos para Integralização Curricular

A revisão da proposta de currículo provém das discussões realizadas junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Agronegócio e demais docentes, bem como levam em consideração as propostas, demandas e sugestões apresentadas por discentes e Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs), ajustadas à realidade delineada pelas diretrizes do Ministério da Educação para Cursos Tecnológicos.

Este currículo está integralizado considerando os limites de cargas horárias mínimas sugeridas para os cursos de formação tecnológica. Além disso, atentou-se a importância da integração entre as diferentes áreas do conhecimento, buscando desenvolver a multi e a interdisciplinaridade. Ao longo de todo o curso, no escopo dos componentes curriculares são apresentadas propostas de problemas ligados ao agronegócio a fim exercitar conhecimentos provenientes dos múltiplos núcleos integralizadores, fomentando a abordagem sistêmica e integrativa dos fenômenos.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição de carga horária em componentes curriculares obrigatórios, componentes curriculares complementares de graduação,

atividades curriculares de extensão e ACGs.

Tabela 1 – Distribuição da carga horária exigida para integralização do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. **Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação**	**2.040**
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso I e II (TCC)	120[a]
2. Componentes Curriculares Optativos	**60**
3. Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	**150**
4. Atividades Curriculares de Extensão	**250[b]**
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas	180[b]
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas	10
4.1 UNIPAMPA Cidadã	60
***Total** *(soma dos itens 1, 2, 3 e 4)*	**2.500[c]**

[a] Horas que são contabilizadas dentro das 2.040;
[b] Horas contabilizadas como atividades de extensão na curricularização
[c] Carga horária a ser registrada no sistema e-MEC.

Para a integralização da carga horária, sugere-se que os discentes sigam a sequência da matriz curricular posteriormente descrita, na qual este cursa 300 horas de componentes curriculares obrigatórios nos primeiros cinco semestres do curso. No sexto semestre, recomenda-se que o discente curse 240 horas de componentes curriculares obrigatórios, dentre os quais há o Trabalho de Curso I e 60 horas de componentes curriculares optativos, os quais deverão escolher dentre as ofertas realizadas pelo curso no respectivo período. No sétimo semestre a indicação é de que o discente curse 300 horas de componentes curriculares obrigatórios, dentre os quais há o Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II). A carga horária mínima para matrícula semestral é de 120 horas. Salienta-se que a integralização curricular deve ocorrer dentro do tempo máximo de 14 semestres, a fim de que não incorra o jubilamento do discente.

2.4.2 Matriz Curricular

Entendendo de que se trata de um curso que conferirá o grau de nível superior de Tecnólogo em Agronegócio, prima-se por atender aos princípios da regulação vigente para os cursos tecnológicos descritos no Catálogo Nacional de Cursos e na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, imprimindo-se nos egressos uma intensa carga de componentes curriculares ofertadas do núcleo básico e de gestão, despertando o discente para questões éticas e de cidadania referentes às questões agrárias (agrícolas e pecuárias) e suas múltiplas dimensões.

Também são ofertados componentes curriculares orientados à formação profissional com enfoque ambiental, de pesquisa, de extensão e optativo – sendo este disponibilizado por meio da oferta de componentes curriculares a serem escolhidos pelos discentes com base nos seus anseios de aprendizado e dinâmicas gerenciais do curso. Nesse sentido, o Quadro1 expõe a matriz curricular, denotando a observância a Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, que define as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.

Quadro 1 – Matriz curricular do CST Agronegócio

1	Produção Animal e Cadeias Produtivas Pecuárias (DPA 1221) – 60h	Sociologia Rural (DPA 1230) – 60h	Gestão do Agronegócio (DPA 1100) – 60h	Sistemas Alternativos de Produção (DPA 1061) – 60h	Matemática Aplicada ao Agronegócio (DPA 1068) – 60h	300 h
2	Produção Vegetal e Cadeias Produtivas Agrícolas (DPA 2108) – 60h	Estatística Aplicada ao Agronegócio (DPA 2220) – 60h	Projeto Articulador de Extensão I (DPA 2223) – 60h	Metodologia de Pesquisa (DPA 2059) – 60h	Economia Rural I (DPA 2098) – 60h	300 h
3	Gestão Ambiental no Agronegócio I (DPA 3237) – 60h	Agroindústrias (DPA 3224) – 60h	Projetos Aplicados ao Agronegócio (DPA 3227) – 60h	Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (DPA 3076) – 60h	Economia Rural II (DPA 3099) – 60h	300 h
4	Políticas Públicas e Ambiente Institucional do Agronegócio Brasileiro (DPA 4078) – 60h	Marketing no Agronegócio (DPA 4228) – 60h	Princípios de Construções e Instalações Rurais (DPA 4064) – 60h	Gestão de Pessoas no Agronegócio (DPA 4232) – 60h	Projeto Articulador de Extensão II (DPA 4224) – 60h	300 h
5	Extensão e Comunicação Rural (DPA 5230) – 60h	Empreendedorismo e Elaboração do Plano de Negócios (DPA 5226) – 60h	Inovação no Agronegócio (DPA 5111) – 60h	Logística no Agronegócio (DPA 5114) – 60h	Contabilidade no Agronegócio (DPA 5229) – 60h	300 h
6	Planejamento Estratégico e Processos Decisórios (DPA 6091) – 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I (DPA 6235) – 60h	Projeto Articulador de Extensão III (DPA 6225) – 60h	Optativa – 60h	Gestão de Custos no Agronegócio (DPA 6093) – 60h	300 h
7	Gestão Ambiental no Agronegócio II (DPA 7238) – 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II (DPA 7236) – 60h	Comercialização de Produtos Agropecuários (DPA 7239) – 60h	Gestão Financeira no Agronegócio (DPA 7231) – 60h	Gestão da Qualidade no Agronegócio (DPA 7233) – 60h	300 h
	420 h	420 h	420 h	420 h	420 h	2.100 h

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio é composto de componentes curriculares na modalidade presencial e ofertados durante o período noturno. Os componentes curriculares ofertados não apresentam pré-requisitos – com exceção do Trabalho de Conclusão de Curso II – e suas ementas contam com temáticas contemporâneas fundamentadas em atividades do agronegócio, suas múltiplas dimensões e desafios.

A matriz curricular do CSTA é composta por 2.040 horas distribuídas em 34 componentes curriculares obrigatórios que integram os seguintes núcleos de constituição do curso: básico, de gestão, ambiental, de pesquisa e de extensão. Dentre tais componentes curriculares há o Trabalho de Conclusão de Curso I e II, que oportunizam que o discente oriente seu percurso formativo por meio de temáticas e ações que melhor se adequem a seu perfil, interesse e aspirações profissionais.

Além disso, o discente deve cumprir 60 horas em componentes curriculares optativos dentre aqueles ofertados anualmente pelo curso no escopo do sexto semestre. Ou seja, cabe a Comissão de Curso deliberar sobre qual ou quais componentes curriculares optativos serão oferecidos em cada ano, sendo que para a integralização do curso o discente deve obter aprovação no referido componente curricular. Assim, o Quadro 2 apresenta a constituição da matriz de componentes curriculares obrigatórios do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio por meio da qual busca-se o desenvolvimento de competência técnicas e comportamentais do futuro egresso.

Quadro 2 – Constituição da matriz de componentes curriculares obrigatórios do CSTA

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
1	DPA 1221	Produção Animal e Cadeias Produtivas Pecuárias	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 1230	Sociologia Rural	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 1100	Gestão do Agronegócio	Não possui	45	15	0	60	4
	DPA 1061	Sistemas Alternativos de Produção	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 1068	Matemática Aplicada ao Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
2	DPA 2108	Produção Vegetal e Cadeias Produtivas Agrícolas	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 2220	Estatística Aplicada ao Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 2098	Economia Rural I	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 2059	Metodologia de Pesquisa	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 2223	Projeto Articulador de Extensão I	Não possui	0	0	60	60	4
3	DPA 3237	Gestão Ambiental no Agronegócio I	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 3224	Agroindústrias	Não possui	45	15	0	60	4
	DPA 3076	Sistemas Integrados de Produção Agropecuária	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 3227	Projetos Aplicados ao Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 3099	Economia Rural II	Não possui	30	30	0	60	4
4	DPA 4224	Projeto Articulador de Extensão II	Não possui	0	0	60	60	4
	DPA 4078	Políticas Públicas e Ambiente Institucional do Agronegócio Brasileiro	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 4064	Princípios de Construções e Instalações Rurais	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 4228	Marketing no Agronegócio	Não possui	*30*	30	0	60	4
	DPA 4232	Gestão de Pessoas no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
5	DPA 5111	Inovação no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 5230	Extensão e Comunicação Rural	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 5229	Contabilidade no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 5226	Empreendedorismo e Elaboração de Plano de Negócios	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 5114	Logística no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
6	DPA 6235	Trabalho de Conclusão de Curso I	Não possui	15	45	0	60	4
	DPA 6091	Planejamento Estratégico e Processos Decisórios	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 6093	Gestão de Custos no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4

Semestre	Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
	DPA 6225	Projeto Articulador de Extensão III	Não possui	0	0	60	60	4
7	DPA7236	Trabalho de Conclusão de Curso II	DPA 6235	15	45	0	60	4
	DPA 7239	Comercialização de Produtos Agropecuários	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 7238	Gestão Ambiental no Agronegócio II	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 7231	Gestão Financeira no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
	DPA 7233	Gestão da Qualidade no Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4
Carga horária total de componentes curriculares obrigatórios							2.040	
Carga horária total de componentes curriculares optativos							60	
Carga horária total de UNIPAMPA Cidadã							60	
Carga horária total de atividades curriculares específicas de extensão							10	
Carga horária total de atividades curriculares vinculadas de extensão							180	
Carga horária total de Atividades Complementares de Graduação (ACGs)							150	
Carga horária total do curso							**2.500**	

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

Os temas transversais – relações étnico-raciais, ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e direitos humanos – são abordados em projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos junto ao Campus Dom Pedrito. Para tanto, fundamentam-se nas orientações estabelecidas pelo Artigo nº 22 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 338/2022. Além disso, tais de temáticas pautam diálogos fomentados e disseminados em sala de aula de modo a promover um discurso inclusivo e ético, respeitando as diferenças e fomentando o incentivo ao acesso e a permanência dos discentes no ensino superior. Os aspectos relacionados à educação ambiental, empreendedorismo e sustentabilidade são abordados no escopo dos componentes curriculares.

2.4.4 Flexibilização Curricular

A concepção de formação acadêmica indicada no Projeto Pedagógico Institucional (PDI 2019-2023) requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem, dentre outros princípios, a flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar os desafios impostos pelas mudanças sociais, pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização, nas diferentes possibilidades de formação (componentes curriculares obrigatórios, eletivos, atividades curriculares de extensão e atividades complementares).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (2019 – 2023) propõe a flexibilização curricular e a oferta diversificada de atividades complementares como princípio metodológico, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante, através do desenvolvimento de ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos.

Também, nos projetos pedagógicos dos cursos, a flexibilização curricular deve prever critérios que deverão permear as áreas curriculares de conhecimento, e estas deverão estar organizadas em atividades e projetos que promovam associação de novas experiências com aquelas estabelecidas na integralização

mínima prevista na matriz curricular, promovendo a inserção da extensão como princípio de ensino, propondo assim a progressiva concretude da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional da Educação e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

O currículo obrigatório proposto neste PPC não possui pré-requisitos – com exceção do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II. No sexto semestre o discente deve cursar um componente curricular optativo dentre os ofertados pelo curso naquele ano. O Quadro 3 apresenta a síntese dos componentes curriculares optativos, cuja integralização de 60 horas é essencial para a conclusão do curso.

Quadro 3 – Constituição da matriz de componentes curriculares optativos do CSTA

Código do Componente Curricular	Nome do Componente Curricular	Pré-requisitos	CH - Teórica	CH - Prática	CH - Extensão	CH - Total	Créditos
DPA 6021	Técnicas e Ferramentas de Pesquisa	Não possui	15	45	0	60	4
DPA 6022	Leitura, Produção Textual e Elaboração de Seminários	Não possui	15	45	0	60	4
DPA 6023	Agricultura Familiar	Não possui	30	30	0	60	4
DPA 6024	Desenvolvimento Rural	Não possui	30	30	0	60	4
DPA 6025	Manejo e Conservação do Solo e da Água	Não possui	30	30	0	60	4
DPA 6026	Fundamentos da Química e Fertilidade do Solo	Não possui	45	15	0	60	4
DPA 6027	Princípios de Ergonomia e Segurança do Trabalho no Meio Rural	Não possui	30	30	0	60	4
DPA 6028	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	Não possui	45	15	0	60	4
DPA 6029	Tópicos Avançados em Agronegócio	Não possui	30	30	0	60	4

O componente curricular de LIBRAS é ofertado aos alunos do Curso Tecnologia em Agronegócio por meio da oferta integrada realizada no Campus Dom Pedrito, o que atualmente ocorre no âmbito dos Cursos de Licenciaturas de Educação do Campo e Ciências da Natureza. Dessa forma, os discentes são comunicados das datas e matriculados no referido componente curricular.

O CSTA estimula os discentes a participarem de eventos técnicos, científicos, temáticos, culturais e sociais diversos, tais como seminários, congressos, simpósios e palestras para complementação de conhecimentos. Anualmente é realizada a Semana Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, que conta com palestras organizadas por uma comissão formada por docentes e pelo Diretório Acadêmico do Curso. Para esse evento, buscam-se palestrantes e debatedores que compartilhem experiências profissionais do campo de atuação do tecnólogo egresso, bem como abordem os desafios das áreas de conhecimento.

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação (ACGs)

Entende-se por Atividade Complementar de Graduação (ACG) a atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente.

Para tanto, o aluno deve ter a oportunidade de desenvolver suas habilidades, competências, atitudes e conhecimentos por meio de atividades complementares. Estas podem ser realizadas no âmbito de outras instituições de ensino, pesquisa e/ou extensão, órgãos públicos, empresas privadas e cooperativas, situadas no território nacional ou internacional. O curso incentiva os discentes para a realização dessas atividades, bem como delibera sobre seu aproveitamento por meio da Comissão de Curso, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 337/2022. Assim, sendo deferido o aproveitamento, o coordenador de curso encaminha à Secretaria Acadêmica para registro no SIE e computação das referidas horas de ACGs.

As Atividades Complementares Graduação (ACGs) poderão compreender as seguintes modalidades: (i) Grupo I: Atividades de Ensino; (ii) Grupo II: Atividades de Pesquisa; (iii) Grupo III: Atividades de Extensão, e; (iv) Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão.

Salienta-se ainda que as ACGs realizadas devem ser comprovadas pelos discentes por meio de relatórios, declarações, atestados ou certificados emitidos pela entendida promotora do respectivo evento ou ação, se fora dos campi – ou convalidadas no registro acadêmico do discente, se no âmbito interno. O Anexo I apresenta as atividades enquadradas como complementares para a formação acadêmica em Tecnólogo em Agronegócio.

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar componentes curriculares em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento do(s) componente(s) curricular(es) registrados em seu histórico acadêmico (carga horária, frequência e nota). Entre os programas de mobilidade da instituição, estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) têm como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste em projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade

realizada em Instituições Federais de Educação Superior (IFES) em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme o art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, § 1º: “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.5 Migração Curricular e Equivalências

As alterações realizadas na matriz curricular neste PPC têm como único propósito melhorar a matriz curricular e possibilitar aos discentes uma formação dotada de maior abrangência e alinhada com as demandas profissionais contemporâneas. Nesse sentido o Quadro 4 apresenta a grade de equivalência de componentes curriculares obrigatórios tendo em vista o PPC anteriormente adotado.

Quadro 4 – Grade de equivalência de componentes curriculares

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO 2023		PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO 2025	
Código	**Componente Curricular**	**Código**	**Componente Curricular**
DP 0059	Metodologia da Pesquisa Científica	DPA 2059	Metodologia de Pesquisa
DP 0068	Matemática Financeira	DPA1068	Matemática Aplicada ao Agronegócio
DP 0220	Estatística Aplicada ao Agronegócio	DPA 0220	Estatística Aplicada ao Agronegócio
DP 0224	Agroindústrias	DPA 3224	Agroindústrias
DP 0226	Empreendedorismo e Elaboração do Plano de Negócios	DPA 5226	Empreendedorismo e Elaboração do Plano de Negócios
DP 0064	Princípios de Instalações e Construções Rurais	DPA 4064	Princípios de Instalações e Construções Rurais
DP 0228	Marketing em Agronegócio	DPA 4228	Marketing no Agronegócio
DP 0111	Inovação Tecnológica no Agronegócio	DPA 5111	Inovação no Agronegócio
DP 0229	Contabilidade no Agronegócio	DPA 5229	Contabilidade no Agronegócio
DP 0114	Logística em Agronegócio	DPA 5114	Logística no Agronegócio
DP 0231	Administração Financeira	DPA 7231	Gestão Financeira no Agronegócio
DP 0232	Gestão de Pessoas	DPA 4232	Gestão de Pessoas no Agronegócio
DP 0233	Gestão da Qualidade	DPA 7233	Gestão da Qualidade no Agronegócio
DP 0093	Gestão de Custos	DPA 6093	Gestão de Custos no Agronegócio
DP 0235	Planejamento e Processo Decisório no Agronegócio	DPA 6091	Planejamento Estratégico e Processos Decisórios
DP 0099	Fundamentos de Economia	DPA 2098	Economia Rural I
DP 0016	Economia Rural	DPA 3099	Economia Rural II
DP 0223	Projetos Aplicados ao Agronegócio I	DPA 3227	Projetos Aplicados ao Agronegócio
DP 0227	Projetos Aplicados ao Agronegócio II		
DP 0062	Fundamentos em Zootecnia	DPA 1221	Produção Animal e Cadeias Produtivas Pecuárias
DP 0021	Produção Animal		
DP 0062	Fundamentos em Zootecnia	DPA 1221	Produção Animal e Cadeias Produtivas Pecuárias
DP 0076	Cadeias Produtivas Pecuárias		
DP 0061	Fundamentos de Agronomia	DPA 2108	Produção Vegetal e Cadeias Produtivas Agrícolas
DP 0108	Produção Vegetal		
DP 0061	Fundamentos de Agronomia	DPA 2108	Produção Vegetal e Cadeias Produtivas Agrícolas
DP 0077	Cadeias Produtivas Agrícolas		
DP 0100	Fundamentos da Administração	DPA 1100	Gestão do Agronegócio
DP 0222	Fundamentos do Agronegócio		
DP 0100	Fundamentos da Administração	DPA 1100	Gestão do Agronegócio
DP 0025	Administração do Agronegócio		

Casos omissos deverão ser encaminhados para a Coordenação de Curso e serão analisados pela Comissão do CSTA. Componentes curriculares junto aos quais o discente obteve aprovação cujo aproveitamento não está previsto nesse PPC poderão ser contabilizados como Atividades Complementares de Graduação (ACGs).

2.4.6 Estágio Não Obrigatório

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021 dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a Unipampa. De acordo com o seu Art. 1º:

> Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade.

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, "o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso":

> § 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei n° 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.
>
> § 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular.
>
> § 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes.

O estágio objetiva a contextualização curricular, o aprendizado técnico e o desenvolvimento de competências próprias à futura atividade profissional do educando, visando o seu desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho.

A realização de estágios não é obrigatória para a conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio. Porém, os discentes que integralizaram

todos os componentes curriculares que compõem a grade de disciplinas do primeiro semestre e que estejam regularmente matriculados no curso são considerados aptos para a realização de estágio mediante a supervisão *in loco* de um profissional integrante da organização objeto de estágio e a orientação de um docente responsável pelo estagiário – que figura como orientador de estágio.

Os estágios seguem o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Resolução do CONSUNI nº 329/2021. Assim, se caracterizam pela realização de atividades que impliquem no desenvolvimento de metodologias de trabalho ou aprendizagem de técnicas de execução ou acompanhamento de serviços ou projetos inerentes ao agronegócio, visando complementar a formação profissional do discente. Desse modo, buscam o aprimoramento de conhecimentos e troca de ideias, informações e experiência, seja no âmbito da universidade ou ainda de outras instituições. Os estágios podem ser realizados em diferentes organizações desde que estas sejam conveniadas com a UNIPAMPA.

No campus de Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa há uma Comissão de Estágios que tem por finalidade centralizar e deliberar sobre os procedimentos referentes aos estágios a serem realizados pelos discentes. Sua composição é formada por três docentes, dois representantes discentes e uma secretaria de apoio administrativo.

O professor orientador de estágio deve elaborar em conjunto com o discente, o plano de estágio a ser desenvolvido, bem como responsabilizar-se pela orientação e execução do estágio. Também é responsável por avaliar o estágio e atribuir parecer ao desempenho auferido pelo discente, encaminhando a avaliação à secretaria de apoio administrativo da Comissão de Estágios mediante o preenchimento de formulário próprio.

Ainda, é de responsabilidade do orientador comunicar à Comissão de Estágios eventuais cancelamentos ou alterações no plano de estágio em desenvolvimento. Além disso, deve encaminhar à referida comissão o formulário de avaliação, a declaração de estágio realizado, bem como o relatório final de estágio. Em consonância, ao supervisor da empresa ou instituição objeto de estágio compete estabelecer o programa de atividades a ser desenvolvido pelo discente, acompanhá-lo, supervisioná-lo e avaliá-lo ao término do período de estágio.

Cabe ao discente selecionar e contatar o docente do Curso Superior de

Tecnologia em Agronegócio para formalizar sua orientação de estágio com base na afinidade com a área ou campo de atuação. Ressalta-se que não há obrigatoriedade de estágio supervisionado em cursos superiores de tecnologia, sendo tratado neste item apenas o estágio não-curricular.

2.4.7 Práticas Profissionais

As práticas profissionais são atividades supervisionadas e devem estar previstas na organização curricular dos Cursos Superiores de Tecnologia. A Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021 apresenta que:

> Art. 33. A prática profissional supervisionada, prevista na organização curricular do curso de Educação Profissional e Tecnológica, deve estar relacionada aos seus fundamentos técnicos, científicos e tecnológicos, orientada pelo trabalho como princípio educativo e pela pesquisa como princípio pedagógico, que possibilitam ao educando se preparar para enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integrando as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional técnica e tecnológica.
>
> §1º A prática profissional supervisionada na Educação Profissional e Tecnológica compreende diferentes situações de vivência profissional, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa ou intervenção, visitas técnicas, simulações e observações.
>
> §2º A atividade de prática profissional supervisionada pode ser desenvolvida com o apoio de diferentes recursos tecnológicos em oficinas, laboratórios ou salas ambientes na própria instituição de ensino ou em entidade parceira.

Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio busca por meio de revisões constantes em seu PPC, promover atualizações nas ementas de seus componentes curriculares levando em consideração o perfil desejado de seu egresso. Assim, oportuniza a realização de práticas profissionais aos discentes por meio de carga horária prática em seus componentes curriculares, tanto obrigatórios quanto optativos. Além disso, viabiliza aos discentes que possuem interesse e disponibilidade, a realização de estágio não-obrigatório, anteriormente descrito.

Também são promovidas ações conjuntas com todos os grupos de pesquisa, ensino e extensão que integram o Campus Dom Pedrito, bem como com a empresa júnior Da Terra Consultoria em Agronegócio e o estabelecimento de parcerias e ações conjuntas com organizações locais. Além disso, o curso conta com uma área experimental para desenvolvimento de pesquisas em parceria com os

demais cursos ofertados pelo Campus Dom Pedrito.

2.4.8 Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 20).

Para a integralização do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio é obrigatória a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que é iniciado no sexto semestre no âmbito do componente curricular intitulado Trabalho de Conclusão de Curso I e finalizado no semestre seguinte sob o escopo do componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

De maneira sumarizada, o Trabalho de Conclusão de Curso I corresponde a proposta de elaboração de um projeto individual de pesquisa, ou de um projeto individual de estágio de vivência no agronegócio ou de um projeto individual de desenvolvimento rural. O discente deve indicar entre os professores do CSTA um professor orientador para sua supervisão, independentemente da modalidade de projeto a ser desenvolvida, sendo facultada a indicação de um ou mais coorientadores, cuja aprovação de coorientação requer a concordância do professor orientador. Ao final do semestre, o discente deve apresentar seu projeto à uma banca avaliadora, cuja aprovação figura como pré-requisito para a matrícula no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II.

De igual modo, no componente curricular intitulado Trabalho de Conclusão de Curso II, o discente deverá dar prosseguimento ao projeto anteriormente desenvolvido e aprovado, mantendo-se sob orientação do professor indicado. Desse modo, ao final do semestre deverá entregar um artigo científico ou monografia, relatório de estágio ou relatório de desenvolvimento rural à uma comissão avaliadora. Esta comporá a banca de defesa de seu Trabalho de Conclusão de Curso II, frente a qual o trabalho desenvolvido deverá ser apresentado e estará sujeito a arguições. A aprovação no referido componente curricular requer aprovação pela banca de defesa, sendo que a versão final do trabalho será

encaminhada à Biblioteca do Campus de Dom Pedrito da UNIPAMPA para arquivamento em seu repositório institucional.

É de responsabilidade do discente selecionar e contatar o docente para sua orientação antes do início do projeto de pesquisa, de projeto de estágio de vivência no agronegócio ou de projeto de desenvolvimento rural. Salienta-se ainda que os trabalhos desenvolvidos no âmbito do componente de TCC I e II devem atender ao Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da UNIPAMPA.

A banca para defesa tanto do TCC I quanto do TCC II será composta de três membros, sendo um deles o professor orientador, que exercerá a atuação de presidente da banca. Serão atribuídas notas ao trabalho apresentado, em sua versão escrita (peso sete) e apresentação e defesa em sessão pública (peso três). A média aritmética das notas dos avaliadores corresponderá a nota obtida pelo discente, cuja aprovação requer média igual ou superior a seis (6,0). Acadêmicos que obtiveram a nota média inferior a seis (6,0) serão considerados reprovados e deverão, obrigatoriamente, efetuar matrícula na componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I ou II em sua próxima oferta anual. Serão consideradas três situações para a deliberação da banca avaliadora do TCC I e II, quais sejam: (i) Aprovação; (ii) Aprovação condicionada à reestruturação do trabalho, e; (iii) Reprovação.

2.4.9 Inserção da Extensão no Currículo do Curso

A extensão na educação superior brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na UNIPAMPA, as Resoluções CONSUNI/UNIPAMPA nº 332/2021 e nº 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação em consonância com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa por meio da democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas em função da aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A prática extensionista centra-se no protagonismo do discente e deve promover a formação integral e cidadã com o intuito de formar egressos conscientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de maneira autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Nesse ínterim, a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não-governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;
- Integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos discentes e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;

- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e o livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional, e;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes.

A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A prática extensionista no curso de graduação tem os seguintes objetivos basilares:

- Contribuir para a formação interdisciplinar, cidadã, crítica e responsável do(a) discente;
- Aprimorar a formação acadêmica, nos cursos de graduação, por meio da realização de práticas extensionistas e do fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Fortalecer o compromisso social da UNIPAMPA;
- Estimular a integração e o diálogo construtivo e transformador com todos os setores da sociedade;
- Desenvolver ações que fortaleçam os princípios éticos e o compromisso social da UNIPAMPA em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, inclusão e acessibilidade, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena, e;
- Incentivar a comunidade acadêmica a atuar na promoção do desenvolvimento humano, econômico, social e cultural.

Com base na Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 2021, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação presencial e a distância da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), o CSTA

possui 250 horas concernentes à curricularização da extensão, cumprindo assim o percentual mínimo (10%) destinado a inserção da extensão no currículo formal do curso.

A carga horária de atividades de extensão é distribuída da seguinte forma no currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio: (i) 180 horas de atividades de extensão vinculadas a componentes curriculares obrigatórios; (ii) 10 horas de atividades de extensão não vinculadas a componentes curriculares, e; (iii) 60 horas de atividades de extensão realizadas a partir do Programa UNIPAMPA Cidadã, conforme postulado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317, de 29 de abril de 2021.

Salienta-se que as atividades curriculares de extensão vinculadas ocorrerão em três momentos ao longo do curso, no âmbito dos componentes curriculares obrigatórios intitulados Projeto Articulador de Extensão I, II e III, que serão ofertados no segundo, no quarto e no sexto semestre, respectivamente. Em essência, tais componentes curriculares têm como propósito oportunizar aos discentes a prática extensionista a partir da vinculação em programas e/ou projetos de extensão, garantindo o contato com as realidades sociais, produtivas, culturais e ambientais nas comunidades da região onde a Universidade Federal do Pampa está inserida.

Para tanto, ao longo do semestre, o docente responsável pelo componente curricular irá instrumentalizar maneiras para que os discentes desenvolvam ações de extensão tendo em vista a particularidade do CSTA quanto a se tratar de um curso noturno, cujo perfil de acadêmico geralmente exerce uma jornada laboral durante o dia, o que dificulta e, por vezes, impede a realização de atividades em horários diferentes daqueles destinados à realização do curso.

Por sua vez, as atividades de extensão específicas não são vinculadas a componentes curriculares contemplam ações de extensão que os discentes devem empregar no âmbito dos projetos de extensão disponibilizados pelo Campus Dom Pedrito. Estas oportunizam ao acadêmico autonomia quanto a seleção e adesão a projetos e ações de extensão as quais considera de maior pertinência e possui maior familiaridade. Contudo, como anteriormente exposto, por reconhecer as dificuldades enfrentadas pelo discente do CSTA quanto a desempenhar atividades em horário destoante daquele destinado ao curso, este grupo de atividades de extensão totaliza somente 10 horas. Desse modo, figuram como uma espécie de complementação às

atividades de extensão vinculadas à componentes curriculares, que devem ser integralizadas até o final do curso.

Os discentes do CSTA devem realizar 60 horas de atividades de extensão no âmbito do Projeto UNIPAMPA Cidadã que faz parte do Programa Institucional. Trata-se de um projeto de extensão composto por ações de cidadania e solidariedade em que os discentes da UNIPAMPA realizam trabalhos comunitários em instituições públicas, organização/associações da sociedade civil organizada e organizações não-governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade. Os objetivos da UNIPAMPA Cidadã são os seguintes:

- Promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- Estimular a autonomia dos discentes;
- Aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade, e;
- Estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Para tanto, as atividades desenvolvidas sob a égide do referido projeto devem ter as seguintes características: (i) Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não-governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada; (ii) As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social, e; (iii) O planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da UNIPAMPA Cidadã serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

O desenvolvimento dos componentes curriculares pauta-se em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, sobretudo no método de Aprendizagem Baseada em Problemas (do inglês, *Problem Based Learn – PBL)* cuja essência consiste em inserir os discentes em situações problemas similares à desafios profissionais que

irão enfrentar. Desse modo, estimula-se o estudo autônomo e a discussão de problemas contemporâneos conforme proposto pelas DCNs, relacionados com o componente curricular ou com outros contextos sociais, econômicos e ambientais.

Além disso, tem-se a realização de trabalhos de campo, estudos de caso e visitas técnicas – tais como à Expodireto em Não-Me-Toque/RS, à Expointer em Esteio/RS, ao Porto de Rio Grande/RS e a propriedades rurais no Brasil e no exterior. Também se valoriza a participação dos discentes em eventos acadêmicos, técnicos, científicos, culturais e sociais que ocorrem no município e na região de abrangência da UNIPAMPA, sobretudo aqueles orientados ao agronegócio e temáticas relacionadas.

Os docentes desenvolvem suas atividades em sala de aula de maneira expositiva e dialogada relacionando os conteúdos com a prática do agronegócio. O princípio direcionador é educativo no processo de aprendizagem, incentivando ao debate de temas contemporâneos a fim de contribuir para a formação de sujeitos autônomos e cidadãos preparados para os desafios de suas atividades. Como suporte, os docentes fazem uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) por meio da Plataforma *Moodle, Google Classroom, Google Meet,* entre outros.

Além disso, como o curso busca promover a integração entre o conhecimento e a prática de modo dinâmico, são empregadas tecnologias de *gamificação* na educação, estimulando o senso crítico e a autonomia dos discentes. Ademais, utiliza-se de estratégias metodológicas que fomentam o desenvolvimento de competências comportamentais (trabalhos em grupos, debates, seminários, sala de aula invertida, etc.), visto que se reconhece a importância da formação integral do cidadão e futuro profissional do agronegócio.

Tais práticas permitem ao discente desenvolver conhecimento da realidade local, reforçar o compromisso social e incentivar o respeito à diversidade, à ética, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como valores. Também contribui para a sua autonomia intelectual, desenvolvimento de postura crítica, reflexiva e transformadora, oportunizando a construção de competências profissionais orientadas a realidade contemporânea. Como consequência, o perfil profissional do egresso do CSTA expressa as competências desenvolvidas pelo discente que são articuladas com as necessidades locais, regionais, nacionais e internacionais e que

contemplam as novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

2.5.1 Interdisciplinaridade

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) concebe a interdisciplinaridade como sendo a “concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento” (p. 47).

De acordo com o PDI 2019-2023, a interdisciplinaridade é um dos princípios que pautam a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA, visto que “as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;” (p. 32)

No mesmo documento, consta ainda que, na organização didático-pedagógica dos cursos de graduação, a interdisciplinaridade e a flexibilização curricular sejam desenvolvidas a partir de atividades em projetos de ensino e de aprendizagem ou eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de graduação, projetos, estágios, aproveitamentos de estudo, atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam flexibilidade ao currículo, buscando garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista.

A partir do diálogo interno, entende-se que as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, áreas de conhecimento, campis e os diferentes órgãos da instituição, garantindo tanto a consistência teórica como a operacionalidade dos projetos interdisciplinares.

2.5.2 Práticas Inovadoras

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio reconhece a importância da implantação de práticas inovadoras para o desenvolvimento crítico e construtivo do profissional. Também reverbera que a formação ética dos discentes é amplamente construída por meio da aplicação de diferentes formas e valorizações de saberes e experiências. Sob essa perspectiva, o curso busca promover continuamente a

qualificação profissional do corpo docente a fim de agregar conhecimentos a partir de novas práticas, dentre as quais salienta-se o uso de tecnologias de informação, *softwares*, aplicativos, plataformas digitais e *gamificação*.

Ainda no sentido de inovar, incentiva-se a adoção de mídias sociais como ferramenta didática, as quais oportunizam a integração entre o público interno e externo. Desse modo, fomenta-se a aproximação entre os discentes e a comunidade externas, contribuindo para a disseminação de informações técnico-científicas e para a inserção do CSTA no cotidiano da comunidade externa ao Campus Dom Pedrito.

O incentivo à inovação e ao empreendedorismo a partir da Divisão de Inovação Tecnológica (DIT) e das Comissões de Inovação e Empreendedorismo também se configuram como práticas inovadoras. Isso porque incentivam ações orientadas à criação de *startups,* ao funcionamento da empresa júnior e à estudos de prospecção tecnológica ao mesmo tempo em que estimulam o espírito empreendedor.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio tem em seu currículo a teoria e a prática articuladas entre si. Nesse sentido, promove a integração entre empresas relacionadas ao agronegócio, entidades públicas e privadas e produtores rurais, objetivando fortalecer e qualificar a formação dos discentes. Tal articulação oportuniza conhecer as necessidades e demandas de mercado em consonância com a execução ações empreendedoras e inovadoras desenvolvidas em conjunto com os diferentes setores econômicos.

Nesse sentido, salienta-se que o CSTA conta com a empresa júnior denominada Da Terra Consultoria em Agronegócio. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em 15 de agosto de 2012 e ligada ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio e de Bacharelado em Zootecnia da UNIPAMPA Campus Dom Pedrito. A organização é regida por estatuto próprio e conta com registro junto a Receita Federal. Os integrantes da empresa júnior são discentes de ambos os cursos que atuam prestando serviços junto a produtores rurais e demais organizações do agronegócio local e regional.

As atividades desenvolvidas pela empresa júnior envolvem a análise de custos e precificação, consultoria gerencial, elaboração de plano de negócio e verificação de viabilidade financeira de empreendimentos, pesquisa de mercado e

desenvolvimento de estratégias de marketing, auxílio à controle financeiro, entre outras. O docente MSc. Wilson Valente da Costa Neto atua como coordenador da empresa júnior e demais professores auxiliam no âmbito do conselho consultivo.

Desse modo, que o curso prioriza também exercer o seu papel enquanto integrante da universidade pública, que deve ser geradora e disseminadora de conhecimentos que proporcionem benefícios sociais, intelectuais e econômicos para a sociedade. Portanto, reverbera-se que o CSTA reconhece e valoriza a pertinência de práticas inovadoras orientadas para a resolução de desafios e o atendimento de demandas provenientes da comunidade na qual está inserido.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

Quanto à acessibilidade metodológica, se necessária, os discentes são encaminhados ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE). Trata-se de um setor vinculado à Coordenação Acadêmica responsável pela execução da política de assistência estudantil e pelo apoio pedagógico e psicossocial no âmbito do Campus, de forma integrada com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e com o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

Com base na premissa da educação inclusiva, amparada na legislação educacional vigente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 e Resolução do CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021), o curso deve proporcionar flexibilização curricular e acessibilidade aos acadêmicos que apresentem condições de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ou outras condições que impliquem em necessidades educacionais especiais. A educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação plena das pessoas, sem restrições de qualquer natureza com base na deficiência.

De acordo com a Resolução nº 328/2021, será possibilitado ao discente surdo(a) a produção das atividades acadêmicas, incluindo as avaliações, primeiramente em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com posterior tradução em língua portuguesa, sempre que necessário. A tradução para a língua portuguesa deverá ser feita por profissional habilitado.

No âmbito da educação especial e inclusiva, serão garantidos recursos educacionais que oportunizem a acessibilidade dos discentes ao processo de ensino-aprendizagem, tais como prova ampliada, prova em Braille, Soroban, LIBRAS tátil, auxílio de ledor, tradução/interpretação em LIBRAS, auxílio para transcrição, fácil acesso, apoio para orientação e mobilidade, audiodescrição, comunicação alternativa, bem como todo o tipo de recurso que minimize ou elimine as barreiras de acessibilidade.

No âmbito institucional da UNIPAMPA, o apoio e a orientação à comunidade acadêmica tem sido realizada pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), ao passo que nas unidades acadêmicas o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) com apoio do NInA presta auxílio quanto ao serviço educacional especializado.

Uma das ações institucionais que contempla o CSTA corresponde a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual é ofertada de maneira optativa no sexto semestre de curso conforme a demanda dos discentes e a disponibilidade dos docentes. Ademais, o curso e a universidade, com base na legislação vigente, vêm propondo alternativas em observância as especificidades das necessidades educacionais dos discentes para que o processo de ensino-aprendizagem seja cada vez mais eficaz, assegurando o acesso e a permanência de acadêmicos com deficiência nas mais diferentes atividades desenvolvidas pela comunidade universitária.

Conforme o Documento Orientador das Comissões de Avaliação *in loco* para Instituições de Educação Superior com enfoque em Acessibilidade, acessibilidade metodológica (também conhecida como pedagógica) caracteriza-se pela ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e

ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Nesse sentido, os recursos (textos físicos e digitais, slides, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formatos acessíveis, tendo ou não estudantes com deficiência, seguindo os princípios do Desenho Universal para Aprendizagem (DUA).

Os princípios do DUA são: Proporcionar múltiplos meios de envolvimento - estimular o interesse dos alunos e motivá-los para a aprendizagem recorrendo a formas diversificadas; Proporcionar múltiplos meios de representação - apresentar a informação e o conteúdo em diferentes formatos para que todos tenham acesso; Proporcionar diversos meios de ação e expressão - permitir formas alternativas de expressão e de demonstração das aprendizagens, por parte dos alunos.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação.

A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

> I – adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;
>
> II – garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III – reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV – o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual.

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente..

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

2.5.4 Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no Processo de Ensino e Aprendizagem

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) adotadas nos processos de ensino-aprendizagem, aliadas com as metodologias e dinâmicas didáticas, possibilitam a execução das ações previstas neste PPC de maneira alinhada com as demandas do mercado de trabalho e da sociedade. De maneira específica, salienta-se que o Campus Dom Pedrito possui um laboratório de informática equipado com trinta computadores que permite o acesso dos discentes à *softwares* diversos e a *internet*, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional.

No planejamento didático dos docentes, outros recursos das TICs também são utilizados, tais como, *softwares* para formulação de ração, projeção de

acasalamentos, sistemas computacionais de apoio a gestão, plataformas de mapeamento de patentes, vídeos complementares e demais ferramentas digitais e de metodologias ativas de ensino-aprendizagem.

Reconhece-se que as TICs são fundamentais no processo contemporâneo de ensino-aprendizagem por facilitarem a comunicação e a busca por informações, bem como por oportunizarem a interação em tempo real. Desse modo, possibilitam a aproximação entre a comunidade interna e externa a universidade, a formação de redes de contato e a inserção dos futuros profissionais no mercado de trabalho.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O Plano de Desenvolvimento Institucional apresenta que “A avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem é entendida como um trabalho pedagógico contínuo e cumulativo, com prevalência de aspectos qualitativos sobre quantitativos. O conceito de avaliação como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento, é percebido como interativo, crítico, reflexivo e democrático. A concepção de avaliação acompanha os princípios metodológicos, portanto a avaliação considera que o aluno é partícipe do processo de aprendizagem, de modo a ser uma estratégia que possibilite o diagnóstico das dificuldades e a construção das aprendizagens” (p. 45).

A avaliação do desempenho acadêmico dos discentes é orientada pela Resolução nº 29/2011. Segundo a normativa e em consonância com a LDB (lei nº 9394/1996), a avaliação deve ser processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

A frequência é registrada aula após aula, estando reprovado por infrequência o discente que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas programadas em cada componente curricular, vedados os abonos de faltas, salvo nos casos previstos em lei.

A aprovação do discente está sujeita ao resultado auferido nas avaliações efetuadas ao longo do componente curricular na forma prevista no plano de ensino, cujos resultado global é expresso em nota, conforme estabelecido pelas normas da graduação. É considerado aprovado o discente que alcançar nota final mínima de

6,0 (seis) nas atividades de ensino – incluídas as atividades de recuperação de ensino – e obtiver frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular.

O resultado das atividades avaliativas deverá ser divulgado aos discentes em até dez dias úteis após a sua realização. É assegurado aos discentes vistas aos documentos avaliativos após a divulgação dos resultados. Os discentes também podem solicitar a revisão da nota parcial ou nota final da avaliação de sua aprendizagem mediante justificativa e no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis após a informação do resultado.

De acordo com o Artigo 61 da Resolução nº 29/2011, é assegurada a realização de atividades de recuperação ao longo do semestre, na perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente. As atividades de avaliação, inclusive de recuperação, assim como a metodologia de ensino devem constar no respectivo plano de ensino do componente curricular. Reserva-se ao docente o direito de definir quais as atividades de recuperação que serão adotadas, bem como o tempo previsto para a sua execução.

A verificação do aproveitamento e do controle de frequência às aulas é responsabilidade do docente. O discente terá direito a acompanhar, junto a cada professor ou à Secretaria Acadêmica, o registro da sua frequência às atividades acadêmicas. Além disso, os procedimentos avaliativos utilizados pelos docentes devem estar de acordo com as normas acadêmicas da instituição e empregando instrumentos que viabilizem a verificação da aprendizagem obtida pelo discente.

No processo de avaliação dos componentes curriculares incentiva-se a realização de atividades alternativas que avaliem o desenvolvimento da capacidade de raciocínio do discente e a formulação de respostas à exercícios práticos que simulem o exercício profissional. Os componentes curriculares ofertados devem, na medida do possível, privilegiar o uso de metodologias que se integrem com o Método de Resolução de Problemas, no qual o discente será capaz de proporcionar respostas à problemas concretos no âmbito da sua futura atuação profissional.

Em relação à política de inclusão, o CSTA segue à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal do Pampa, conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021. Nesse dispositivo legal está previsto instrumento avaliativo inclusivo que considera as adaptações metodológicas e de

conteúdo estabelecidas no currículo dos discentes portadores de deficiência, considerando as diferenças de desenvolvimento e aprendizagem.

As ações realizadas no intuito de atender as políticas de inclusão são fomentadas e articuladas institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) juntamente com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.” (Decreto nº 7.691/2011). Nesse sentido, após ciência da Comissão de Curso do CSTA quanto a existência de especificidades nos processos de ensino-aprendizagem por parte de discentes assistidos pelo NuDE, tomam-se providências para assegurar a eficácia de tais processos.

2.7 APOIO AO DISCENTE

No início das atividades letivas, os discentes ingressantes no CSTA são recebidos pela Coordenação de Curso e demais docentes em um evento conhecido como Semana da Acolhida. Trata-se de um momento em que os discentes conhecem a universidade, o campus e o curso, bem como participam de uma palestra técnica com o intuito de aproximá-los de seu campo de atuação profissional e integrá-los junto aos discentes dos demais semestres. Ou seja, busca-se possibilitar aos discentes iniciantes o contato com a prática do curso ao qual escolheram, bem como compartilharem experiências e anseios com colegas que já estão a mais tempo no CSTA.

Para o atendimento individualizado e apoio pedagógico, o campus possui uma equipe multifuncional composta por um servidor com atuação e formação em assistência social, uma técnica em assuntos educacionais, uma pedagoga, uma intérprete de LIBRAS e um assistente em administração. Todos estão à disposição dos discentes junto ao NuDE, que dentre as ações desenvolvidas tem-se a adaptação dos estudantes à vida acadêmica, a prevenção da evasão e da retenção, estímulo a qualidade de vida no contexto universitário, entre outras.

De maneira específica, o NuDE desenvolve as seguintes ações: atendimento aos estudantes por demanda espontânea ou indicação docente; encaminhamento a

serviços da rede do Município (principalmente atendimento junto a psicólogos e assistência social); acompanhamento social e pedagógico, e; organização de cursos, palestras e oficinas voltadas às temáticas de letramento acadêmico, organização de estudos e leitura e escrita universitária.

O apoio pedagógico do NuDE ocorre por meio de monitorias, cursos, projetos de ensino, assessoria e acompanhamento pedagógico, palestras e rodas de conversas e estudos e pesquisas. Em relação a assistência estudantil há a realização de oficinas, cursos, ações no âmbito do Varal do Pampa (organização, divulgação e realização da campanha do agasalho), atendimentos e acompanhamentos individualizados e acolhimento dos ingressantes.

Em relação à Assistência Estudantil os discentes procuram o NuDE para solicitar orientações sobre o plano de permanência e outras informações acerca de documentos, moradia, vida acadêmica, acesso ao *site* da UNIPAMPA, elaboração de *e-mail* e senha para acesso ao sistema GURI e portal do aluno. Além disso, os discentes procuram o serviço social sobretudo para obterem orientações sobre os programas de assistência estudantil da UNIPAMPA, programa de permanência, acesso ao restaurante universitário e apoio financeiro para participação em eventos, os quais são acessados por meio de editais específicos. Também já foram atendidos discentes que necessitavam de apoio psicológico, sendo estes encaminhados para a rede de saúde do município.

São realizadas oficinas anuais sobre assistência estudantil com os discentes ingressantes, explicando minuciosamente os editais do plano de permanência. As oficinas ocorrem no laboratório de informática para que os acadêmicos já tenham acesso ao sistema de inscrição e possam sanar suas dúvidas. Os discentes também são atendidos individualmente para orientações específicas de que necessitam.

No intuito de democratizar e ampliar o acesso às informações sobre os programas de assistência estudantil da UNIPAMPA é ofertado para os discentes do plano de permanência um curso via Moodle denominado "Assistência Estudantil". Além de viabilizar maiores informações sobre assistência estudantil, os participantes também obtêm certificado válido como ACGs. É realizada também a Campanha do Agasalho denominada "Varal do Pampa" para que os discentes em situação de vulnerabilidade social adquiram roupas e agasalhos. Quando necessário, os acadêmicos também são encaminhados para o Programa de Apoio Social e

Pedagógico (PASP) ou Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA).

Destaca-se ainda a existência do Curso de Assistência Estudantil, que está organizado por módulos. Os discentes devem acessá-lo durante o período de uma semana, realizando as leituras e as atividades indicadas, bem como participando dos fóruns. Busca-se identificar os recursos mais utilizados pelos acadêmicos e propor atividades simples que possam ser empregadas para maximizar seu entendimento a respeito dos recursos.

A capacitação é organizada em dez módulos, quais sejam: Módulo I: PNAES; Módulo II: Histórico da Assistência Estudantil no Brasil; Módulo III: Como ocorre a Assistência Estudantil na UNIPAMPA; Módulo IV: Como faço para continuar recebendo os auxílios da Assistência Estudantil da UNIPAMPA durante minha graduação?; Módulo V: Legislação; Módulo VI: Apoio ao Ingressante; Módulo VII: Projeto de Apoio Social e Pedagógico (PASP); Módulo VIII: Programa à Participação de Estudantes em Eventos (PAPE); Módulo IX: Movimento Estudantil, e; Módulo X: Conclusão.

Além disso, salienta-se que todos os docentes junto aos componentes curriculares pelos quais são responsáveis, disponibilizam horários semanais de atendimento individual extraclasse aos discentes. Estes são estipulados no início do semestre letivo, devendo ser registrado no plano de ensino e publicizado à comunidade acadêmica.

Em 2020 foi publicado o edital de seleção de candidatos ao Programa de Apoio a Ingressantes, que visa oferecer condições de acesso e permanência ao discente no curso de graduação presencial e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 84, de 30 de outubro de 2014. Esta resolução orienta também o processo seletivo para candidatos ao plano de permanência, voltado para estudantes matriculados em cursos de graduação presencial e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O plano de permanência abrange os seguintes aspectos: (i) Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio-alimentação e Alimentação Subsidiada (nos campi com Restaurante Universitário); (ii) Programa de Moradia Estudantil: Auxílio-moradia e Vaga na Moradia Estudantil); (iii) Programa de Apoio ao Transporte: Auxílio-transporte e Auxílio-transporte Rural; (iv) Programa de Auxílio Creche; (v) Programa de Apoio ao Ingressante; (vi) Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP); (vii)

Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE), (viii) Programa de Ações Afirmativas.

Também, a UNIPAMPA disponibiliza editais de seleção para participação dos discentes no Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) e Programa de Educação Tutorial (PET). Em relação ao apoio à discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no Artigo 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

Ademais, aos discentes na UNIPAMPA é oportunizada a possibilidade de usufruir dos serviços de tradução e interpretação entre a língua portuguesa e outros idiomas, conforme a Instrução Normativa UNIPAMPA nº 35, 23 de dezembro de 2021, que estabelece os fluxos e procedimentos internos dos referidos processos.

Não obstante, o CSTA busca envolver-se ativamente em medidas institucionais direcionadas ao acompanhamento e minimização da retenção e evasão conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 300/2020, que estabelece o programa institucional de acompanhamento e enfrentamento dos índices de retenção e evasão, com vistas a contribuir para a permanência e o sucesso dos discentes na integralização do curso.

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil, estão: programa de bolsa permanência, programa de apoio à instalação estudantil, Programa de Desenvolvimento Acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

De acordo com o Art. 3º da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 239, de 25

de abril de 2019, o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) contempla uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo, Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais, sendo que o número de servidores e a composição podem variar de acordo com as especificidades e demandas do campus, a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto à Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA), vinculado à Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão (ADAFI). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.691/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do curso é realizada considerando a autoavaliação institucional, promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos *campi* e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA) que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão.

São avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da autoavaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas da EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassam transversalmente essas áreas.

Inclui-se, ainda, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), regulamentado pela Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020. Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo avaliar o desempenho dos cursos de graduação e de pós; estabelecer políticas institucionais de formação continuada no âmbito da pós-graduação, contribuindo para o planejamento e a melhoria dos cursos; orientar a oferta de novos cursos; e divulgar ações institucionais para os egressos da UNIPAMPA. Cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos, conscientizando-os sobre a importância de contribuírem com a avaliação do curso, enquanto cidadãos diplomados pela Instituição.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida; isso, consequentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na organização do curso e na atividade dos servidores. Após o recebimento dos relatórios, cabe ao NDE utilizar os resultados para análise e reflexão acerca das condições e percepções dos egressos, como um importante instrumento de debate sobre os indicadores de sucesso ou fragilidades no curso e quais novas ações poderão ser planejadas, com registro dos encaminhamentos, as ações e tomadas de decisões. Também, os docentes deverão refletir sobre o currículo, analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram. O resultado das avaliações externas é utilizado para o aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidências da divulgação dos resultados à comunidade acadêmica e registro do processo de autoavaliação periódica do curso.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que eles compreendam a importância de suas constatações e opiniões, não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que contribuam na vida institucional, sejam participativos e críticos com a sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Ainda, em relação ao processo de autoavaliação, os cursos devem considerar os resultados da avaliação do desempenho didático realizada pelo discente (conforme a Resolução CONSUNI 80/2014), tendo em vista a qualificação da prática docente.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio utiliza como parâmetro para sua avaliação interna os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual constitui um órgão colegiado permanente, que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna da UNIPAMPA é regulamentada pela Resolução nº 11/2010. Devido a multicampia, a principal característica da Comissão é sua estrutura, organizada em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi, e Comissão Central de Avaliação (CCA) e assim, formado em cada Campus, por: 1 (um) representante do corpo docente; 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo em educação; 1 (um) representante discente, e; 1(um) representante da sociedade civil.

São atribuições dos Comitês Locais de Avaliação as seguintes: (i) Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional; (ii) Desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação; (iii) Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades, e (iv) Sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.

Desta forma, as autoavaliações servem como sugestão à Comissão de Curso para implementar melhorias e revisões do projeto político-pedagógico, sempre que

necessárias. Acompanhar estas etapas permitem a garantia de condições para comparabilidade e acompanhamento da evolução do curso ao longo do tempo. O CSTA realiza atualmente pesquisa com os egressos e pesquisa com discentes como forma de avaliação. A Comissão de Curso e o NDE entendem que a avaliação deve propiciar à estrutura gestora do curso uma leitura e análise sobre o aspecto formativo dos profissionais adequados às proposições definidas no projeto pedagógico e que atendam as evoluções da demanda do mercado de trabalho e da sociedade, o que é possível verificar através da pesquisa com os egressos e pesquisa com alunos.

A avaliação dos docentes pelos discentes é realizada a cada final de semestre, por meio de um instrumento aplicado pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da UNIPAMPA, em consonância com a Resolução CONSUNI nº 80/2014. Através da pesquisa, os discentes podem avaliar o docente e o componente curricular. Os resultados finais da avaliação são comunicados ao docente, assim como é acompanhada pela Coordenação do Curso e NDE a evolução das avaliações de cada docente do curso.

O acompanhamento dos egressos segue a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 294, de 30 de novembro de 2020, a qual regulamenta o acompanhamento de egressos da Universidade Federal do Pampa. Desta forma, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como um processo em permanente atualização, visando melhorias e inovações, objetivando identificar possibilidades, orientar, justificar e escolher, aprendendo com experiências vivenciadas e conhecimentos adquiridos ao longo do processo de formação profissional, incluindo a interação entre os cursos e os contextos local, regional e nacional. A avaliação, dessa maneira, permite verificar a coerência existente entre os elementos constituintes do projeto e a pertinência da estrutura curricular em relação ao perfil desejado e desempenho social do egresso, permitindo mudanças de forma gradual e sistêmica.

A partir do cadastro de e-mails dos egressos, a CAC faz contato anual para avaliar o curso e se a formação do egresso atende ao exercício da profissão de Tecnólogo em Agronegócio, buscando a constante melhoria do curso. Recentemente, por iniciativa do NDE, realizou-se uma pesquisa com os Egressos do curso. Os resultados foram apreciados em comissão de curso e disponibilizados na página eletrônica do curso. Além disso, foi elaborado o Programa de

Acompanhamento de Egressos o qual está em tramitação nas instâncias institucionais competentes para a aprovação do documento.

3 EMENTÁRIO

3.1 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS

3.1.1 Componentes Curriculares do Primeiro Semestre

Produção Animal e Cadeias Produtivas Pecuárias (DPA 1221)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa:

Conhecimentos básicos sobre a Zootecnia. Estudos sobre os sistemas de Produção Animal. A importância econômica e social da produção animal dentro do desenvolvimento rural. Noções básicas sobre os sistemas de produção de bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura, suinocultura, equinocultura, apicultura, piscicultura. Raças e demais grupos zootécnicos. Conceitos teóricos sobre as cadeias produtivas pecuárias. Estudo das cadeias produtivas pecuárias do agronegócio nas suas especificidades no que se refere ao elo dos insumos, da produção, do processamento e distribuição, canais de distribuição e do consumidor final (bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, ovinocultura, avicultura, suinocultura, equinocultura, apicultura, piscicultura).

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes conhecimentos técnicos relacionados à produção animal e oportunizar a compreensão das dinâmicas e das características das diferentes cadeias produtivas pecuárias.

Objetivos Específicos:

- Compreender e instrumentalizar conceitos básicos relacionados a zootecnia e a produção animal;
- Analisar os elementos que compõem as diferentes cadeias produtivas pecuárias, bem como suas características, dinâmicas e interfaces;
- Identificar especificidades da produção animal e das atividades pecuárias;
- Ponderar sobre tendências e desafios da produção animal e das cadeias produtivas pecuárias.

Referências Básicas:

ANDRIGUETO, J. M. et al. **Nutrição animal**. São Paulo: Nobel, 2002.
BARCELLOS, J. et al. **Bovinocultura de cort**e: cadeia produtiva e sistemas de produção. Porto Alegre, RS: Agrolivros, 2011.

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
OLIVEIRA, C. G. **Instalações e manejos para suinocultura empresarial**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1997.
VAZ, C. M. S. L. **Ovinos**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: EMBRAPA, 2007.

Referências Complementares:

BARBOSA, F. A. **Administração de fazendas de bovinos**: leite e corte.
Viçosa, MG: Aprenda Fácil Editora, 2007.
GOMIDE, L. A. M.; FONTES, P. R.; RAMOS, E. M. **Ciência e qualidade da carne**: fundamentos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2013.
MALAVAZZI, G. A. **Avicultura:** manual prático. São Paulo, SP: Nobel, 1999.
NEVES. M. F.; CASTRO, L.T. **Agricultura integrada**: Inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. São Paulo: Atlas, 2010.
PEDREIRA, C.G.S. **Produção de ruminantes em pastagen**s. Piracicaba: FEALQ, 2007.

Sociologia Rural (DPA 1230)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos básicos de sociologia rural. Sociedade rural brasileira. O desenvolvimento e a sociedade rural. Transformações da sociedade agrária, dos processos produtivos e tecnológicos. Diversidade do meio rural brasileiro. A questão do trabalho no meio rural. Associativismo e cooperativismo rural. Programa Nacional de Direitos Humanos. Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena e seus desdobramentos.

Objetivo Geral: Conhecer, identificar e utilizar conceitos e princípios da sociedade rural e sua relação com o desenvolvimento rural.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre a formação da sociedade rural brasileira;
- Analisar as mudanças agrárias no meio rural brasileiro;
- Identificar a heterogeneidade da sociedade rural brasileira decorrente das mudanças agrárias;
- Ponderar sobre tendências e desafios da sociedade rural brasileira e seus impactos nas organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2011.
KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008.
WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

Referências Complementares:

ANJOS, J. C.; LEITÃO, L. **Etnodesenvolvimento e mediações político-culturais no mundo rural.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.
GUARESCHI, P. A. **Sociologia crítica:** alternativas de mudança. 58. ed. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2005.
LINDNER, M. **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: NEAG. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2017.
MARAFON, G. J.; PESSOA, V. L. S. **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais:** reflexões interinstitucionais e constituição de grupos de pesquisa no rural e no urbano. Uberlândia, MG: Assis Editora, 2008.
MARTINS, C. B. **O que é sociologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2013.

Gestão do Agronegócio (DPA 1100)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 45h
Carga horária prática: 15h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Avanços teóricos e funções básicas da administração. Noções de eficiência, eficácia e efetividade. Áreas e níveis organizacionais. Organizações do agronegócio. Conceito e importância do agronegócio. Empresa rural. Visão sistêmica das organizações contemporâneas: pessoas, finanças, custos, logística, marketing, vendas, produção/operações e suprimentos. Tendências, desafios e heterogeneidade do agronegócio brasileiro. Dinâmicas do agronegócio mundial.

Objetivo Geral: Compreender os avanços históricos relacionados à administração enquanto ciência e ponderar sobre seus contributos empíricos no âmbito das organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Distinguir as diferentes teorias da administração e analisar a maneira como estas impactam nas práticas contemporâneas de gestão;
- Desenvolver uma visão sistêmica e integrativa sobre as organizações do agronegócio;

- Analisar o agronegócio brasileiro tendo em vista a heterogeneidade de suas organizações e especificidades regionais;
- Examinar o panorama do agronegócio mundial.

Referências Básicas:

BRUM, A. L.; MULLER, P. K. (Orgs.) **Aspectos do agronegócio no Brasil**. Ijuí, RS: UNIJUI, 2008.
CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.
GIASSON, E.; MACHADO, J. A. D.; MIGUEL, L. A. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2010
LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. **Administração**: princípios e tendências. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Saraiva, 2008.
OLIVEIRA, D. P. R. **Fundamentos da administração:** conceitos e práticas essenciais. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

Referências Complementares:

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
BARBOSA, J. S. **Administração rural a nível de fazendeiro**. São Paulo, SP: Nobel, 2007.
REVILLION, J. P. P.; BADEJO, M. S. **Gestão e planejamento de organizações agroindustriais**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
SANTOS, A. C. **Gestão moderna de cooperativa**. Viçosa, MG: CPT, 2011.
SILVA, R. A. G. **Administração rural**: teoria e prática. 2. ed., 3. reimp. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

Sistemas Alternativos de Produção (DPA 1061)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Síntese da evolução e dinâmica dos sistemas agrários em nível mundial, brasileiro e sul riograndense. As mudanças na agricultura e suas condições de desenvolvimento em diferentes sistemas agrários. A história da agricultura e dos grandes sistemas agrários mundiais. A agricultura e as implicações socioambientais. A relação entre a agroecologia e as escolas alternativas de agricultura**.**

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes conhecimentos teóricos e aplicados relacionados aos diferentes sistemas alternativos de produção agrícola.

Objetivos Específicos:

- Compreender a importância dos sistemas alternativos de produção para o desenvolvimento socioeconômico sustentável;
- Reconstituir as grandes etapas da evolução da história da agricultura desde suas origens até o período atual;

- Proporcionar a compreensão sobre a evolução e diferenciação dos sistemas agrários em diferentes regiões do mundo, no contexto brasileiro e do Rio Grande do Sul.
- Compreender as mudanças ocorridas na agricultura e as implicações socioambientais deste processo.

Referências Básicas:

CASTRO, L. T. E.; NEVES, M. F. **Agricultura integrada:** inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2001.
KUBO, R. R.; DAL SOGLIO, F. (Orgs.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.
MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **Dialética da agroecologia.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014.
MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas do mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo, SP: UNESP, 2010.

Referências Complementares:

AQUINO, A. M. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa, 2005.
COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: conquistando a soberania alimentar. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2004.
DALLA VECCHIA, M. F. **Agricultura ecológica**: princípios básicos. Porto Alegre, RS: ALRS, 2012.
MARTIN, T. N.; MONTAGNER, M. M. **Sistemas de produção agropecuári**a: ciências agrárias, animais e florestais. Dois Vizinhos, PR: UTFPR, 2010.
SAUER, S. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológic**a. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2013.

Matemática Aplicada ao Agronegócio (DPA 1068)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Fundamentos da matemática elementar. Teoria dos conjuntos. Funções e aplicações das funções. Fundamentos do cálculo diferencial: limites e derivadas. Noções básicas de matemática financeira. Capitalização simples e composta. Sistemas de amortização. Amortização de empréstimos.

Objetivo Geral: Capacitar o discente a compreender, a interpretar e a executar operações matemáticas comumente aplicadas na dimensão agronômica, zootécnica, financeira e gerencial das organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Expressar-se com clareza utilizando a linguagem matemática no contexto do agronegócio;
- Compreender a importância e a aplicabilidade das operações matemáticas no âmbito das organizações do agronegócio;
- Interpretar e aplicar ferramentas de cálculo diferencial nas atividades agropecuárias e agroindustriais;
- Resolver problemas matemáticos de natureza financeira em organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

DANTE, L. R. **Matemática:** contexto e aplicações. São Paulo, SP: Ática, 2011.
GIOVANNI, J. R.; BONJORNO, J. R.; GIOVANNI JR, J. R. **Matemática fundamental**: uma nova abordagem. São Paulo, SP: FTD, 2002.
GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010.
RODRIGUES, J. A.; MENDES, G. M. **Manual de aplicação de matemática financeira**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2007.
SILVA, A. L. C. **Matemática financeira aplicada**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
RIBEIRO, J. **Matemática**: ciência e linguagem. São Paulo, SP: Scipione, 2007.
TABOAS, P. Z. **Cálculo em uma variável real.** São Paulo, SP: EDUSP, 2008.
TOSI, A. J. **Matemática financeira com utilização da hp-12c**: edição compacta. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira.** 10. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2000.

3.1.2 Componentes Curriculares do Segundo Semestre

Produção Vegetal e Cadeias Produtivas Agrícolas (DPA 2108)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Fatores e processos de formação do solo. Elementos de química, mineralogia, física e biologia do solo. Manejo e conservação do solo e da água. Conceitos básicos sobre produção vegetal e fatores ambientais. Estudo dos sistemas sustentáveis dentro da produção vegetal. Principais interações em um sistema de produção. Fitotecnia: agrometeorologia e ecologia. Sementes e grãos. Horticultura, fruticultura e silvicultura. Fitossanidade: entomologia, fitopatologia e plantas daninhas. Principais cadeias produtivas agrícolas do Brasil.

Objetivo Geral: Capacitar o discente a atuar no âmbito da produção vegetal, oportunizando lhe conhecimentos teóricos e aplicados relacionados a ciência do solo, fitotecnia e fitossanidade, bem como instrumentalizá-lo a analisar as principais cadeias produtivas agrícolas do Brasil tendo em vista a sua composição, estrutura, dinâmica, importância e especificidades.

Objetivos Específicos:

- Compreender a importância e a aplicabilidade de conteúdos inerentes a ciência do solo na atuação profissional;
- Relacionar as principais características externas ou ambientais envolvidas no crescimento e desenvolvimento da produção vegetal;
- Favorecer a compreensão do funcionamento dos principais sistemas de produção agrícolas;
- Caracterizar as cadeias produtivas agrícolas, identificando sua composição, estrutura e especificidades.

Referências Básicas:

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 8. ed. São Paulo, SP: Ícone, 2012.
MALAVOLTA, E. **Manual de calagem e adubação das principais cultura**s. São Paulo, SP: Ceres, 1987.
MOREIRA, F. M. S. **Biodiversidade do solo em ecossistemas brasileiros**. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras, 2008.
OLIVEIRA, L. M.; PAIVA, R. **Fisiologia e produção veget**al. Lavras, RS: Universidade Federal de Lavras, 2006.
SILVA, J. F. **Tópicos em manejo de plantas daninha**s. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.

Referências Complementares:

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio**s. São Paulo: Atlas, 2022.
BETTIOL, W.; CAMPANHOLA, C. **Métodos alternativos de controle fitossanitário**. Jaguariúna, SP: Embrapa Meio Ambiente, 2003.
FILGUEIRA, F. A. R. **Novo manual de olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008.
LORENZI, H. **Manual de identificação e controle de plantas daninhas**: plantio direto e convencional. 6. ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 2006.
MARCOS FILHO, J. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas.** Piracicaba, SP: Fealq, 2005.

Estatística Aplicada ao Agronegócio (DPA 2220)
Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Importância da estatística. Caracterização de população e amostra. Normalidade de dados. Técnicas de amostragem. Tipos de variáveis. Estimativas e parâmetros. Organização de conjunto de dados. Estatística descritiva: medidas de

tendência central e de variabilidade. Inferência estatística. Intervalo de confiança. Probabilidade. Construção de distribuições, gráficos e interpretações de medidas. Correlação e regressão. Estatística paramétrica e não paramétrica. Teste de hipóteses. Análise de variância.

Objetivo Geral: Capacitar os discentes para compreenderem, interpretarem e aplicarem conceitos, testes e ferramentas de natureza estatística para a resolução de problemas nas organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender o método estatístico e a maneira como este é aplicado no agronegócio;
- Sintetizar, organizar e descrever dados numéricos;
- Realizar e interpretar análises estatísticas comumente empregadas no âmbito das organizações do agronegócio;
- Instrumentalizar o discente para que este aplique testes estatísticos e os utilize como subsídios no processo decisório em organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

FERREIRA, D. F. **Estatística básica.** 2.ed. Lavras: UFLA, 2009.
FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A.; TOLEDO, G. L. **Estatística aplicada.** 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.
HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2009.
RIBEIRO JUNIOR, J. I. **Análises estatísticas no excel**: guia prático. Viçosa, MG: Ed. Viçosa, 2004.
TRIOLA, M. F. **Introdução a estatística.** Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2008.

Referências Complementares:

BANZATTO, D. A.; KRONKA, S. N. **Experimentação agrícola**. 4. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2006.
KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à economia e administração**. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2004.
MILONE, G. **Estatística:** geral e aplicada. São Paulo, SP: Thomson Learning, 2006.
MOORE, D. S; NOTZ, W. I.; FLIGNER, M. A. **A estatística básica e sua prática**. 9. Rio de Janeiro: LTC, 2023.
RENDER, B.; STAIR JR, R. M; HANNA, M. E. **Análise quantitativa para a administração**. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Economia Rural I (DPA 2098)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Introdução à economia: conceitos básicos. Noções de microeconomia: Demanda, oferta e equilíbrio de mercado. Elasticidade. Teoria da Firma: Teoria da Produção e Teoria dos Custos de Produção. Teoria do funcionamento dos mercados.

Objetivo Geral: Conhecer os principais conceitos e instrumentos básicos relacionados à análise microeconômica e seus impactos nas organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender conceitos básicos inerentes à ciência econômica sob a perspectiva microanalítica;
- Discutir os aspectos relacionados ao comportamento e a interação de agentes econômicos individuais;
- Caracterizar as diferentes estruturas de mercado e seus funcionamentos;
- Refletir sobre os reflexos das decisões econômicas nas organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

CANO, W. **Introdução à economia:** uma abordagem crítica. 2.ed. São Paulo, SP: UNESP, 2007.
GREMAUD, A. P. et al. **Manual de economia**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.
ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
VARIAN, H. R. **Microeconomia:** princípios básicos; uma abordagem moderna. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2003.
VASCONCELLOS, M. A. S. **Economia: micro e macro**. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

Referências Complementares:

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
O'SULLIVAN, A.; NISHIJIMA, M.; SHEFFRIN, S. M. **Introdução à economia**: princípios e ferramentas. São Paulo, SP: Prentice Hall, 2004.
PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo, SP: Thomson, 2006.
PENROSE, E. T. **A teoria do crescimento da firma**. Campinas, SP: Unicamp, 2005.
VASCONCELLOS, M. A. S.; ENRIQUEZ GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

Metodologia de Pesquisa (DPA 2059)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Tipos de conhecimento. Natureza e características do conhecimento científico. Método científico. Tipologias e classificações da pesquisa científica. Caracterização da pesquisa em agronegócio. Ética em pesquisa. Metodologia do trabalho científico: problematização, objetivos, justificativa, elaboração de hipóteses e análise de resultados. Fontes de dados na pesquisa científica. Elaboração do projeto e fases da pesquisa: bases técnicas, práticas e teóricas. Elaboração de relatórios de pesquisa e outras formas de divulgação. Normas da ABNT. Procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados.

Objetivo Geral: Capacitar o discente a planejar e executar pesquisas científicas, instrumentalizando-o quanto às diferentes tipologias de investigação e procedimentos de coleta e análise de dados.

Objetivos Específicos:

- Compreender a importância da ciência, do conhecimento científico e da pesquisa científica;
- Identificar as diferentes etapas e fases da pesquisa científica;
- Estimular o interesse do discente em relação à pesquisa científica e seus impactos no desenvolvimento do agronegócio;
- Redigir e analisar textos e documentos de divulgação científica.

Referências Básicas:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010**.**
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
RAMPAZZO, L. **Metodologia científica:** para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 7. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2013.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.
SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2002.

Projeto Articulador de Extensão I (DPA 2223)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 0h
Carga horária prática: 0h
Carga horária de extensão: 60h

Ementa: Este componente curricular é baseado nos projetos e programas de extensão cadastrados no Sistema Acadêmico de Projetos (SAP) subsidiados nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e Interdisciplinar. Desse modo, em essência, busca oportunizar aos discentes o desenvolvimento de competências comportamentais inerentes ao Tecnólogo em Agronegócio a partir da vivência prática em distintas realidades socioeconômicas e culturais, bem como a análise de desafios, problemáticas, tendências e oportunidades do espaço rural e das múltiplas organizações do agronegócio e seus *stakeholders.*

Objetivo Geral: Oportunizar aos discentes a prática extensionista a partir da vinculação em programas e/ou projetos de extensão, garantindo o contato com as realidades sociais, produtivas, culturais e ambientais nas comunidades da região onde a Universidade Federal do Pampa está inserida.

Objetivos Específicos:

- Estimular e capacitar os discentes para atuarem como agentes de transformação social;
- Desenvolver nos discentes competências de comunicação eficaz junto a distintos públicos;
- Oportunizar aos discentes experiências variadas em relação às múltiplas realidades do agronegócio brasileiro;
- Possibilitar reflexões e discussões acerca de fenômenos socioeconômicos, culturais e ambientais com vistas a desenvolver o pensamento sistêmico e o posicionamento crítico dos discentes.

Referências Básicas:

BORGES, M. G. et al. **Trajetórias e vivências da educação ambiental na extensão rural do Rio Grande do Su**l. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010.
GAZOLLA, M. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
SILVA, M. A. M. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.
TOLFO, C. **Mapas conceituais:** aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
WAGNER, S. A. **Métodos de comunicação e participação nas atividades de extensão rural.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

Referências Complementares:

BICA, A. C.; DORNELLES, C.; MARRANGHELLO, G. F. (Orgs.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajai, SC: Casa Aberta Editora, 2012.

SOUZA, A. E. (Org.). **Educação, sociedade e cultura**: reflexões interdisciplinares. Curitiba, PR: CRV, 2011.
SOUZA, A. E. (Org.). **Práticas socioculturais, linguagens e sociedade.** Curitiba, PR: CRV, 2012.
TOLFO, C. **Modelagem de processos**: aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
TOLFO, C. **Relatos de extensão universitária**. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

3.1.3 Componentes Curriculares do Terceiro Semestre

Gestão Ambiental no Agronegócio I (DPA 3237)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Desenvolvimento sustentável: conceito e evolução histórica. Desenvolvimento sustentável no Pampa Gaúcho. Dimensões da sustentabilidade. Ciclos biogeoquímicos. Impactos ambientais. Bacia hidrográfica como unidade ambiental de gestão. Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). Legislação Ambiental. Produção em áreas protegidas e unidades de conservação.

Objetivo Geral: Promover reflexões acerca dos impactos das atividades antrópicas agroindustriais no meio ambiente e desenvolver competências inerentes ao planejamento, organização e controle da utilização sustentável de recursos ambientais.

Objetivos Específicos:

- Ponderar sobre a evolução histórica dos modelos de desenvolvimento e das consequentes transformações ambientais nas atividades agrícolas e agroindustriais;
- Identificar processos de intervenção antrópica sobre o ambiente e atividades produtivas consumidoras de recursos naturais e geradoras de resíduos;
- Compreender a importância e a aplicabilidade de práticas de responsabilidade social e ambiental em organizações do agronegócio;
- Capacitar o discente para atuar em processos relacionados ao atendimento de leis, normas e regulamentos de gestão ambiental, bem como em procedimentos concernentes à obtenção de certificações e selos ambientais no agronegócio.

Referências Básicas:

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.
BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.
DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

SANCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2008.
VEIGA, J. E.; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse**?. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Referências Complementares:

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. **Energia, meio ambiente e desenvolvimen**to. 3.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.
KUBO, R. R.; DAL SOGLIO, F. (Orgs.). **Agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.
RAMINELLI, R. et al. **Verde cotidiano:** o meio ambiente em discussão. 3. ed. Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2008.
SEIFFERT, M. E. B. **Gestão ambiental**: instrumentos, esfera de ação e educação ambiental. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
VALVERDE, S. R. **Elementos de gestão ambiental empresarial**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2005.

Agroindústrias (DPA 3224)
Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 45h
Carga horária prática: 15h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Matérias-primas agropecuárias e alterações dos alimentos. Microbiologia de alimentos. Métodos de conservação de alimentos. Legislação de Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimento Padronizado de Higiene Operacional (PPHO): princípios gerais higiênico-sanitários das matérias-primas para alimentos produzidos e industrializados. Condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos produtores e industrializadores de alimentos. Limpeza e desinfecção. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Bases tecnológicas na produção de alimentos de origem animal. Bases tecnológicas na produção de alimentos de origem vegetal. Resíduos e subprodutos de alimentos. Embalagem de alimentos.

Objetivo Geral: Capacitar o discente quanto a práticas e procedimentos empregados nas agroindústrias tendo em vista aspectos legais, ambientais, tecnológicos, sanitários, de higiene e de sanidade com vistas a produção segura e adequada de alimentos de origem animal e vegetal.

Objetivos Específicos:

- Conhecer as bases tecnológicas para a industrialização de produtos provenientes da agricultura e da pecuária;
- Ponderar sobre os perigos e riscos de contaminação na indústria de alimentos;
- Identificar práticas e procedimentos relacionados ao processamento e conservação de alimentos de origem animal e vegetal;
- Analisar criticamente os principais sistemas de industrialização de produtos de origem animal e vegetal.

Referências Básicas:

ALMEIDA-MURADIAN, L. B.; PENTEADO, M. V. C. **Vigilância sanitária**: tópicos sobre legislação e análise de alimentos. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2007.
CECCHI, H. M. **Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos.** 2. ed. Campinas, SP: Ed. Universidade Federal de Campinas - UNICAMP, 2003.
CONWAY, G. R. **Produção de alimentos no século XXI**: biotecnologia e meio ambiente. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2003.
FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos**: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.
GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. **Higiene e vigilância sanitária de alimentos**: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos e treinamento de recursos humanos. 3. ed. São Paulo, SP: Manole, 2008.

Referências Complementares:

ANDRADE, N. J. et al. **Higienização na indústria de alimentos**. Viçosa, MG: CPT, 2008.
GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de alimentos**: princípios e aplicações. São Paulo, SP: Nobel, 2008.
LIBÂNIO, M. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água**. 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2008.
NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.
OETTERER, M.; REGINATO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. **Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos**. São Paulo, SP: Manole, 2006.

Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (DPA 3076)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e o progresso do setor agropecuário brasileiro. Empreendedorismo para a sustentabilidade em sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. Sistemas de integração lavoura-pecuária: alternativas para recuperação de pastagens degradadas. Fundamentos técnicos para implantação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta. Ferramentas de planejamento para implementação de sistemas de ILPF. Forrageiras em sistemas de produção de bovinos em integração. Espécies florestais em sistemas de produção em integração. Custo-benefício dos sistemas de produção em integração. Posição estratégica dos sistemas de integração no contexto da agropecuária e do meio ambiente.

Objetivo Geral: Capacitar os discentes para atuarem no planejamento, implementação e gerenciamento de sistemas de integração lavoura-pecuária-

floresta, reconhecendo sua importância para a sustentabilidade da produção agropecuária e florestal em consonância com a preservação do meio ambiente.

Objetivos Específicos:

- Caracterizar os sistemas integrados de produção agropecuária, ponderando sobre suas dinâmicas e especificidades;
- Compreender as ferramentas de planejamento, implementação e controle de sistemas integrados de produção agropecuária;
- Refletir sobre aspectos estratégicos e competitivos dos sistemas integrados de produção agropecuária;
- Identificar as potencialidades e desafios inerentes a adoção de sistemas integrados de produção agropecuária.

Referências Básicas:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Integração lavoura-pecuária**. Santo Antônio de Goiás, GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2003

CASTRO, L. T. E.; NEVES, M. F. **Agricultura integrada**: inserindo pequenos produtores de maneira sustentável em modernas cadeias produtivas. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GEBLER, L.; PALHARES, L. G. (Eds.). **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa, 2007.

MARTIN, T. N.; MONTAGNER, M. M. **Sistemas de produção agropecuária**: ciências agrárias, animais e florestais. Dois Vizinhos, PR: UTFPR, 2010.

PEIXOTO, A. M. **Planejamento de sistemas de produção em pastagens**. Piracicaba, SP: FEALQ, 2001.

Referências Complementares:

BUENO, R. **Agricultura brasileira**: produzindo alimentos para o mundo. 1. ed. Porto Alegre, RS: Totalcom, 2015.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. **Energia, meio ambiente e desenvolvimen**to. 3.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

PILLAR, V. P. **Campos sulinos**: conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, DF: MMA, 2009.

POSSA, K. **Sistema frutipastoril biodinâmico ovelha e fig**o: muito além de uma simples integração. 2. ed. Florianópolis, SC: Editora Insular, 2016

VIVAN, J. **Agricultura & florestas**: princípios de uma interação vital. Guaíba, RS: Livraria e Editora Agropecuária, 1998.

Projetos Aplicados ao Agronegócio (DPA 3227)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceito, funções e estrutura de um projeto. Projetos técnico-científicos

voltados à realidade do agronegócio. Projeto como ferramenta de gestão. Projetos em agroindústrias. Projetos de desenvolvimento rural. Identificação de pontos de estrangulamento em empreendimentos do agronegócio. Proposição de soluções e planos de contingência em projetos do agronegócio. Viabilidade de projetos. Projetos de desenvolvimento local e/ou regional.

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes elementos que os permitam idealizar projetos técnicos e científicos em organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Estimular o discente a analisar as problemáticas vivenciadas no agronegócio buscando alternativas de resolução de problemas amparadas em ferramentas de gestão disponíveis na literatura;
- Propiciar que o discente possa identificar os pontos de estrangulamento em sistemas de produção agroindustrial e elaborar estratégias de solução;
- Interpretar projetos e analisar a viabilidade destes junto às organizações do agronegócio;
- Propor projetos de desenvolvimento local ou regional tendo em vista a heterogeneidade do agronegócio brasileiro.

Referências Básicas:

BARBOSA, J. S. **Administração rural a nível de fazendeiro**. São Paulo, SP: Nobel, 2007.
BRUM, A. L.; MULLER, P. K. **Aspectos do agronegócio no Brasil**. Ijuí, RS: UNIJUI, 2008
CONWAY, G. R. **Produção de alimentos no século XX**I: biotecnologia e meio ambiente. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 2003.
EHRLICH, P. J.; MORAES, E. A. **Engenharia econômica**: avaliação e seleção de projetos de investimento. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.
OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

Referências Complementares:

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
NELSON, R. R..; LINSU, K. **Tecnologia, aprendizado e inovação**: as experiências das economias de industrialização recente. Campinas, SP: Unicamp, 2005.
OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011
SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
TORRES, O. F. F. **Fundamentos da engenharia econômica e da análise econômica de projetos**. São Paulo, SP: Thomson, 2006.

Economia Rural II (DPA 3099)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h

Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Fundamentos de teoria e política macroeconômica. Contabilidade social: o fluxo circular da renda. Economia a dois setores. Economia a três setores. Economia a quatro setores. Agregados econômicos. Sistemas de contas nacionais e matriz insumo-produto. Inflação. Setor externo: comércio internacional. Teoria das vantagens comparativas. Taxa de câmbio. Variáveis que afetam as exportações e as importações. Políticas externas. Balanço de pagamentos. Balança comercial. Organismos financeiros internacionais e globalização produtiva e financeira. Política fiscal e o setor público: funções econômicas do setor público e estrutura tributária. Crescimento e desenvolvimento econômico. Fontes de crescimento e financiamento do desenvolvimento econômico. Estágios do desenvolvimento econômico. Modelos de crescimento econômico: modelo de Solow e estratégias de desenvolvimento.

Objetivo Geral: Compreender questões macroeconômicas e analisar a maneira como estas interferem nas organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Analisar o funcionamento dos agregados econômicos e seus impactos nas organizações do agronegócio;
- Identificar e discutir as relações existentes entre a política macroeconômica e o agronegócio brasileiro;
- Compreender o funcionamento dos organismos financeiros internacionais e os impactos das políticas externas no agronegócio brasileiro;
- Distinguir desenvolvimento econômico e crescimento econômico, bem como caracterizar os elementos e as dinâmicas que os compõem.

Referências Básicas:

DICKEN, P.; SOUSA, T. C. F. **Mudança global**: mapeando as novas fronteiras da economia mundial. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.
GREMAUD, A. P. et al. **Manual de economia**. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.
MAIA, J. M.; BORTOTO, A. C.; RODRIGUES, W. E**conomia internacional e comércio exterior**. 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 20. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
VASCONCELLOS, M. A. S.; ENRIQUEZ GARCIA, M. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.

Referências Complementares:

CANO, W. **Introdução à economia:** uma abordagem crítica. 2.ed. São Paulo, SP: UNESP, 2007.

PASSOS, C. R. M.; NOGAMI, O. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo, SP: Thomson, 2006.

PETERLI, E. **Fundamentos da macroeconomia**: uma introdução de caráter exploratório. São Paulo: Grupo Almedina, 2020.

TERRA, C. **Finanças internacionais**: macroeconomia aberta: teoria, aplicações e políticas. São Paulo: GEN Atlas, 2013

VASCONCELLOS, M. A. S.; BRAGA, M. B. **Economia micro e macro**: teoria, exercícios e casos. 7. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.

3.1.4 Componentes Curriculares do Quarto Semestre

Projeto Articulador de Extensão II (DPA 4224)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 0h
Carga horária prática: 0h
Carga horária de extensão: 60h

Ementa: Este componente curricular é baseado nos projetos e programas de extensão cadastrados no Sistema Acadêmico de Projetos (SAP) subsidiados nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e Interdisciplinar. Desse modo, em essência, busca oportunizar aos discentes o desenvolvimento de competências comportamentais inerentes ao Tecnólogo em Agronegócio a partir da vivência prática em distintas realidades socioeconômicas e culturais, bem como a análise de desafios, problemáticas, tendências e oportunidades do espaço rural e das múltiplas organizações do agronegócio e seus *stakeholders.*

Objetivo Geral: Oportunizar aos discentes a prática extensionista a partir da vinculação em programas e/ou projetos de extensão, garantindo o contato com as realidades sociais, produtivas, culturais e ambientais nas comunidades da região onde a Universidade Federal do Pampa está inserida.

Objetivos Específicos:

- Estimular e capacitar os discentes para atuarem como agentes de transformação social;
- Desenvolver nos discentes competências de comunicação eficaz junto a distintos públicos;
- Oportunizar aos discentes experiências variadas em relação às múltiplas realidades do agronegócio brasileiro;
- Possibilitar reflexões e discussões acerca de fenômenos socioeconômicos, culturais e ambientais com vistas a desenvolver o pensamento sistêmico e o posicionamento crítico dos discentes.

Referências Básicas:

BORGES, M. G. et al. **Trajetórias e vivências da educação ambiental na extensão rural do Rio Grande do Su**l. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010.
GAZOLLA, M. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
SILVA, M. A. M. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.
TOLFO, C. **Mapas conceituais:** aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
WAGNER, S. A. **Métodos de comunicação e participação nas atividades de**

extensão rural. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

Referências Complementares:
BICA, A. C.; DORNELLES, C.; MARRANGHELLO, G. F. (Orgs.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajai, SC: Casa Aberta Editora, 2012.
SOUZA, A. E. (Org.). **Educação, sociedade e cultura**: reflexões interdisciplinares. Curitiba, PR: CRV, 2011.
SOUZA, A. E. (Org.). **Práticas socioculturais, linguagens e sociedade.** Curitiba, PR: CRV, 2012.
TOLFO, C. **Modelagem de processos**: aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
TOLFO, C. **Relatos de extensão universitária**. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

Políticas Públicas e Ambiente Institucional do Agronegócio Brasileiro (DPA 4078)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Política agrícola: conceito e principais instrumentos. Política agrícola no Brasil. Agentes, características, dinâmicas e particularidades do ambiente institucional do agronegócio brasileiro. Regulação de mercados agropecuários. Políticas agrárias. Políticas tributárias no agronegócio. Influência das políticas monetárias nas organizações do agronegócio. Crédito rural. Políticas de gerenciamento de risco agrícola. Políticas de fortalecimento da agricultura familiar. Políticas de desenvolvimento tecnológico. Políticas ambientais e agroecológicas. Políticas de desenvolvimento rural. Políticas sanitárias na produção agroalimentar. Políticas internacionais. Panorama do ambiente institucional do agronegócio brasileiro.

Objetivo Geral: Analisar as políticas públicas e o ambiente institucional do agronegócio nos estabelecimentos e organizações rurais.

Objetivos Específicos:

- Compreender o papel das políticas públicas para o desenvolvimento das atividades agrícolas e agroindustriais;
- Identificar a dinâmica do ambiente institucional no que se refere as organizações do agronegócio;
- Ponderar e refletir sobre os mecanismos empregados pelo ambiente institucional para normatizar, regulamentar e fiscalizar as organizações do agronegócio;
- Analisar sistemicamente os impactos das políticas públicas na gestão estratégica das organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015.
LEITE, S. (Org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.
MARQUES, P. E. M.; SILVA, M. K. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2009.
SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. **Agricultura familiar:** integração entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.

Referências Complementares:

ALMEIDA, L.; NIEDERLE, P. A.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba, PR: Kairos, 2013.
KON, A.; BORELLI, E. (Orgs.). **Economia brasileira em debate**: subsídios ao desenvolvimento. São Paulo, SP: Blucher, 2018.
LUSTOSA, M. G. O. P. **Reforma agrária brasileira**: política social e pobreza. São Paulo, SP: Cortez, 2012.
MARQUES, B. F. **Curso de direito agrário brasileiro**. 9.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.
SCHULTZ, G.; WAQUIL, P. D. **Políticas públicas e privadas e competitividade das cadeias produtivas agroindustriai**s. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.

Princípios de Construções e Instalações Rurais (DPA 4064)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Materiais empregados em construções rurais. Produtos de madeira e seu emprego em construções. Apresentação de silos, paióis, unidades de beneficiamento de grãos e instalação de animais de produção. Noções gerais sobre concreto armado. Açudes e pontes em madeira.

Objetivo Geral: Oportunizar aos discentes conhecimentos básicos sobre construções e instalações rurais.

Objetivos Específicos:

- Compreender os princípios gerais que orientam as construções e as instalações no meio rural;
- Identificar os materiais comumente empregados nas construções rurais;
- Refletir sobre a importância das construções e instalações rurais e seus impactos no desempenho das organizações do agronegócio;
- Distinguir os diferentes tipos de construções e instalações rurais tendo em

vista suas características e finalidades.

Referências Básicas:

BAUER, L. F. **Materiais de construção**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1994.
CARVALHO, J. A. **Dimensionamento de pequenas barragens para irrigação**. Lavras: UFLA, 2008.
MOLITERNO, A. **Caderno de projetos de telhados em estruturas de madeira.** 3. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2009.
MOLITERNO, A. **Caderno de estruturas em alvenaria e concreto simples**. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 1995.
PEREIRA, M. F. **Construções rurais.** São Paulo, SP: Nobel, 2009.

Referências Complementares:

BAÊTA, F. C.; SOUZA, C. F. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal. 2. ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2010.
FABICHAK, I. **Pequenas construções rurais**. São Paulo, SP: Nobel, 1983.
FRANZ, A. F. H.; ROCHEDO, P. R. C. **Açudagem**. Pelotas, RS: Ed. da UFPEL, 1998.
NEIZEL, E. **Desenho técnico para a construção civil**. São Paulo, SP: EDUSP, 1974.
PEIXOTO, R. C.; LOPES, J. D. S. **Construção de cercas na fazenda.** Viçosa, MG: CPT, 2000.

Marketing no Agronegócio (DPA 4228)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceituação e finalidades da gestão de marketing. Eras e avanços históricos do marketing. Composto mercadológico. Concorrência e competitividade. Perfil e comportamento do consumidor. Ambiente de marketing. Segmentação e pesquisa de mercado. Estratégias de posicionamento mercadológico. Planejamento estratégico de marketing. Marketing digital. Marketing societal. Noções de neuromarketing. *Branding*. Processo de vendas. Comércio eletrônico.

Objetivo Geral: Capacitar o discente a desenvolver e a implementar práticas de gestão de marketing orientadas à maximização da competitividade e à melhoria do posicionamento mercadológico em organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre o ambiente de marketing e as fases do processo de vendas, bem como suas implicações no desempenho organizacional;
- Compreender os elementos que compõem composto mercadológico e analisar a maneira como estes se relacionam com o planejamento estratégico de marketing;
- Definir, caracterizar, segmentar e diferenciar mercados consumidores;
- Estabelecer, desenvolver e implementar estratégias de marketing tendo em

vista o público-alvo das diferentes organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

CASTRO, L. T. E; NEVES, M. F. **Marketing e estratégia em agronegócios e alimentos**. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
DIAS, R. **Marketing ambiental:** ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
KOTLER, P.; YAMAMOTO, S. M. **Administração de marketing.** 14. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012.
MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing:** execução e análise. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
TEJON MEGIDO, J. L.; XAVIER, C. **Marketing & agribusiness.** 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

Referências Complementares:

BORGES, G. R. **Entendendo o marketing: abrange marketing estratégico, pesquisa de mercado, comportamento do consumidor, gestão de marcas, casos reais de empresas**. Pelotas, RS: EDUCAT, 2006.
CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.
GRACIOSO, F. **Propaganda:** engorda e faz crescer a pequena empresa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
REZENDE, A. M.; CALLADO, A. A. C.; GOMES, M. F. Maciel (Eds.). **Comercialização agrícola**. 2. ed. Viçosa, MG: CPT, 2000.
RICHERS, R. **O que é marketing.** São Paulo, SP: Brasiliense, 2006.

Gestão de Pessoas no Agronegócio (DPA 4232)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Evolução histórica da área de gestão de pessoas. Processo de gestão de pessoas: recrutamento, seleção, treinamento, desenvolvimento, motivação, remuneração e avaliação. Relações e condições de trabalho. Aprendizagem organizacional. Gestão do conhecimento. Modelos e estilos de liderança. Gestão por competências. Clima e cultura organizacional. Qualidade de vida no trabalho. Gestão estratégica de pessoas. Desenvolvimento humano e organizacional.

Objetivo Geral: Analisar as diferentes etapas do processo de gestão de pessoas e refletir sobre o papel estratégico que os indivíduos exercem nas organizações contemporâneas do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender os avanços e a evolução histórica que caracterizam a atuação humana nas organizações;
- Identificar as diferentes fases e etapas que compõem o processo de gestão

de pessoas, bem como suas múltiplas ferramentas e metodologias;
- Refletir sobre as relações de trabalho e a qualidade de vida nas organizações do agronegócio;
- Detectar elementos emergentes relacionados à gestão do conhecimento e competências.

Referências Básicas:

ARAÚJO, L. C.; GARCIA, A. A. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.
LOTZ, E. G.; GRAMMS, L. C. **Gestão de talentos.** Curitiba, PR: InterSaberes, 2012.
OLIVEIRA, D. P. R. **Fundamentos da administração**: conceitos e práticas essenciais. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
TOLEDO, F. **O que são recursos humanos**. São Paulo, SP: Brasiliense, 2007.

Referências Complementares:

BITENCOURT, C. C. **Gestão de competências e aprendizagem nas organizações.** São Leopoldo, RS: Ed. da UNISINOS, 2005.
DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas**: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
LUZ, R. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro, RJ: Qualitymark, 2003.
MORENO, A. I. **Administração de cargos e salários.** Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.
STRAUHS, F. R. **Gestão do conhecimento nas organizações.** Curitiba, PR: Aymará, 2012.

3.1.5 Componentes Curriculares do Quinto Semestre

Inovação no Agronegócio (DPA 5111)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos, tipologias e dimensões da inovação. Adoção e difusão da inovação. Ritmo e capacidade inovativa. Propriedade intelectual. Prospecção tecnológica. Procedimentos e dinâmicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Sistemas locais, setoriais e nacionais de inovação. Inovações tecnológicas e não-tecnológicas no agronegócio. Trajetórias biotecnológicas no agronegócio. Transições sociotécnicas no agronegócio. Inovação social, inovação frugal e inovação aberta. Inovações agroalimentares. Ecoinovação. Desenvolvimento de novos produtos. Transformações tecnológicas no agronegócio brasileiro. Tendências e desafios das inovações no agronegócio. Tópicos emergentes em inovação nas cadeias produtivas agroindustriais.

Objetivo Geral: Capacitar os discentes para atuarem como promotores e disseminadores de inovações no agronegócio, potencializando atividades e

desenvolvendo processos com vistas a maximização da eficácia e eficiência das organizações.

Objetivos Específicos:

- Compreender as diferentes tipologias, dimensões e ritmos de desenvolvimento e difusão de inovações;
- Analisar os contributos dos processos inovativos para o desenvolvimento socioeconômico do país e seus impactos no desempenho das organizações do agronegócio;
- Instrumentalizar os discentes quanto a ferramentas de gestão da inovação e desenvolvimento de novos produtos em organizações do agronegócio;
- Ponderar e refletir sobre transformações, tendências, desafios e potencialidades das inovações agroindustriais.

Referências Básicas:

FREEMAN, C. **A economia da inovação industrial**. Campinas, SP: Unicamp, 2005.
LINSU, K. **Da imitação à inovaçã**o: a dinâmica do aprendizado tecnológico da Coréia. Campinas, SP: Unicamp, 2005.
QUEIROZ, T. R.; ZUIN, F. L. F. (Eds.). **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.
TIGRE, P. B. **Gestão da inovação**: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.
ZOGBI, E. **Competitividade através da gestão da inovação**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

Referências Complementares:

CARVALHO, H. G.; REIS, D. R.; CAVALCANTE, M. B. **Gestão da inovação.** Curitiba, PR: Aymará, 2011.
FARIA, R. M. (Ed.). Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. C**iência, tecnologia e inovação para um Brasil competitivo**. São Paulo, SP: SBPC, 2011.
NASCIMENTO, D. E.; LABIAK JUNIOR, S. **Ambientes e dinâmicas de cooperação para inovação.** Curitiba, PR: Aymará, 2011.
ROSENTHAL, A. **Tecnologia de alimentos e inovação**: tendências e perspectivas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
SILVA, C. L. **Inovação e sustentabilidade**. Curitiba, PR: Aymará, 2012.

Extensão e Comunicação Rural (DPA 5230)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos básicos e importância da extensão rural. Histórico e trajetória da extensão rural. Políticas de extensão rural. Nova extensão rural. Métodos e ferramentas de trabalho na extensão rural. Comunicação e capacitação do

profissional do agronegócio e da população rural. O papel do agronegócio no desenvolvimento econômico. Importância, desafios e instrumentos de comunicação rural. Atuação do profissional do agronegócio nas estratégias de desenvolvimento rural.

Objetivo Geral: Propiciar aos discentes conhecimentos teóricos e aplicados sobre a origem, evolução, pressupostos, desafios e tendências dos processos de extensão e de comunicação rural tendo em vista sua importância para o desempenho das organizações do agronegócio e para o desenvolvimento econômico do país.

Objetivos Específicos:

- Compreender a trajetória da extensão rural e os seus diferentes enfoques teóricos;
- Desenvolver habilidades relacionadas a comunicação com o meio rural;
- Instrumentalizar o discente a desenvolver estratégias e a aplicar ferramentas e metodologias de extensão rural;
- Estimular o discente a atuar como um agente de transformação socioeconômica no meio rural através do uso de metodologias participativas, individuais e grupais de comunicação e extensão rural.

Referências Básicas:

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.
GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural:** perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008.
TAVARES, J.; RAMOS, L. **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus, AM: Edições Bagaço, 2006.
WAGNER, S. A. **Métodos de comunicação e participação nas atividades de extensão rural**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

Referências Complementares:

BRACAGIOLI, A.; GEHLEN, I.; OLIVEIRA, V. L. **Planejamento e gestão de projetos para o desenvolvimento rural.** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2010.
SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. **Agricultura familiar**: integração entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.
SILVA, M. A. M. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.
LINDNER, M. **Dinâmicas do espaço agrário**: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos. Porto Alegre, RS: Evangraf, 2017
WAQUIL, P. D. **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e no Sul do Brasil**. Belém, PA: Paka-Tatu, 2013.

Contabilidade no Agronegócio (DPA 5229)

Carga horária total: 60h

Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceito, objeto e finalidade das operações contábeis. Princípios contábeis. Conceitos básicos de contabilidade. Ativo, passivo e patrimônio líquido. Lançamento e balanço patrimonial. Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE). Depreciação, amortização e exaustão. Análise vertical e horizontal. Plano de contas na agropecuária. Noções básicas de contabilidade tributária. Aplicação da contabilidade gerencial no agronegócio. Análise estratégica contábil.

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes noções básicas de contabilidade, instrumentalizando-os a adotarem técnicas, instrumentos e informações contábeis como apoio ao processo gerencial em organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender os fluxos e dinâmicas contábeis das organizações contemporâneas;
- Ponderar sobre a importância, a acuracidade e as particularidades das operações contábeis nas organizações do agronegócio;
- Extrair, analisar e interpretar documentos e informações contábeis, utilizando-as como subsídio ao processo decisório;
- Identificar os contributos da contabilidade gerencial para planejamento estratégico das organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.
IUDICIBUS, S. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Referências Complementares:

ÁVILA, C. A. **Gestão contábil:** para contadores e não contadores. Curitiba, PR: Editora Intersaberes Dialógica, 2012.
CREPALDI, S. A. **Auditoria contábil:** teoria e prática. 8 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
IUDICIBUS, S. **Análise de balanços.** 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.
KOHAMA, H. **Contabilidade pública:** teoria e prática. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
MARION, J. C. **Contabilidade empresarial.** 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

Empreendedorismo e Elaboração de Plano de Negócios (DPA 5226)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos e tipologias de empreendedorismo: empreendedorismo social, empreendedorismo ambiental, intraempreendedorismo. Características comportamentais empreendedoras e perfil empreendedor. Gestão empreendedora. Empreendedorismo no Brasil. Organizações de apoio ao empreendedorismo. Empreendedorismo e inovação. *Startups* e *fintechs* do agronegócio. Processo empreendedor e plano de negócios. Tipos de planos de negócios. Elementos e etapas de um plano de negócio. Características e especificidades de negócios agrícolas e agroindustriais. Avaliação de empreendimentos.

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes conhecimentos teóricos e aplicados sobre empreendedorismo e planejamento de negócios, fornecendo-lhes ferramentas para elaborarem, desenvolverem e implementarem empreendimentos agrícolas e agroindustriais.

Objetivos Específicos:

- Compreender a importância do empreendedorismo e da gestão empreendedora para o desenvolvimento socioeconômico do país;
- Analisar as diferentes etapas do processo empreendedor e operacionalizar os múltiplos instrumentos que o compõem;
- Estimular o perfil empreendedor dos discentes;
- Capacitar os discentes a proporem, elaborarem, desenvolverem e implementarem planos de negócios no âmbito do agronegócio.

Referências Básicas:

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão:** fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo, SP: Atlas, 2003.
CARVALHO, H. G. **Empreendedorismo:** como planejar e administrar seu negócio. Rio de Janeiro, RJ: Ferreira, 2009.
CASAROTTO FILHO, N. **Elaboração de projetos empresariais**: análise estratégica, estudo de viabilidade e plano de negócio. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
CECCONELLO, A. R.; AJZENTAL, A. **A construção do plano de negóci**o: percurso metodológico para caracterização da oportunidade, estruturação do projeto conceptual, compreensão do contexto, definição do negócio, desenvolvimento da estratégia, dimensionamento das operações, projeção de resultados, análise de viabilidade. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.
FREITAS, M. S. L. **Empreendedorismo**. Itajuba, MG: Gráfica Fernanda, 2009.

Referências Complementares:

CARVALHO, H. G. **Manual do empreendedor**: guia prático de conceitos, ideias e dicas. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Ferreira, 2010.
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos**: matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. -. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

COLLINS, J. C.; PORRAS, J. I. **Feitas para durar**: práticas bem-sucedidas de empresas visionárias. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1995.
KAHNEY, L.; JOBS, S. **A cabeça de Steve Jobs**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Negócios, 2008.
LIVINGSTON, J. **Startup:** fundadores da Apple, do Yahoo!, Hotmail, Firefox e Lycos contam como nasceram suas empresas milionárias. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2009.

Logística no Agronegócio (DPA 5114)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Evolução histórica da gestão logística. Gestão da cadeia de suprimentos. Gestão de armazenagem, distribuição e estoque. Compras organizacionais e previsão de demanda. Níveis de serviço ao cliente. Estratégias e canais de distribuição. Modais de transporte. Roteirização. Operadores logísticos. Gestão de frotas. Decisões logísticas. Logística integrada. Sistemas integrados de informações organizacionais. Custos logísticos. Logística reversa. *Trade-offs* logísticos. Características e especificidades dos fluxos logísticos em organizações do agronegócio.

Objetivo Geral: Desenvolver uma visão sistêmica dos fluxos logísticos e da gestão da cadeia de suprimentos, operacionalizando o desenvolvimento de estratégias e a implementação de ferramentas adequadas tendo em vista a interface com as outras áreas organizacionais e as particularidades do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender a evolução histórica da gestão logística e suas interfaces com as demais áreas organizacionais;
- Caracterizar os diferentes fluxos logísticos nas organizações do agronegócio;
- Implementar e executar ferramentas e estratégias de gestão logística em organizações do agronegócio;
- Ponderar sobre dinâmicas, desafios e potencialidades da logística reversa e do gerenciamento da cadeia de suprimentos em organizações do agronegócio.

Referências Básicas:

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais, distribuição física. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial:** o processo da integração da cadeia de suprimentos. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
CAIXETA-FILHO, J. V.; MARTINS, R. S. (Eds.). **Gestão logística do transporte de cargas.** São Paulo, SP: Atlas, 2009.
CHRISTOPHER, M. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011.
WANKE, P. F.; MAGALHÃES, A. **Logística para micro e pequenas empresas**. São

Paulo, SP: Atlas, 2012.

Referências Complementares:

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
MARTINS, P. G.; ALT, P. R.C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.
MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operações.** 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008
WANKE, P. F. **Logística e transporte de cargas no Brasil**: produtividade e eficiência no século xxi. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
WANKE, P. F. **Gestão de estoques na cadeia de suprimento**: decisões e modelos quantitativos. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

3.1.6 Componentes Curriculares do Sexto Semestre

Trabalho de Conclusão de Curso I (DPA 6235)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 15h
Carga horária prática: 45h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Criação de um projeto para realização de estágio de vivência no agronegócio ou, criação de um projeto para realização de uma pesquisa científica ou, criação de um projeto para realização de uma proposta de desenvolvimento rural. Estrutura para elaboração de projetos de estágio de vivência no agronegócio, projeto de pesquisa científica e projeto de desenvolvimento rural. Abordagens metodológicas para realização de projetos de estágio de vivência no agronegócio, projeto de pesquisa científica e projeto de desenvolvimento rural.

Objetivo Geral: Compreender a importância da pesquisa aplicada ao agronegócio e definir os procedimentos metodológicos que orientarão o estágio de vivência no agronegócio, ou o projeto de pesquisa científica, ou projeto de desenvolvimento rural.

Objetivos Específicos:

- Identificar a estrutura do estágio de vivência no agronegócio, projeto de pesquisa científica e projeto de desenvolvimento rural e compreender os elementos que compõe cada seção;
- Compreender a maneira como são planejadas e executadas pesquisas científicas, propostas de desenvolvimento rural e estágios de vivência no agronegócio;
- Desenvolver os objetivos, a justificativa e a fundamentação de um estágio de vivência no agronegócio ou de um projeto de pesquisa científica ou de um projeto de desenvolvimento rural;
- Identificar e selecionar procedimentos metodológicos ou operacionais em consonância com um projeto de estágio de vivência no agronegócio ou de um projeto de pesquisa científica ou de um projeto de desenvolvimento rural.

Referências Básicas:

BOOTH, W. C.; MONTEIRO, H. A. R.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

Referências Complementares:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso. São Paulo, SP: Atlas, 2018.
SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2002.
VALERIANO, D. L. **Gerência em projetos:** pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo, SP: Makron Books, 2008.

Planejamento Estratégico e Processos Decisórios (DPA 6091)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceituação, importância e características do planejamento estratégico. Níveis de decisão. Estratégias e recursos organizacionais. Análise e diagnóstico do ambiente organizacional (interno e externo). Natureza da decisão nas organizações do agronegócio. Modelos e teorias de tomada de decisão. Processo de tomada de decisão. Grupos, alianças, parcerias e demais arranjos estratégicos. Competitividade sistêmica. Vantagem competitiva. Cenários prospectivos.

Objetivo Geral: Conceituar o planejamento estratégico e suas perspectivas de implementação, execução e importância do processo decisório nos estabelecimentos rurais e nas organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Compreender as etapas, os métodos e as ferramentas utilizadas no processo de elaboração e desenvolvimento do planejamento estratégico nas organizações do agronegócio.
- Refletir sobre as diferentes características e modelos de tomada de decisão e seus impactos nas organizações do agronegócio;
- Analisar e antever sistemicamente os reflexos das estratégias

organizacionais adotadas;
- Desenvolver o pensamento estratégico orientado à maximização da competitividade organizacional em ambientes turbulentos e altamente dinâmicos.

Referências Básicas:

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.
GRZYBOVSKI, D.; SANTOS, A. C. **Coordenação e negociação em cadeias produtivas.** Passo Fundo, RS: Ed. UPF, 2005.
HAYES, R. et al. **Produção, estratégia e tecnologia**: em busca da vantagem competitiva. Porto Alegre, RS: Bookman, 2008.
LANI, J. L.; AMARAL, E. F.; REZENDE, S. B. de. **Planejamento estratégico de propriedades rurais.** Viçosa, MG: CPT, 2004.
ZOGBI, E. **Competitividade através da gestão da inovação**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

Referências Complementares:

BESANKO, D. **A economia da estratégia.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

HAMMOND, J. S. et al. **Decisões inteligentes**: somos movidos a decisões - como avaliar alternativas e tomar a melhor decisão. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B. W.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2010.

ORLICKAS, E. **Modelos de gestão**: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba, PR: Intersaberes, 2012.

Gestão de Custos no Agronegócio (DPA 6093)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos e classificação de custos. Composição e apropriação dos custos. Métodos e critérios de rateio. Relação custo/volume/lucro. Métodos de custeio. Etapas do processo de composição de custo. Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio. *Markup* e formação do preço de venda. Gestão estratégica de custo. Características e especificidades da gestão de custos em organizações do agronegócio.

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes conhecimentos relacionados às tipologias, classificações e alocações de custos e métodos de custeio em organizações do agronegócio, a fim de contribuir estrategicamente com a formação do preço de venda e demais atividades decisórias.

Objetivos Específicos:

- Compreender elementos inerentes à composição da estrutura de custos em organizações do agronegócio;
- Distinguir as tipologias e as classificações de custos tanto no âmbito teórico quanto aplicado;
- Analisar sistemicamente os impactos da gestão de custos no desempenho das organizações do agronegócio tendo em vista as suas particularidades;
- Instrumentalizar ferramentas e técnicas de gestão de custos empregadas para a formação do preço de venda e o desenvolvimento e implementação de decisões estratégicas.

Referências Básicas:

CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
HIRSCHFELD, H. **Engenharia econômica e análise de custos:** aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
MARTINS, E. **Contabilidade de custos.** 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
SILVA, R. A. C. **Administração rural:** teoria e prática. 2. ed., 3. reimp. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

Referências Complementares:

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios.** 3.ed. rev. ampl. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural:** uma abordagem decisorial. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.
MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Contabilidade da pecuária**. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

Projeto Articulador de Extensão III (DPA 6225)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 0h
Carga horária prática: 0h
Carga horária de extensão: 60h

Ementa: Este componente curricular é baseado nos projetos e programas de extensão cadastrados no Sistema Acadêmico de Projetos (SAP) subsidiados nas grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias e Interdisciplinar.

Desse modo, em essência, busca oportunizar aos discentes o desenvolvimento de competências comportamentais inerentes ao Tecnólogo em Agronegócio a partir da vivência prática em distintas realidades socioeconômicas e culturais, bem como a análise de desafios, problemáticas, tendências e oportunidades do espaço rural e das múltiplas organizações do agronegócio e seus *stakeholders.*

Objetivo Geral: Oportunizar aos discentes a prática extensionista a partir da vinculação em programas e/ou projetos de extensão, garantindo o contato com as realidades sociais, produtivas, culturais e ambientais nas comunidades da região onde a Universidade Federal do Pampa está inserida.

Objetivos Específicos:

- Estimular e capacitar os discentes para atuarem como agentes de transformação social;
- Desenvolver nos discentes competências de comunicação eficaz junto a distintos públicos;
- Oportunizar aos discentes experiências variadas em relação às múltiplas realidades do agronegócio brasileiro;
- Possibilitar reflexões e discussões acerca de fenômenos socioeconômicos, culturais e ambientais com vistas a desenvolver o pensamento sistêmico e o posicionamento crítico dos discentes.

Referências Básicas:

BORGES, M. G. et al. **Trajetórias e vivências da educação ambiental na extensão rural do Rio Grande do Su**l. Porto Alegre, RS: EMATER/RS-ASCAR, 2010.
GAZOLLA, M. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.
SILVA, M. A. M. **Histórias e estórias no sítio**: extensão e comunicação rural no RS. Brasília, DF: ASBRAER, 2011.
TOLFO, C. **Mapas conceituais:** aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
WAGNER, S. A. **Métodos de comunicação e participação nas atividades de extensão rural.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2015.

Referências Complementares:

BICA, A. C.; DORNELLES, C.; MARRANGHELLO, G. F. (Orgs.). **Articulações universidade-escola**: perspectivas e possibilidades. Itajai, SC: Casa Aberta Editora, 2012.
SOUZA, A. E. (Org.). **Educação, sociedade e cultura**: reflexões interdisciplinares. Curitiba, PR: CRV, 2011.
SOUZA, A. E. (Org.). **Práticas socioculturais, linguagens e sociedade.** Curitiba, PR: CRV, 2012.
TOLFO, C. **Modelagem de processos**: aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristovão, SE: Editora UFS, 2019.
TOLFO, C. **Relatos de extensão universitária**. Bagé, RS: Ediurcamp, 2018.

3.1.7 Componentes Curriculares do Sétimo Semestre

Trabalho de Conclusão de Curso II (DPA7236)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 15h
Carga horária prática: 45h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Relevância social de uma pesquisa científica ou de uma proposta de desenvolvimento rural ou de um estágio de vivência no agronegócio. Ética na elaboração de um relatório de estágio, de uma pesquisa científica e de um relatório de desenvolvimento rural. Apresentação dos resultados obtidos e das conclusões auferidas.

Objetivo Geral: Oportunizar ao discente o desenvolvimento de competências inerentes a finalização de uma pesquisa científica no agronegócio ou de um relatório de estágio de vivência no agronegócio ou de um relatório de desenvolvimento rural, bem como proporcionar-lhe condições de defender tal documento publicamente diante de uma comissão avaliadora.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre as escolhas metodológicas e operacionais de uma pesquisa científica ou de um relatório de estágio ou de um relatório de desenvolvimento rural no agronegócio;
- Identificar as lacunas e limitações de uma pesquisa ou de um relatório de estágio ou de um relatório de desenvolvimento rural aplicado no agronegócio;
- Estabelecer associações e articulações que subsidiem os resultados e as conclusões de uma pesquisa científica ou de um relatório de estágio ou de um relatório de desenvolvimento rural;
- Fornecer ao aluno condições para que este apresente a pesquisa científica ou o relatório de estágio ou o relatório de desenvolvimento rural realizado.

Referências Básicas:

BOOTH, W. C.; MONTEIRO, H. A. R.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração.** Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

Referências Complementares:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2007.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado,

trabalhos de conclusão de curso /. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2018.
SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos**. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2002.
VALERIANO, D. L. **Gerência em projetos:** pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo, SP: Makron Books, 2008.

Comercialização de Produtos Agropecuários (DPA 7239)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceitos básicos de comercialização agrícola. Análise de mercados agrícolas. Preço e estrutura de mercado. Método de análise de mercados agrícolas. Funções da comercialização. Canais de comercialização. Formação de preços de produtos agrícolas e agroindustriais. Estratégias ou alternativas de comercialização. Margens de comercialização. Comércio exterior. Noções de mercados futuros de *commodities* agropecuárias. Políticas agrícolas de estabilização da renda. Agricultura familiar e mercados.

Objetivo Geral: Analisar os fenômenos que cercam a realidade da comercialização de produtos agropecuários no mercado interno e externo, instrumentalizando o discente a desenvolver e implementar estratégias comerciais.

Objetivos Específicos:

- Compreender conceitos básicos relacionados a comercialização de produtos agropecuários;
- Refletir sobre os impactos das ações, práticas e estratégias de comercialização no desempenho das organizações do agronegócio;
- Discutir aspectos concernentes à dinâmica do processo de comercialização em seus diversos segmentos;
- Oportunizar a tomada de decisões relacionadas a comercialização em empreendimentos agropecuários.

Referências Básicas:

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
BORTOTO, A. C.; DIAS, R.; RODRIGUES, W. **Comércio exterior**: teoria e gestão. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
MAIA, J. M.; BORTOTO, A. C.; RODRIGUES, W. **Economia internacional e comércio exterior**. 15. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.
MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio:** uma abordagem econômica. São Paulo, SP: Pearson, 2007.
REZENDE, A. M.; CALLADO, A. A. C.; GOMES, M. F. M. (Eds.). **Comercialização agrícola.** 2. ed. Viçosa, MG: CPT, 2000.

Referências Complementares:

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio comercial do agronegócio**: principais mercados de destino. Brasília, DF: MAPA, 2010.
CASAROTTO FILHO, N.; KOPITTKE, B. H. **Análise de investimentos:** matemática financeira, engenharia econômica, tomada de decisão, estratégia empresarial. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional:** teoria e política. 8. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2005.
SILVA, J. U. **Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior.** São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.
WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas.** Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2010.

Gestão Ambiental no Agronegócio II (DPA 7238)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Certificações e normas da série ISO 9001 e ISO14000. Indicadores de monitoramento ambiental. Certificações florestais (*Forest Stewardship Council – FSC*). Auditoria ambiental. Selos ambientais no agronegócio. Gestão de resíduos no agronegócio. Resíduos sólidos urbanos. Desafios ambientais contemporâneos. Economia circular. Gestão de áreas degradadas.

Objetivo Geral: Instrumentalizar o discente quanto ao uso de tecnologias e ferramentas de gestão ambiental que oportunizem o desenvolvimento sustentável das atividades do agronegócio tendo em vista os desafios contemporâneos.

Objetivos Específicos:

- Conhecer e se apropriar de mecanismos de avaliação e de controle de impactos ambientais;
- Compreender conceitos de economia circular, bioeconomia, serviços ambientais e serviços ecossistêmicos, ponderando sobre sua aplicação em atividades agrícolas e agroindustriais;
- Desenvolver e implementar estratégias de gestão ambiental em organizações do agronegócio;
- Capacitar o discente para atuar tanto no gerenciamento de áreas de conservação, quanto de áreas ambientais degradadas;

Referências Básicas:

GORE, A. **Uma verdade inconveniente**: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. Barueri, SP: Manole, 2006.
NEVES, M. F. **Agronegócios e desenvolvimento sustentável**: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
PENTEADO FILHO, R. C. **Organizações inteligentes**: guia para a competitividade

e sustentabilidade nos negócios. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007.
SEIFFERT, M. E. B. **ISO 14001 sistemas de gestão ambiental:** implantação objetiva e econômica. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
SILVA, C. L. **Inovação e sustentabilidade**. Curitiba, PR: Aymará, 2012.

Referências Complementares:

AMATO NETO, J.; BARROS, M. C. L.; CAMPOS-SILVA, W. L. **Economia circular, sistemas locais de produção e ecoparques industriais**. São Paulo: Blucher, 2021.
DIAS, M. C. O. **Manual de impactos ambientais**: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. 2. ed. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste, 2008.
GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. **Energia, meio ambiente e desenvolvimen**to. 3.ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.
JUGEND, D.; BEZERRA, B. S.; SOUZA, R. G. (Orgs.). **Economia circular**: uma rota para a sustentabilidade. São Paulo: Grupo Almedina, 2022.
VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

Gestão Financeira no Agronegócio (DPA 7231)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceito e importância da gestão financeira. Fluxo de caixa realizado e projetado. Demonstrações financeiras básicas. Indicadores de viabilidade financeira. Índices de liquidez e solvência. *Payback* simples e descontado. Taxa mínima de atratividade e taxa interna de retorno. Valor presente líquido. Controle orçamentário. Alavancagem financeira. Política de crédito e cobrança. Custo e estrutura de capital. Custo de oportunidade. Capital de giro. Planejamento e controle financeiro. Fontes de financiamento. Mercado de capitais. Análise e avaliação de projetos financeiros de investimentos. Características das decisões financeiras em organizações do agronegócio.

Objetivo Geral: Capacitar os discentes quanto a instrumentalização de ferramentas e técnicas de gestão financeira, oportunizando a tomada de decisões relacionadas à estrutura de capital, fontes de financiamento e projetos de investimento tendo em vista suas implicações sistêmicas nas organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Estruturar e analisar um fluxo de caixa, definindo potenciais estratégias e práticas de gestão financeira nas organizações do agronegócio;
- Compreender os conceitos relacionados à gestão financeira e suas aplicações nas organizações do agronegócio;

- Interpretar diferentes indicadores de viabilidade financeira e índices de liquidez, bem como a maneira como estes influenciam na realidade financeira das organizações;
- Analisar e avaliar múltiplos projetos de investimento, ponderando sobre suas potencialidades de retorno financeiro.

Referências Básicas:

EHRLICH, P. J.; MORAES, E. A. **Engenharia econômica**: avaliação e seleção de projetos de investimento. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2005.
GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira.** 12. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2010.
HIRSCHFELD, H. **Engenharia econômica e análise de custos:** aplicações práticas para economistas, engenheiros, analistas de investimentos e administradores. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.
SILVA, R. A. G. **Administração rural:** teoria e prática. 2. ed., 3. reimp. Curitiba, PR: Juruá, 2012.

Referências Complementares:

COPELAND, T. E.; KOLLER, T.; MURRIN, J. **Avaliação de empresas**: valuation: calculando e gerenciando o valor das empresas. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2002.
MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.
RASOTO, A. **Gestão financeira:** enfoque em inovação. Curitiba, PR: Aymará, 2012.
SILVA, A. L. C. **Matemática financeira aplicada.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. **Fundamentos da administração financeira.** 10. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2000.

Gestão da Qualidade no Agronegócio (DPA 7233)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Conceituação e evolução da gestão da qualidade. Relação entre satisfação do consumidor e qualidade. Ferramentas de gestão da qualidade: histograma, diagrama de Pareto, controle estatístico de processos, diagrama de Ishikawa, fluxograma, diagrama de dispersão e folha de verificação. Ciclo PDCA. Programa 5S. Metodologia 5W2H. Seis sigmas. ISO 9000 e demais certificações de gestão da qualidade. Segurança alimentar e segurança de alimentos. Custos de qualidade. Avaliação e controle de gestão da qualidade em organizações do agronegócio.

Objetivo Geral: Compreender conceitos e operacionalizar ferramentas e

metodologias de gestão da qualidade em organizações do agronegócio.

Objetivos Específicos:

- Examinar os avanços teóricos e conceituais relacionados a gestão da qualidade;
- Ponderar sobre a importância sistêmica dos atributos de qualidade para o desempenho organizacional;
- Analisar os impactos da gestão da qualidade sob a segurança e a inocuidade alimentar;
- Instrumentalizar o discente quanto ao uso e a aplicação de instrumentos e metodologias de gestão da qualidade no agronegócio.

Referências Básicas:

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.
CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da qualidade:** conceitos e técnicas. 3. São Paulo: Atlas, 2016.
JOHNSTON, R. **Trabalho, tecnologia e organização**. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2007.
MIKOS, W. L. et al. **Qualidade**: base para inovação. Curitiba, PR: Aymará, 2012.
SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da produção**. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

Referências Complementares:

CARDELLA, B. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**: uma abordagem holística.
FERREIRA, L. **Gestão da qualidade e produtividade.** São Paulo: Platos Soluções Educacionais, 2021.
IIDA, I. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2005.
MOREIRA, D. A. **Administração da produção e operaçõe**s. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.
OLIVEIRA, O. J. **Gestão da qualidade**: tópicos avançados. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

3.2 EMENTAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Técnicas e Ferramentas de Pesquisa (DPA 6021)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 15h
Carga horária prática: 45h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Delineamento metodológico da pesquisa científica: natureza, abordagem, finalidade e procedimentos técnicos. Bases de dados nacionais e internacionais.

Survey. Estudo de caso. Operacionalização de pesquisas por meio de dados secundários. Análise qualitativa de conteúdo. Revisão sistemática. Estudos cientométricos. *Softwares* de coleta, organização e análise de dados. Escrita técnica e científica.

Objetivo Geral: Instrumentalizar os discentes para adotarem técnicas e ferramentas de pesquisa científica orientadas à coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, bem como desenvolverem habilidades relacionadas à escrita técnica e científica.

Objetivos Específicos:

- Delinear metodologicamente pesquisas científicas;
- Operacionalizar a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos;
- Redigir textos técnicos e científicos;
- Desenvolver autonomia e pensamento crítico e reflexivo quanto a técnicas de pesquisa no âmbito do agronegócio.

Referências Básicas:

CARVALHO, M. C. M. (Org.). **Construindo o saber:** metodologia científica: fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papirus, 2011.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
HAIR, J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

Referências Complementares:

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
BOOTH, W. C.; MONTEIRO, H. A. R.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.
FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
YIN, R. K.; THORELL, A. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011.

Leitura, Produção Textual e Elaboração de Seminários (DPA 6022)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 15h
Carga horária prática: 45h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Estratégias de leitura. Análise de textos acadêmicos de distintos gêneros e temáticas interdisciplinares no âmbito do agronegócio. Tipologias de produção textual e suas características. Heterogeneidade de audiências do profissional do agronegócio. Coerência e coesão textual. Estrutura e construção de textos acadêmicos. Interpretação e paráfrase. Estratégias de expressão oral. Etapas da preparação de seminários. Recursos tecnológicos para a elaboração de apresentações.

Objetivo Geral: Capacitar o discente para ler, compreender e preparar textos informacionais para distintos públicos, bem como estimular o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais relacionadas a elaboração e apresentação de seminários.

Objetivos Específicos:

- Compreender as características e os objetivos das distintas tipologias de produção textual;
- Desenvolver habilidades concernentes a disseminação de informações e a articulação de ideias e argumentos junto a públicos heterogêneos;
- Sistematizar e praticar dinâmicas de produção textual e de apresentações orais;
- Instrumentalizar o discente quanto a ferramentas e metodologias para a elaboração de seminários.

Referências Básicas:

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 12. ed. 7. imp. -. São Paulo, SP: Ática, 2012.
FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Prática de texto:** para estudantes universitários. 21. ed. São Paulo, SP: Vozes, 2011.
REIZ, P. **Redação científica moderna**. São Paulo, SP: Editora Hydria, 2013.
SPECTOR, N. **Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científic**os. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2002.
TOLFO, C. **Mapas conceituais:** aplicações no ensino, pesquisa e extensão. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2017.

Referências Complementares:

ARAÚJO FILHO, N. P. **Apresentações empresariais:** além da oratória. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. R. E**strutura e apresentação de projetos, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2005 e 15287/2006).** Rio de Janeiro, RJ: Interciência, 2007.
NOBREGA, M. H. **Como fazer apresentações em eventos acadêmicos e empresariais:** linguagem verbal, comunicação corporal e recursos audiovisuais. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.
MÜLLER, M. S.; CORNELSEN, J. M.; FERNANDES, R. P. M. **Normas e padrões para teses, dissertações e monografias.** 3. ed. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, 2001.
SCHLITTLER, J. M. M. **Manual prático de redação profissional:** técnicas de redação profissional para a construção dos principais documentos e correspondências oficiais, judiciais, empresariais e particulares, com comentários e

modelos práticos dos documentos e correspondências estudadas. 2. ed. Campinas, SP: Servanda, 2010.

Agricultura Familiar (DPA 6023)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Histórico e constituição da agricultura familiar no país. Conceito e Definições. Organização produtiva da Unidade Familiar. Importância da diversificação na Agricultura Familiar. Pluriatividade e Multifuncionalidade na Agricultura Familiar. O papel da agricultura familiar nos países desenvolvidos. Políticas Públicas para Agricultura Familiar. Características da Agricultura Familiar no Pampa Gaúcho.

Objetivo Geral: Proporcionar ao acadêmico uma ampla visão sobre agricultura familiar, frisando as especificidades da categoria. Compreender conceitos, definições e a importância dos conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade na Agricultura Familiar.

Objetivos Específicos:

- Compreender a trajetória histórica da agricultura familiar no país;
- Assimilar o conceito de agricultura familiar e suas definições;
- Reconhecer a constituição das Políticas Públicas de apoio à Agricultura Familiar no País;
- Analisar as principais características da agricultura familiar no Pampa Gaúcho;

Referências Básicas:

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.
GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2015.
SABOURIN, E.; TONNEAU, J. P. **Agricultura familiar:** integração entre políticas públicas e dinâmicas locais. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2007.
SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.
WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

Referências Complementares:

FOSSÁ, J. L.; RENK, A. A. O conceito de agricultura familiar: retrocessos do presente. **Revista Grifos** Chapecó, SC, v. 30, n. 54, 2021.
LITRE, G. *et al*. (Orgs.). **Mulheres, Sustentabilidade e Pecuária de Corte**: gerando visibilidade no Pampa do Brasil, Uruguai e Argentina. 1. ed. Bagé, RS: Innova Media Comunicação e Serviços Empresariais, 2023. v. 1.

NASCIMENTO, S. G. S. *et al.* Fatores condicionantes ao processo de conversão agroecológica: um estudo de caso no Pampa Gaúcho. **Caderno Pedagógico (Lajeado. Online)**, v. 21, p. e3870-01, 2024.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

WESZ JUNIOR, V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

Desenvolvimento Rural (DPA 6024)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: O papel da agricultura no desenvolvimento. A histórica intervenção do Estado na agricultura. Noções de desenvolvimento e a emergência de perspectivas de desenvolvimento rural e de desenvolvimento rural sustentável. Diversidade de atores sociais rurais e as complexas interrelações entre rural e urbano na sociedade contemporânea. Perspectivas analíticas para estudo dos mercados rurais agropecuários. Ruralidades e territorialidade. Formas de organização e ação coletiva dos agricultores no meio rural.

Objetivo Geral: Analisar as principais teorias e os debates contemporâneos sobre o desenvolvimento rural no país.

Objetivos Específicos:

- Discutir as abordagens analíticas e institucionais que orientam o desenvolvimento rural.
- Compreender a contribuição de autores, escolas de pensamento que refletem e trabalham sobre o tema do desenvolvimento rural;
- Identificar perspectivas analíticas dos mercados agropecuários;
- Apresentar o conceito de ruralidade, território e formas de organização do rural brasileiro.

Referências Básicas:

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.
FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2008.
LEITE, S. P. (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

Referências Complementares:

CAZELLA, A. A. *et al*. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15 - Edição Especial, p. 49-79, 2016.
FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019. Disponível em: <https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2019/05/49824d91-entre-chapadas-e-baix%C3%B5es-do-matopiba_vers%C3%A3o-ebook.pdf>
MARTINS, J. S. A modernidade do "passado" no meio rural. *In:* **O mundo rural no Brasil do século XXI**. Brasília: Embrapa, 2014. p. 24-31. Disponível em: <http://agroicone.com.br/uploads/2014/09/O-MUNDORURAL-2014.pdf>
MATTE, A. *et al*. Mercado de cadeias curtas na pecuária familiar: um processo de relocalização no território Alto Camaquã no Sul do Rio Grande do Sul/Brasil. **Redes (Santa Cruz Do Sul)**, v. 21, p. 137-158, 2016.
MATTEI, L. F. Considerações Acerca de Teses Recentes sobre o Mundo Rural Brasileiro. **RESR**, v. 52, Supl. 1, p. S105-S124, 2014.

Manejo e Conservação do Solo e da Água (DPA 6025)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Introdução ao uso, manejo e conservação do solo. Erosão do solo. Sistemas de preparo do solo. Práticas conservacionistas e terraceamento. Sistemas de cultivo. Uso do solo. Funcionalidades ecossistêmicas da paisagem (relação solo x paisagem). Manejo da matéria orgânica do solo. Balanço de carbono no sistema.

Objetivo Geral: Compreender as diferentes formas de manejo, controle da degradação e recuperação de solos e de recursos hídricos degradados utilizando práticas agroecológicas e práticas convencionais.

Objetivos Específicos:

- Analisar o processo de erosão do solo e maneiras de promover a sua recuperação;
- Identificar as diferentes maneiras de utilização do solo e seus impactos sobre o ecossistema;
- Compreender técnicas de manejo e conservação do solo e dos recursos hídricos;
- Ponderar sobre as funcionalidades ecossistêmicas da paisagem tendo em vista os recursos hídricos e o solo.

Referências Básicas:

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 8. ed. São Paulo, SP: Ícone, 2012.
DURLO, M. A.; SUTILI, F. J. **Bioengenharia**: manejo biotecnico de cursos de água. Santa Maria, RS: Ed. do Autor, 2014.

LIBÂNIO, M. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água**. 2. ed. Campinas, SP: Átomo, 2008.
MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. **Microbiologia e bioquímica do solo**. 2. ed. Lavras, MG: Ed. da Universidade Federal de Lavras, 2006.
TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 6. ed. São Paulo, SP: Andrei, 2007.

Referências Complementares:

ALLEONI, L. R. F. **Química e mineralogia do solo**: Parte II - Aplicações. Viçosa, MG: SBCS, 2016.
LOPES, J. D. S.; LIMA, F. Z. **Construção de pequenas barragens de terra**. Viçosa, MG: CPT, 2008.
MOREIRA, F. M. S. **Biodiversidade do solo em ecossistemas brasileiros**. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras, 2008.
PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo, SP: Nobel, 1979.
REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera**: conceitos, processos e aplicações. 1.ed. São Paulo, SP: Manole, 2004.

Fundamentos da Química e Fertilidade do Solo (DPA 6026)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 45h
Carga horária prática: 15h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Reações do intemperismo e diferenciação dos solos. Formação de carga nos minerais e na matéria orgânica do solo. Íons determinadores de potencial. Fenômenos de sorção. Bases conceituais úteis para a fertilidade do solo. Acidez do solo e calagem. Biogeoquímica do fósforo. Biogeoquímica do potássio. Biogeoquímica do nitrogênio e do enxofre. Dinâmica dos micronutrientes. Uso eficiente de insumos. Adubação orgânica. Solos alagados.

Objetivo Geral: Compreender o processo de ciclagem de nutrientes dentro do enfoque de agricultura sustentável por meio da avaliação das relações do manejo da fertilidade do solo com o desenvolvimento da agricultura, com base nos fundamentos da química do solo.

Objetivos Específicos:

- Identificar as características dos diferentes tipos de solos e sua composição;
- Instrumentalizar os discentes quanto ao uso eficiente de insumos orientados à fertilidade do solo;
- Compreender as dinâmicas relacionadas a formação de carga nos minerais e na matéria orgânica do solo;
- Compreender os elementos inerentes a química do solo com vistas a maximização da sua fertilidade e ao aumento da produtividade agrícola.

Referências Básicas:

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 8. ed. São Paulo, SP: Ícone, 2012.
MOREIRA, F. M. S. **Biodiversidade do solo em ecossistemas brasileiros**. Lavras, MG: Universidade Federal de Lavras, 2008.
PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo, SP: Nobel, 1979.
REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera**: conceitos, processos e aplicações. 1.ed. São Paulo, SP: Manole, 2004.
TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. 6. ed. São Paulo, SP: Andrei, 2007.

Referências Complementares:

ALLEONI, L. R. F. **Química e mineralogia do solo**: Parte II - Aplicações. Viçosa, MG: SBCS, 2016.
EMBRAPA/CNPS. **Manual de métodos de análise de solo.** 2.ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA, 1997.
MALAVOLTA, E.; PIMENTEL GOMES, F.; ALCARDE, J. C. **Adubos e adubações.** São Paulo: Nobel, 2002.
PRIMAVESI, A.; PRIMAVESI, O. **Coleta de amostra de terra para análises químicas de solo**. São Carlos, SP: Embrapa Pecuaria Sudeste, 2000.
SILVA, S. B. **Análise de solo para ciências agrárias.** Belém, PA: Edufra, 2018.

Princípios de Ergonomia e Segurança do Trabalho no Meio Rural (DPA 6027)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Histórico e objetivos da ergonomia. Ergonomia e segurança. Estudo de tempos e movimentos. Noções de ergonomia de ferramentas e postos de trabalho. Riscos no esforço humano e movimento repetitivo. Método NIOSH ou REBA. Análise ergonômica do trabalho.

Objetivo Geral: Proporcionar aos discentes conhecimentos relacionados a ergonomia e a segurança do trabalho, oportunizando-os reconhecer ambientes e atividades de risco desenvolvidos pelo trabalhador rural.

Objetivos Específicos:

- Compreender e diferenciar ergonomia e segurança do trabalho;
- Identificar as limitações humanas no desenvolvimento do trabalho rural;
- Avaliar os possíveis riscos da atividade laboral;
- Desenvolver o senso crítico dos discentes para que estes sejam capazes de propor melhorias nos distintos ambientes laborais no meio rural.

Referências Básicas:

ABRAHAO, J.; SILVINO, A.; SZNELWAR, L. **Introdução a ergonomia:** da prática a

teoria. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2009.
GUERIN, F. **Compreender o trabalho para transformá-lo:** a prática da ergonomia. São Paulo, SP: Blucher, 2001.
KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.
PINHEIRO, A. K. S.; FRANCA, M. B. A. **Ergonomia aplicada a anatomia e a fisiologia do trabalhador.** Goiânia, GO: AB editora, 2008.
YEE, Z. C. **Pericias de engenharia de segurança do trabalho**: aspectos processuais e casos práticos. Curitiba, PR: Juruá, 2010.

Referências Complementares:

BRASIL. **Segurança e medicina do trabalho**. 65. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.
DUL, J.; WEERDMEESTER, B. **Ergonomia prática**. 2. ed. São Paulo, SP: Ed. Edgard Blucher, 2004.
GARCIA, G. F. B. **Acidentes do trabalho**: doenças ocupacionais e nexo técnico epidemiológico. 3. ed. São Paulo, SP: Método, 2010.
IIDA, I. **Ergonomia:** projeto e produção. 2. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2005.
MARTINS, L. A. C.; SCHENBERG, M. **Segurança no trabalho rural**. Viçosa, MG: CPT, 1999.

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (DPA 6028)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 45h
Carga horária prática: 15h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Fundamentos linguísticos e culturais da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Desenvolvimento de habilidades básicas expressivas e receptivas em LIBRAS para promover comunicação entre seus usuários. Introdução aos Estudos Surdos.

Objetivo Geral: Desenvolver as habilidades de recepção e de produção sinalizada, visando às competências linguística, discursiva e sociolinguística na Língua Brasileira de Sinais.

Objetivos Específicos:

- Propor uma reflexão sobre o conceito e a experiência visual dos surdos a partir de uma perspectiva sociocultural e linguística;
- Propor uma reflexão sobre o papel da Língua de Sinais na vida dos surdos e nos espaços de interação entre surdos e ouvintes, particularmente nos ambientes educacionais;
- Desenvolver a competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar;
- Compreender os surdos e sua língua a partir de uma perspectiva cultural.

Referências Básicas:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue** da língua de sinais brasileira. São Paulo, SP: Edusp, 2001.

GESSER, A. **Libras?** Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:** desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. 2. ed. rev. e atual. Jandira, SP: Ciranda Cultural, 2021.

MORAIS, C. E. L. *et al.* **Libras**. 2. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2019.

PEREIRA, M. C. C. **Libras**: conhecimento além dos sinais. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2011.

Referências Complementares:

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira**: o mundo do surdo em libras. São Paulo, SP: Edusp, 2009.

CORRÊA, Y.; CRUZ, C. R. (Orgs.). **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais.** Porto Alegre: Penso, 2019.

FELIPE, T. A. **Libras em Contexto:** Curso básico: Livro do estudante. Rio de Janeiro: Walprint Gráfica e Editora, 2007.

NOVO **deit-libras**: dicionário enciclopédico ilustrado trilíngue da língua de sinais brasileira: baseado em linguística e neurociências cognitivas. São Paulo, SP: Edusp, 2012.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. 1. ed. Artmed, 2007.

Tópicos Avançados em Agronegócio (DPA 6029)

Carga horária total: 60h
Carga horária teórica: 30h
Carga horária prática: 30h
Carga horária de extensão: 0h

Ementa: Temáticas emergentes no agronegócio. Desafios do profissional do agronegócio. Tendências e perspectivas do agronegócio contemporâneo. *Insights* e vieses latentes no meio rural brasileiro.

Objetivo Geral: Compreender temáticas latentes e tópicos avançados no âmbito do agronegócio contemporâneo.

Objetivos Específicos:

- Propor uma reflexão temáticas latentes no agronegócio;
- Analisar os desafios profissionais no contexto do agronegócio;
- Identificar tendências e perspectivas para o agronegócio brasileiro e mundial;
- Ponderar sobre os vieses do meio rural brasileiro.

Referências Básicas:

BATALHA, M.O. **Gestão agroindustrial.** Volume 1. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. São Paulo: Atlas, 2008.

BRUM, A. L.; MULLER, P. K. (Orgs.). **Aspectos do agronegócio no Brasil.** Ijuí, RS: UNIJUI, 2008.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio.** 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo, SP: Pearson, 2007.

TEJON, J. L.; TAVARES, M. F. F.; XAVIER, C. **Marketing & agronegócio**: a nova gestão - diálogo com a sociedade. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares:

ANDREOLI, C. V.; PHILIPPI JR, A. (eds.). **Sustentabilidade no agronegócio**. Barueri: Manole, 2021.
MALINSK, A. **Cadeias produtivas do agronegócio 1:** propriedade agrícola e produção. Porto Alegre: SAGAH, 2018.
QUEIROZ, T. R.; ZUIN, F. L. F. (Eds.). **Agronegócios**: gestão e inovação. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.
STEIN, R. T. *et al.* **Cadeias produtivas do agronegócio II**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.
TOLENTINO, A. *et al.* **O novo agronegócio e resolução de disputas.** São Paulo: Almedina, 2022.

4 GESTÃO

Nesta seção são apresentadas informações sobre recursos humanos e recursos de infraestrutura.

4.1 RECURSOS HUMANOS

Neste tópico são apresentadas as informações sobre a Coordenação Acadêmica, a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante, a Comissão do Curso e o Corpo Docente.

4.1.1 Coordenação Acadêmica

Conforme o Regimento Geral da UNIPAMPA, as unidades universitárias são designadas como campus, sendo o órgão de base constitutivo da estrutura multicampi da universidade. Contudo, as organizações administrativas e didático-

científicas são dotadas de servidores docentes e técnico-administrativos em educação, com a responsabilidade de realizar a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.

A Direção do Campus ou Direção da Unidade Universitária, de acordo com o Art. nº 69 do Regimento Geral da Universidade Federal do Pampa, é integrada por Diretor, Coordenador Acadêmico e Coordenador Administrativo, figurando como o órgão executivo que coordena e superintende todas as atividades do campus. No Art. nº 75 do mesmo regimento, define-se que à Coordenação Acadêmica compete coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades acadêmicas do campus; e, no Art. nº 77, descreve que são atribuições do Coordenador Acadêmico executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos da Universidade. Não obstante, no Art. nº 78, ressalta-se que compete a Coordenação Administrativa coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades administrativas do campus.

Dentro dessa estrutura também se conta com a Comissão de Ensino que, de acordo com Art. nº 81, tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão. O Art. nº 86 afirma que a Comissão de Pesquisa tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de pesquisa do campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de ensino e extensão. No Art. nº 91 define-se que a Comissão de Extensão tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de extensão do campus, zelando pela articulação destas atividades com as de ensino e pesquisa.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio possui sua administração acadêmica composta pela Coordenação de Curso (titular e substituta), uma Comissão de Curso, um Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Comissão de Auto Avaliação do Curso (CAC). As funções desenvolvidas pela secretaria, pelo técnico em assuntos educacionais, bibliotecário e demais técnicos administrativos em educação são comuns aos demais cursos do campus para utilização do laboratório de informática, materiais pedagógicos e outros. Segundo o Art. nº 97, a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e a implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas

atividades acadêmicas.

O Coordenador do Curso é o presidente da Comissão de Curso e foi eleito pela mesma. A Comissão de Curso é formada pelos docentes do curso, um técnico em assuntos educacionais e um discente, sendo os dois últimos eleitos por seus pares. Cabe à essa comissão analisar e autorizar em primeira instância as alterações, inclusões ou exclusões de normas, componentes curriculares ofertados, atividades de ensino, pesquisa e extensão e outras atribuições descritas no Regimento Geral.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é composto por professores eleitos dentre aqueles que compõem a Comissão de Curso. A atuação deste núcleo é orientada pela Resolução nº 97/2015 e dentre suas contribuições tem-se o assessoramento à Coordenação de Curso na revisão constante do Projeto Pedagógico do Curso, bem como a proposição sistemática de alterações na matriz curricular.

A Comissão de Autoavaliação do Curso (CAC) tem como objetivo propor periodicamente a autoavaliação do curso, respeitando as dimensões a serem avaliadas em conformidade com as necessidades do curso. Também deve proceder para que as informações derivadas da autoavaliação sejam efetivamente empregadas nos processos decisórios, assegurando a promoção do melhoramento contínuo do curso.

Cada componente curricular ofertado conta com ao menos um docente responsável, o que inclui os componentes de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, cuja atuação do docente contempla a coordenação e auxílio no desenvolvimento dos trabalhos finais de curso.

4.1.2 Coordenação de Curso

De acordo com o Art. nº 105 do Regimento Geral da UNIPAMPA compete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do curso que coordena, dentre elas:

I. Presidir a Comissão de Curso;
II. Promover a implantação da proposta de curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;

III. Encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;
IV. Formular diagnósticos sobre os problemas existentes no curso e promover ações visando à sua superação;
V. Elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no curso;
VI. Apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;
VII. Servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;
VIII. Convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;
IX. Cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;
X. Assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;
XI. Representar o curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;
XII. Relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao curso que coordena;
XIII. Atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação “*in loco*”;
XIV. Providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento

da matrícula;

XV. Contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do curso nas suas diversas formas;

XVI. Orientar os alunos do curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;

XVII. Autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica: a) a matrícula em disciplinas eletivas; b) a matrícula em disciplinas extracurriculares; c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas; d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável; e) a mobilidade discente.

XVIII. Propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da unidade responsável pelo curso: a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no curso, para efeito de matrícula; b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes; c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório; d) prorrogações ou antecipações do horário do curso; e) avaliação de matrículas fora de prazo.

XIX. Providenciar: a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA; b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular; c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida; d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes; e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino; f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do curso.

XX. Emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;

XXI. Promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;

XXII. Atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

O docente Osmar Manoel Nunes, atual coordenador do curso, é Economista, Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Desenvolvimento Regional. Trabalhou no Hospital Universitário de Santa Maria, HUSM por cinco anos e atuou como docente por dez anos antes do seu ingresso na UNIPAMPA.

O coordenador de curso promove reuniões periódicas – geralmente a cada 45 dias – e quando necessário, reuniões extraordinárias com todos os docentes, representação discente e representação dos técnicos em assuntos educacionais. Há articulação constante entre Comissão de Curso e NDE no sentido de verificar as melhorias que podem ser desenvolvidas e implementadas no curso. O coordenador do curso ocupa uma sala de atendimento aos alunos e docentes, cujo horário de disponibilidade é publicizado.

Além disto, o coordenador de curso ocupa lugar no Conselho do Campus e na Comissão Local de Ensino, onde representa o curso. Esta relação com as demais esferas da instituição contribui para a maximização do conhecimento acerca das demandas e proporcionam maior amparo nas decisões concernentes ao curso. O coordenador de curso também estabelece uma relação próxima com os discentes, buscando cotidianamente dialogar sobre os problemas e possíveis soluções para a melhoria constante do curso.

Salienta-se que o coordenador de curso é professor adjunto, com regime de trabalho de 40 horas semanais e dedicação exclusiva, das quais metade são dedicadas à atividades de coordenação. Além disso, o curso conta com uma coordenação substituta atualmente desempenhada pela Profa. Dra. Alice Munz Fernandes. Essa exerce as atividades inerentes à coordenação de curso em casos de indisponibilidade e/ou férias do coordenador.

4.1.3 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio atua conforme a Resolução nº 97/2015, sendo atualmente designado pela Portaria nº 1383 de 25 de setembro de 2024. O NDE do curso está composto atualmente por seis docentes com dedicação exclusiva e titulação de doutorado, incluído o coordenador de curso.

Os integrantes do NDE são indicados pela Comissão do Curso e designados via portaria emitida pela reitoria da Universidade. O funcionamento do NDE é orientado pela Resolução CONSUNI nº 97/2015 e por regimento próprio aprovado pela Comissão do Curso em maio de 2021. No que diz respeito a titulação, formação acadêmica e experiência profissional do NDE tem-se as seguintes informações:

Profa. Dra. Alice Munz Fernandes: Bacharela, Mestra em Administração, Doutora em Agronegócios e Pós-Doutora em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Atuou como docente em instituições privadas técnicas e profissionalizantes. Foi professora substituta no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense junto ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agropecuária e em Informática para Internet e aos Cursos Superior de Medicina Veterinária e Engenharia de Alimentos. Também foi professora substitua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul junto ao Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Plásticos e em Administração (modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA) e aos Cursos Superiores de Tecnologia em Processos Gerenciais, Bacharelado em Engenharia da Produção e Engenharia Metalúrgica.

Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro: Bacharel em Engenharia Agronômica, Mestre em Administração e Doutor em Desenvolvimento Rural. Trabalhou como Técnico de Extensão Rural na EMATER por 32 anos e conta com 16 anos de experiência na docência antes de seu ingresso na UNIPAMPA.

Profa. Dra. Janaína Wohlenberg: Bacharela em Administração, Mestra e Doutora em Tecnologia Ambiental. Atuou na iniciativa privada e como professora substituta na UNIPAMPA, Campus Bagé/RS, junto aos cursos de Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Energias Renováveis.

Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá: Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e Doutor em Administração. Atuou como analista e docente na Universidade Comunitária da Região de Chapecó, na Faculdade Empresarial de Chapecó e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

Prof. Dr. Osmar Manoel Nunes: Bacharel em Ciências Econômicas, Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Desenvolvimento Regional. Trabalhou no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM) por cinco anos e atuou como docente

por dez anos antes do seu ingresso na UNIPAMPA.

Prof. Dr. Sérgio Ivan dos Santos: Bacharel em Engenharia Mecânica, Mestre em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais e Doutor em Ciências dos Materiais. Atuou como docente na Universidade de Caxias do Sul junto ao curso de Engenharia Mecânica e na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões junto ao curso de Engenharia Industrial Mecânica. Também foi técnico superior em trânsito no Departamento Estadual de Trânsito.

Todos os docentes que compõem o NDE são professores da UNIPAMPA que exercem suas atribuições no regime de trabalho de 40 horas semanais e dedicação exclusiva. De acordo com o Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Apêndice II) do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, Capítulo II, Art. 4º, 5º e 6º (p. 3), o NDE é constituído da seguinte forma:

> Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores e no máximo 10 (dez) professores pertencentes ao corpo docente do curso, eleitos pela Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio com um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, sendo orientado que seja mantido, pelo menos, 50% dos integrantes da composição original.
> Art. 5º. O coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio é membro nato do NDE.
> Art. 6º. O NDE será presidido por um docente eleito por seus pares, com mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

As reuniões são realizadas conforme demanda do curso por meio de convocações realizadas pelo presidente do NDE com prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas para reuniões ordinárias, e 48 (quarenta e oito) horas para reuniões extraordinárias. O quórum mínimo para o funcionamento do NDE é de 75 % dos seus integrantes.

As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade. Nas reuniões será lavrada ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada, deve ser assinada por todos os membros presentes.

4.1.4 Comissão de Curso

Conforme Art. 102 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados

ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas" (UNIPAMPA, 2010, p. 26). É constituída por docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos doze meses, representante discente e representante técnico.

A Comissão de Curso, que equivale ao colegiado, é presidida pelo coordenador de curso e conta com a seguinte composição atual: Prof. Dr. Osmar Manole Nunes (coordenador de curso); Profa. Dra. Alice Munz Fernandes, Profa. Dra. Adriana Pires Neves, Prof. Dr. Alisson Marian Callegaro, Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro, Prof. Dra. Esther Theisen Gabbardo, Prof. Dr. Ignácio Pablo Tejero, Profa. Dra. Janaína Wohlenberg, Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá, Prof. Dra. Luciane Rumpel Segabinazzi, Prof. Dr. Sérgio Ivan Dos Santos, Profa. Dra. Shirley Grazieli Nascimento (Efetiva), Prof. MSc. Wilson Valente da Costa Neto, Guilherme Joner (representante dos Técnicos em Assuntos Educacionais) e Miguel Rodrigues Bento (representante discente).

Conforme o Regimento Geral da UNIPAMPA todos os docentes que ministraram aula no curso nos últimos 12 (doze) meses fazem parte da Comissão de Curso. Os integrantes da referida comissão se reúnem pelo menos três vezes por semestre – atualmente realiza-se reunião ordinária uma vez no mês e as extraordinárias conforme necessidade – para deliberar sobre questões que envolvem a gestão e o desenvolvimento do curso. A data e horário da realização de cada reunião consta na convocação encaminhada aos membros da Comissão de Curso com antecedência que varia de 48 (quarenta e oito) horas para reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas para reuniões extraordinárias.

As reuniões são convocadas pelo coordenador do curso, que a preside e acolhe o debate das temáticas em pauta e assuntos gerais sugeridos pelos membros da comissão ou convidados. Todas as reuniões da Comissão de Curso do CSTA são transcritas para Atas, assinadas e arquivadas no SEI da UNIPAMPA. O Apêndice III dispõem sobre o regulamento da Comissão de Curso do CSTA.

4.1.5 Corpo Docente

O corpo docente do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio atualmente é constituído de 13 professores efetivos, dentre os quais há 12doutores

e um mestre (em fase de doutoramento). Todos os docentes do CSTA são efetivos e desempenham suas atividades no regime de trabalho de 40 horas semanais com dedicação exclusiva.

O Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio considera ser imprescindível a existência de um corpo docente que se comprometa com a realidade institucional local, de forma reflexiva e permanentemente qualificada para responder aos desafios contemporâneos da formação acadêmico-profissional. A atuação docente é registrada semestralmente no sistema institucional, quando é especificada a carga horária destinada a atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, conforme postula a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 79/2014 que regulamenta os encargos docentes na UNIPAMPA.

A seguir é apresentada a relação dos docentes do CSTA e suas respectivas titulações:

Profa. Dra. Adriana Pires Neves
Graduação em Medicina Veterinária
Mestrado em Ciências Veterinárias
Doutorado em Ciências Veterinárias
Pós-Doutorado em Fisiopatologia da Reprodução Animal

Profa. Dra. Alice Munz Fernandes
Graduação em Administração
Mestrado em Administração
Doutorado em Agronegócio
Pós-Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente

Prof. Dr. Alisson Marian Callegaro
Graduação em Zootecnia e Médico Veterinário
Mestrado em Zootecnia
Doutorado em Zootecnia
Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro
Graduação em Agronomia
Mestrado Administração

Doutorado em Desenvolvimento Rural

Profa. Dra. Esther Theisen Gabbardo
Graduação em Enologia
Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos
Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos

Prof. Dr. Ignácio Pablo Traversa Tejero
Graduação em Engenharia Agronômica e Florestal
Mestrado em Produtividade Florestal
Doutorado em Meio Ambiente

Profa. Dra. Janaína Wohlenberg
Graduação em Administração
Mestrado em Tecnologia Ambiental
Doutorado em Tecnologia Ambiental

Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá
Graduação em Ciências Econômicas
Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais
Doutorado em Administração.

Profa. Dra. Luciane Rumpel Segabinazzi
Graduação em Zootecnia
Mestrado em Zootecnia
Doutorado em Zootecnia

Prof. Dr. Osmar Manoel Nunes
Graduação em Ciências Econômicas
Mestrado em Engenharia de Produção
Doutorado em Desenvolvimento Regional

Prof. Dr. Sérgio Ivan dos Santos

Graduação Engenharia Mecânica
Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais
Doutorado em Ciências dos Materiais

Profa. Dra. Shirley Grazieli Nascimento
Graduação em Tecnologia Ambiental
Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
Doutorado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar

Prof. MSc. Wilson Valente da Costa Neto
Graduação em Engenharia Agrícola
Mestrado em Engenharia Agrícola
Doutorando em Agroingeniaría Alimentária y de Biosistemas

De maneira geral, os professores que compõem o corpo docente do CSTA possuem mais de cinco anos de experiência em sala de aula. Além disso, enfatiza-se que os docentes semestralmente participam de um curso de formação pedagógica ofertado pela universidade, além de contarem como o apoio constante do NuDE. O Quadro 5 apresenta a síntese da experiência profissional dos docentes do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio.

Quadro 3 – Síntese do tempo de experiência profissional dos docentes do CSTA

Docente	**Antes do Ingresso na UNIPAMPA**	**Tempo no curso (em anos)**	**Total (em anos)**
Adriana Pires Neves	21	15	36
Alice Munz Fernandes	5	1	6
Alisson Marian Callegaro	7	3	10
Claudio Marques Ribeiro	16	10	26
Esther Theisen Gabbardo	2,5	2	4,5
Ignácio Pablo Tejero	20	9	29
Janaína Wohlenberg	1	11	12
Juliano Luiz Fossá	24	0,25	24,25
Luciane Rumpel Segabinazzi	3	11	14
Osmar Manoel Nunes	11	11	22
Sérgio Ivan dos Santos	6	14	20
Shirley Grazieli Nascimento	8	8	16
Wilson Valente da Costa Neto	1	15	16

Em relação a experiência profissional dos docentes, tem-se as seguintes informações:

Profa. Dra. Alice Munz Fernandes: Mais de cinco anos de experiência em educação profissional, tecnológica e no magistério superior.

Profa. Dra. Adriana Pires Neves: Mais de cinco anos de experiência em atendimento a equinos.

Prof. Dr. Alisson Marian Callegaro: Experiência na produção rural de bovinos de corte e em docência no junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ao ensino médio e superior do Instituto Federal Farroupilha, Campus Alegrete e na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Santo Ângelo. Também atuou com serviços de assistência técnica e gerencial no Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Profa. Dra. Esther Theisen. Gabbardo: Atuou na área de tecnologia de produção de vinhos e espumantes em vinícolas na Campanha Gaúcha, RS. Possui mestrado e doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos pela Universidade Federal de Pelotas, atualmente atua nas linhas de pesquisa voltadas à composição volátil dos vinhos, alternativas biotecnológicas para elaboração de vinhos e processos e produtos agroindustriais.

Prof. Dr. Prof. Dr. Cláudio Marques Ribeiro: Consultor da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) por mais de vinte anos.

Prof. Dr. Ignácio Pablo Traversa Tejero: Trabalhou por um ano no Instituto Agropecuário Oraxa na cidade do México e realizou serviços técnicos rurais na Compania Forestal Uruguaya Sociedad Anónima.

Profa. Dra. Janaína Wohlenberg: Atuou na iniciativa privada e como professora substituta na UNIPAMPA.

Prof. Dr. Juliano Luiz Fossá: Mais de duas décadas de experiência em docência e na área comercial.

Profa. Dra. Luciane Rumpel Segabinazzi: Atuou como docente na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e como professora substituta no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR).

Prof. Dr. Osmar Manoel Nunes: Atuou por cinco anos no Hospital Universitário de Santa Maria/RS e sete anos como docente na Fundação Universidade de Cruz

Alta (UNICRUZ).

Prof. Dr. Sérgio Ivan dos Santos: Atuou como técnico de laboratório na Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e como docente por cinco anos em outras universidades. Trabalhou por seis anos como engenheiro mecânico do Departamento Estadual de Trânsito.

Profa. Dra. Shirley Grazieli Nascimento: Atuou por dois anos em projetos rurais/ambientais nas Prefeituras Municipais de Canguçu e Pelotas. Foi pesquisadora visitante na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Clima Temperado). Foi professora substituta por quatro anos no Instituto Federal Sul - Riograndense (IFSul). Atuou como tutora de sala na Universidade Norte do Paraná por seis anos.

Prof. MSc. Wilson Valente da Costa Neto: Atuou como professor substituto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves e possui experiência em consultoria e treinamento com operadores de máquinas agrícolas (NR31).

O Quadro 4 apresenta a titulação máxima de cada docente, bem como seu regime de trabalho e experiência profissional, tanto prévia quanto incluindo seu ingresso na Universidade Federal do Pampa.

Quadro 4 – Síntese de perfil docente do CSTA (Titulação, Regime de Trabalho e Experiência Profissional)

Docente	**Titulação Máxima**	**Regime de Trabalho**	**Experiência Profissional (em anos)**
Adriana Pires Neves	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	36
Alice Munz Fernandes	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	6
Alisson Marian Callegaro	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	10
Claudio Marques Ribeiro	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	26
Esther Theisen Gabbardo	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	4,5
Ignácio Pablo Tejero	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	29
Janaína Wohlenberg	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	12
Juliano Luiz Fossá	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	24,25
Luciane Rumpel Segabinazzi	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	14
Osmar Manoel Nunes	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	22

Docente	Titulação Máxima	Regime de Trabalho	Experiência Profissional (em anos)
Sérgio Ivan dos Santos	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	20
Shirley Grazieli Nascimento	Doutorado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	16
Wilson Valente da Costa Neto	Mestrado	Dedicação Exclusiva (40 horas)	16

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

Neste item descreve-se a infraestrutura utilizada pelo Curso Superior de Tecnologia do Agronegócio.

4.2.1 Espaços de Trabalho

Em relação a sala de reuniões tem-se as seguintes informações:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Sala de reuniões

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 01 sala

Capacidade: 12 pessoas

Capacidade total: 12 pessoas por turno

Área total: 21,16 m²

Complemento: 01 microcomputador, 01 condicionador de ar e 12 cadeiras

Recurso Específico: Televisão LCD 42”

Disponibilidade: Próprio

Quantidade: 1

Recurso Específico: Mesa para reuniões

Disponibilidade: Próprio

Quantidade: 1

Recurso Específico: Equipamento para vídeo conferência

Disponibilidade: Próprio

Quantidade: 1

Descrição do ambiente: o ambiente é uma sala de 21,16 m2, com capacidade total para 12 pessoas sentadas, com uma mesa de reuniões, uma televisão LCD 42'', equipamento para vídeo conferência, um microcomputador, um

condicionador de ar, 12 cadeiras, um aparelho de som mini system, um frigobar e uma caixa de som amplificada. O ambiente possui acesso a internet wireless, iluminação adequada, composta por 6 lâmpadas fluorescentes de 32 watts cada, e acústica adequada as necessidades do ambiente. O prédio foi construído recentemente, portanto o estado de conservação é muito bom, com boa ventilação. O serviço de limpeza é realizado diariamente e a sala possui ampla comodidade e acesso para portadores de necessidade especiais.

Quanto aos gabinetes de trabalho dos docentes, tem-se as seguintes informações:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Sala de professores

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 05 salas

Capacidade por sala: 04 pessoas

Capacidade total: 20 pessoas por turno

Área total: 95,68 m²

Complemento por sala: 04 computadores, 04 mesas, 04 cadeiras, 01 condicionador de ar e 03 armários.

Descrição do ambiente: são cinco gabinetes de professores, capacidade para quatro pessoas sentadas, por sala, totalizando 95,68 m², com uma área média, por sala, de 19,14 m². Em cada sala possui quatro mesas, quatro computadores, seis cadeiras, três armários e um condicionador de ar. O ambiente possui acesso a internet wireless, iluminação adequada, composta por 4 lâmpadas fluorescentes de 32 watts cada, e acústica adequada as necessidades do ambiente. O prédio foi construído recentemente, portanto o estado de conservação é muito bom, com boa ventilação. O serviço de limpeza é realizado diariamente e a sala possui ampla comodidade.

No que compete ao gabinete de coordenação do curso, tem-se as seguintes informações:

O coordenador de curso faz uso de uma sala exclusiva para o desenvolvimento das atividades de gestão e atendimento aos alunos.

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Sala da coordenação de curso

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 01 salas

Capacidade por sala: 01 pessoa

Área total: 8 m²

Complemento por sala: 01 computadores, 01 mesas, 01 cadeiras, 01 condicionador de ar, 01 telefone com ramal próprio, 01 mural e 02 armários.

A sala da coordenação possui ar condicionado, mesa, cadeira estofada, acesso a internet wireless, iluminação adequada, e acústica adequada as necessidades do ambiente. O prédio foi construído recentemente, portanto o estado de conservação é satisfatório. O serviço de limpeza é realizado diariamente e a sala possui ampla comodidade.

No que diz respeito as salas de aula do prédio administrativo, tem-se as seguintes informações:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Sala de aula

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 8 salas

Capacidade por sala: 60 pessoas

Capacidade total por sala: 60 pessoas em cada turno

Área total por sala: 88,25 m²

Complemento por sala: 60 cadeiras estofadas, um quadro branco, uma tela para projeção, um projetor multimídia, um notebook e uma mesa para professor.

Observação 1: Capacidade total por turno: 400 pessoas

Observação 2: Área total: 706 m²

Observação 3:Total de cadeiras: 400, total de quadros brancos: 8, total de mesas para professor: 8

Descrição de ambiente: o campus dispõe de 8 salas de aula, com capacidade de 50 alunos por sala (sentados), cada sala possui 88,25 m², com 50 cadeiras universitárias estofadas (10% para canhotos), um quadro branco, uma mesa para professor e dois condicionadores de ar, um projetor multimídia, uma tela de projeção, uma CPU com teclado e mouse. O ambiente possui acesso a internet wireless, iluminação adequada, composta por 20 lâmpadas fluorescentes de 32 watts cada, e acústica adequada as necessidades do ambiente. O prédio foi

construído recentemente, portanto o estado de conservação é muito bom, com boa ventilação. O serviço de limpeza é realizado diariamente e a sala possui ampla comodidade e acesso para portadores de necessidade especiais.

Não obstante, há ainda salas de aula disponíveis no prédio acadêmico, cuja sumarização de sua descrição é a seguinte:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Sala de aula

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 18 salas + 02 auditórios

Capacidade por sala:

02 salas: 60 pessoas

08 salas: 42 pessoas

08 salas: 18 pessoas

02 auditórios: 150 pessoas

Complemento por sala: cadeiras estofadas, um quadro branco, uma tela para projeção, um projetor multimídia, um notebook e uma mesa para professor.

Em relação a sala de registros acadêmicos, tem-se as seguintes informações:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Secretaria Acadêmica

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 1 sala

Capacidade: 4 pessoas

Capacidade total: 4 pessoas por turno

Área total: 14,35 m²

Complemento: 04 computadores, 04 mesas, 04 cadeiras, 01 condicionador de ar e 02 armários.

Descrição sistema de registros acadêmicos: o processo de registro e controle acadêmico é realizado basicamente pelo SIE - Sistema de Informações para o Ensino, no Módulo Acadêmico, coordenado pela Pró-Reitoria Adjunta de Graduação (PROGRAD) no Campus São Gabriel. Com o SIE, se dispõe de informações completas e corretas do cadastro dos alunos, atualizados de acordo com a progressão da vida acadêmica dos discentes. Através do sistema há possibilidade de acesso a vários relatórios estatísticos das matrículas, componentes

curriculares, trancamentos, etc. Além do registro informatizado citado acima, se dispõe de um arquivo impresso com todos os dados o que possibilita a organização das informações dos alunos, em pastas por ordem alfabética, ano de ingresso e curso.

Os discentes possuem acesso ao portal do aluno, onde podem efetuar a matricula nas componentes ofertadas no Campus, bem como ao seu histórico escolar. Já para os docentes, o acesso se dá pelo portal do professor para digitação das notas e diários de classe das componentes curriculares de sua responsabilidade. A alimentação dos dados dos alunos e da oferta das componentes curriculares, bem como, o cadastro dos cursos é de responsabilidade da Secretaria Acadêmica do Campus, conforme as aprovações realizadas na Comissão de Curso.

Há ainda o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) do Campus Dom Pedrito, cuja descrição de infraestrutura é a seguinte:

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE)

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 1 sala

Capacidade: 5 pessoas

Capacidade total: 5 pessoas por turno

Área total: 13,5 m²

Complemento: 05 computadores, 05 mesas, 05 cadeiras, 01 condicionador de ar e 01 arquivo de aço e 04 prateleiras.

Entre as ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) fomentadas pelo NuDe, destaca-se o Plano de Permanência, o Apoio ao Ingressante, o Projeto de Apoio Social e Pedagógico (PASP), o Programa de Apoio a Estudantes em Eventos (PAPE), o Programa de Ações Afirmativas – Auxílio ao Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola (ADAIQ)/Monitoria Indígena e Quilombola/Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola (PAPIQ).

Em relação ao apoio pedagógico realizado pelo NUDE o mesmo ocorre através de monitorias, cursos, projetos de ensino, assessoria e acompanhamento pedagógico, palestras e rodas de conversas e estudos e pesquisas. Em relação a assistência estudantil ocorre através de oficinas, cursos, Varal do Pampa (organização, divulgação e realização da campanha do agasalho (ação

institucional)), atendimentos e acompanhamentos e acolhimento dos ingressantes.

A UNIPAMPA Campus Dom Pedrito com o apoio a acessibilidade através do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NinA), conta com um Interface (Interfaces NINA), apoiado pelo grupo de servidores próprios do NINA/Reitoria, sendo que no Campus utiliza as instalações do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) e realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE), considerado pela Instituição indispensável para a formação do aluno com deficiência, pois é uma forma complementar de educação e está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional desde o ano de 1996.

O processo do AEE inicia-se com a manifestação do interesse do aluno ao Interface NInA do Campus, em receber atendimento. Os documentos originais e/ou assinados devem ser encaminhados via malote para o NinA. Somente o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade pode realizar a abertura do processo AEE, dessa maneira a UNIPAMPA conseguirá controle e informar o quantitativo real ao Ministério da Educação.

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NinA) é órgão suplementar, de natureza institucional, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa. O NINA é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA.

A atuação do NinA está voltada para os alunos que apresentam: deficiência na(s) área(s) auditiva, visual, física, intelectual e/ou múltipla; Transtornos Globais de Desenvolvimento – TGD, altas habilidades/superdotação e dificuldades específicas de aprendizagem que requeiram Atendimento Educacional Especializado. As ações são desenvolvidas baseando-se nos princípios da colaboração, intersetorialidade e multiprofissionalidade das equipes, alcançando de modo ramificado todas as unidades universitárias (campus) e setores da Reitoria e Pró-Reitorias. Em colaboração com todos os docentes e técnico-administrativos em educação, ações destinadas à inclusão e acessibilidade de alunos e servidores.

No campus de Dom Pedrito foram realizadas as seguintes ações pelo NinA no ano de 2019: (i) Acompanhamento geral, informações e atualização das condições de saúde, uso de medicação; (ii) Orientação sobre normas acadêmicas, frequência, desenvolvimento acadêmico, matrícula; (iii) Orientação para os estudos e

atividades acadêmicas, indicação de tecnologia assistiva, recursos pedagógicos; (iv) Empréstimo de notebook; (v) Inclusão digital: acesso ao site da UNIPAMPA, sistema GURI, arquivo das aulas, acesso e gerenciamento de e-mail, pesquisas online, e; (vi) Apoio às atividades de ensino: revisão de conteúdo das disciplinas, apoio na realização dos exercícios e atividades, orientação para realização dos trabalhos acadêmicos.

4.2.2 Laboratórios

Os discentes do CSTA contam com acesso a um laboratório de informática, cuja lotação máxima é de 36 pessoas sentadas em uma área total de 88,25 m². Possui um projetor multimídia, uma tela para projeção, um quadro branco e um computador para o professor.

Descrição de ambiente: O laboratório possui 88,25 m², computadores equipados com processadores processador Intel Core 2 duo 2.33ghz, com disco de 160 Gb, DVD-ROM, monitor de 17'', teclado e mouse. Totalizando 36 computadores, todos conectados à internet, possui 36 cadeiras, 6 bancadas, uma mesa para professor, um projetor multimídia e uma tela de projeção. Capacidade de 36 alunos sentados, sendo um aluno por computador. O ambiente possui acesso a internet wireless, iluminação adequada, composta por 20 lâmpadas fluorescentes de 32 watts cada, e acústica adequada as necessidades do ambiente. O prédio foi construído recentemente, portanto o estado de conservação é muito bom, com boa ventilação. O serviço de limpeza é realizado diariamente e a sala possui ampla comodidade e acesso para portadores de necessidade especiais.

Em relação a infraestrutura e serviços dos laboratórios especializados toma-se como base a resolução do CONSUNI/UNIPAMPA nº 343, de 30 de junho de 2022, a qual aprova o Regimento do Sistema de Laboratórios da UNIPAMPA. O CSTA utiliza os seguintes laboratórios para fins didático-pedagógico: Laboratório de Produção Vegetal; Laboratório de Bromatologia; Laboratório de Microscopia e Análise de Imagens; Laboratório de Higiene, Histologia, Microimunologia e Parasitologia; Laboratório de Anatomia Animal; Laboratório de Piscicultura; Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal; Laboratório de Química, Bioquímica e Manejo do Solo; Laboratório de Fisiologia, Genética, Melhoramento e Reprodução Animal; Laboratório de Microscopia e Análise de

Imagens.

4.2.3 Biblioteca

O acervo bibliográfico do Campus Dom Pedrito é composto por cerca de 11.800 exemplares de títulos de diversas áreas do conhecimento. O acadêmico tem acesso ao acervo, podendo retirar itens na modalidade de empréstimo domiciliar. Também é possível retira livros de outras unidades acadêmicas através do empréstimo entre bibliotecas via sistema de gestão de materiais e serviços.

O acervo bibliográfico possui em média cinco títulos por unidade curricular, com uma proporção média de um exemplar para cada vaga. O acervo bibliográfico é informatizado e tombado junto ao patrimônio da universidade. Em relação às bibliografias básicas, mantém-se um exemplar para consulta local. Também há um programa permanente de aquisição por meio de compras e doações.

A biblioteca subsidia o Núcleo Docente Estruturante (NDE) com relatórios para que o núcleo possa referendar a adequação da quantidade da bibliografia ao perfil do curso. Os computadores destinados ao atendimento (consulta e empréstimo) estão em número superior à demanda, para que, em caso de falha, outros equipamentos possam ser utilizados. A UNIPAMPA disponibiliza, ainda, acesso aos E-books Springer e plataforma online de livros eletrônicos que dá acesso a mais de 10 milhões de documentos científicos. Disponibiliza-se, também, o acesso ao Portal de Periódicos CAPES, sendo que a versão assinante pode ser acessada pelo acadêmico pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) utilizando login e senha da IES. Dez terminais de computadores ou notebooks com acesso à internet estão disponíveis para uso da comunidade acadêmica.

O campus possui um Técnico Intérprete de Libras e na biblioteca há um *scanner* que digitaliza e realiza a leitura em áudio do documento. Esse equipamento pode ser utilizado por qualquer aluno que necessitar, bem como está disponível ao docente para o preparo de material das aulas. A biblioteca tem aproximadamente mil discentes como usuários, desses 860 são da graduação.

Tipo de instalação: Sala

Identificação: Biblioteca

Disponibilidade do Imóvel: Próprio

Quantidade: 01 sala

Capacidade: 40 pessoas

Capacidade total: 40 pessoas por turno

Área total: 341,76 m²

Complemento: 02 microcomputadores, 40 cadeiras, 12 mesas e 02 armários.

Recurso Específico: Terminais de consulta

Disponibilidade: Próprio

Quantidade: 2

Recurso Específico: Salas de leitura com recursos multimeios

Disponibilidade: Próprio

Quantidade: 6

Complemento por sala: 1 microcomputador com recursos multimídia

Quantidade total: 6 microcomputadores com recursos multimídia

Área por sala: 5,70 m²

Capacidade por sala: 02 pessoas

Recurso Específico: Acervo

Disponibilidade: Próprio

Área total: 110 m²

Complemento: 25 estantes

Os periódicos científicos são acessados por meio dos computadores da universidade, através do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, a universidade conta com a assinatura dos seguintes periódicos de comunicação local: Revista Isto É: últimos 12 meses (semanal); Revista Isto É Dinheiro: últimos 12 meses (semanal); Revista Isto É Dinheiro Rural: últimos 12 meses (semanal), e; Jornal Zero Hora: são armazenadas as últimas 30 edições (diário).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação in loco para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>. Acesso em 12 fev. 2021.

CAST. **Desenho Universal para Aprendizagem**. Disponível em: https://www.cast.org/impact/universal-design-for-learning-udl. Acesso em 12 fev. 2021.

INEP. **Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa**. Disponível em: < http://inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/avaliacao-dos-cursos-de-graduacao/glossario>. Acesso em 22 set. 2021.

____. **Instrumentos de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância.** Disponível em: < http://inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em 22 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Resolução CONSUNI nº 5**, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 29**, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 97**, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

_____. **Resolução CONSUNI nº 253**, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-

atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 239,** de 25 de abril de 2019. Aprova o Regimento do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-239_2019-regimento-nude.pdf> Acesso em: 19 nov. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 240,** de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 260**, de 11 de novembro de 2019. Aprova as normas para ingresso no ensino de graduação na Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em 10 fev. 2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 294**, de 3 de novembro de 2020. Regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020-acompanhamento-de-egressos-certo.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021–Aprova as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf> Acesso em: 1º dez.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 329**, de 04 de novembro de 2021 – Aprova as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente Unipampa. Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_329_2021-nova-norma-estagios.pdf> Acesso em: 19 nov.2021.

_____. **Resolução CONSUNI nº 317,** de 29 de abril de 2021. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2021/05/res--317_2021-politica-de-extensao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2021.

_____**. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.** Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

No site DO Núcleo de PPCs, encontra-se uma lista com os pressupostos legais e normativos que pode ser consultada para inclusão das legislações no PPC.

APÊNDICES

APÊNDICE I – Regulamento das Atividades Curriculares de Extensão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE II – Regimento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE III – Regulamento da Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE IV – Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE V – Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso I do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE VI – Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio

APÊNDICE I – REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento visa normatizar as Atividades Curriculares de Extensão articuladas ao currículo do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio (CSTA), em consonância com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 317/2021.

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 3º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão propostas devem estar registradas na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 4º As Atividades Curriculares de Extensão devem ser previstas no PPC, estabelecendo o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, correspondente a 250 horas.

Art. 5º Para fins de inserção curricular, as ações de extensão universitária poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

§ 1º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 2º Os(As) acadêmicos(as) do CSTA deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o sétimo semestre

Art. 6º As Atividades Curriculares de Extensão deverão ser realizadas tendo em vista a seguinte distribuição: (i) 180 horas de Atividades Curriculares de Extensão

Vinculadas aos componentes curriculares obrigatórios intitulados Projeto Integrador de Extensão I, II e III, ofertados no segundo, quarto e sexto semestres do curso, respectivamente; (ii) 10 horas de Atividades Curriculares de Extensão Específicas, realizadas até o sétimo semestre por meio da participação de projetos de extensão e demais ações correspondentes, e; (iii) 60 horas de Atividades Curriculares de Extensão na modalidade UNIPAMPA Cidadã, que deverão ser realizadas ao longo do curso.

Art. 7º As Atividades Curriculares de Extensão constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão, correspondem a 10 % do total do curso.

Parágrafo único O Programa institucional UNIPAMPA Cidadã será ofertado como Atividade Curricular com carga horária total obrigatória de 60 horas.

CAPÍTULO III

DA SUPERVISÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Art. 8º A Comissão do Curso deverá indicar um docente para exercer a função de Supervisor(a) de Extensão com as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelo(a) acadêmico(a), de acordo com o PPC;

§ 2º Apresentar para os(as) acadêmicos(as) o programa “UNIPAMPA Cidadã” evidenciando o objetivo, relevância e forma de realização;

§ 3º Dar ciência e aprovar a proposta de trabalho comunitário que será realizado no Programa UNIPAMPA Cidadã, tendo em vista o início das atividades pelo(a) acadêmico(a);

§ 4º Validar as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e, no Programa UNIPAMPA Cidadã, também acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo(a) acadêmico(a), a partir dos documentos comprobatórios apresentados pelo(a) acadêmico(a) junto à Secretaria Acadêmica;

§ 5º Organizar a apresentação pública dos(as) acadêmicos(as) após a finalização das atividades do Programa UNIPAMPA Cidadã, conforme o art. 17;

§ 6º Emitir parecer favorável ou não à aprovação das atividades realizadas no

Programa UNIPAMPA Cidadã, após a avaliação da apresentação pública e dos documentos entregues pelo(a) acadêmico(a) conforme o art. 18;

§ 7º Sendo aprovada a atividade, encaminhar o relatório com o parecer à secretaria acadêmica, para registro da carga horária validada;

§ 8º Disponibilizar informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 10 Para o exercício das atribuições indicadas no art. 10, poderão ser alocadas 2(duas) horas semanais de trabalho (equivalente à 30 horas semestrais ou 2 créditos) a(o) Supervisor(a) de Extensão como atividade de ensino.

Art. 11. O(a) Supervisor(a) de Extensão do CSTA terá mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois (2) anos, desde que aprovado por Comissão de Curso.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO(A) ACADÊMICO(A)

Art. 12 Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 13 Os discentes poderão solicitar aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições;

§ 1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§ 2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 14 É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das Atividades Curriculares de Extensão junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido

no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 15 As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE NO PROGRAMA “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 16 Para participar do programa “UNIPAMPA Cidadã”, o(a) acadêmico(a) poderá escolher o local onde realizará as atividades do trabalho comunitário, dentre as instituições públicas, entidades filantrópicas, organizações ou associações da sociedade civil organizada que atuem junto a pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 1º O(a) acadêmico(a) deverá comunicar o(a) Supervisor(a) de Extensão o local escolhido, a carga horária, os períodos de trabalho e o tipo de trabalho comunitário que realizará.

§ 2º O horário e os períodos de realização do trabalho comunitário serão definidos de forma consensual entre o(a) acadêmico(a) e a entidade onde será realizada a atividade.

Art. 17 Após finalizadas as atividades do Programa UNIPAMPA Cidadã, os(as) acadêmicos(as) deverão fazer apresentação pública, organizada pelo(a) Supervisor(a) de Extensão, da atividade realizada em que devem abordar, no mínimo, os seguintes pontos:

I – História, características e importância da entidade onde realizaram a atividade;

II – Atividades desempenhadas pelo(a) acadêmico(a) na entidade demonstrando a metodologia, público alvo, efeitos e resultados das ações;

III – Importância desta ação para a formação profissional e humana do(a) acadêmico(a).

Art. 18 Para comprovação das atividades realizadas no programa “UNIPAMPA Cidadã”, o(a) discente deverá apresentar os seguintes documentos na Secretaria Acadêmica:

I. Certificação de participação da instituição onde foi realizada o trabalho, informando o tipo de atividade, a carga horária e o período de realização;

II. Apresentação de relatório.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19 O CSTA realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político-Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 20 Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

Art. 21 O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo CSTA.

Dom Pedrito, RS, setembro de 2024.

APÊNDICE II – REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO I
DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º. O presente Regimento regula e disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa – Campus Dom Pedrito.

Art.2º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão de coordenação didática responsável por acompanhar, avaliar e consolidar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, possuindo caráter consultivo e propositivo em sua esfera de decisão, segundo recomendações da Resolução CONAES Nº1 de 17 de junho de 2010.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa:

a) Contribuir para a consolidação, reformulação e adequação do Projeto Pedagógico do curso;
b) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso e os objetivos gerais do curso;
c) Contribuir com a (re)elaboração/(re)estruturação do currículo pleno do Curso e suas alterações, para aprovação pelos órgãos competentes;
d) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
e) Propor formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas às áreas de conhecimento do curso;
f) Propor a Comissão de Curso providências necessárias à melhoria qualitativa do ensino e supervisionar as formas de avaliação do Curso e dos componentes curriculares;

g) Sugerir questões de ordem didática, científica e administrativa necessárias ao desenvolvimento pleno do Curso;
h) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão;
i) Propor à Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio o perfil dos docentes para concurso.

CAPÍTULO III
CONSTITUIÇÃO DO NDE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído por um mínimo de 5 (cinco) professores e no máximo 10 (dez) professores pertencentes ao corpo docente do curso, eleitos pela Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio com um mandato de dois anos, com possibilidade de recondução, sendo orientado que seja mantido, pelo menos, 50% dos integrantes da composição original.

Art. 5º. O coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio é membro nato do NDE.

Art. 6º. O NDE será presidido por um docente eleito por seus pares, com mandato de 3 (três) anos, com possibilidade de recondução.

Art. 7º. Em caso de afastamento ou licença do Presidente do NDE será eleito entre os seus integrantes um Presidente Interino, por maioria dos votos dos seus pares.

Art. 8º - Os integrantes do NDE devem ter dedicação exclusiva na UNIPAMPA, possuir titulação acadêmica obtida em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* e 50% deles devem possuir título de Doutor.

CAPÍTULO VI
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art.9º. Compete ao Presidente do Núcleo Estruturante de Curso:
a) Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto;
b) Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
c) Encaminhar as resoluções e deliberações do NDE para a Comissão de Curso;
d) Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e o

integrante do NDE responsável pela elaboração das atas;

CAPÍTULO VII
DAS REUNIÕES

Art.10º. O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio reunir-se-á ordinariamente, por convocação de seu presidente, pelo menos duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Presidente, com disponibilização da pauta a ser discutida, mediante aviso expedido pelo menos 72 (setenta e duas) horas antes da hora marcada para o início da reunião, em caso de reunião ordinária; se reunião extraordinária, o prazo estabelecido será de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º - O quórum mínimo para o funcionamento do NDE será de 75 % dos seus integrantes.

§ 3º - As decisões do Núcleo serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art 11º. Das reuniões será lavrada ata circunstanciada que, depois de lida e aprovada será assinada pelos membros presentes na reunião.

CAPÍTULO VIII
DOS ENCAMINHAMENTOS

Art 13º. As consultas e proposições do NDE serão encaminhadas para deliberação da Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio e, posteriormente a demais órgãos e comissões superiores da Instituição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 14º. Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 15º. O presente Regimento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa.

Dom Pedrito/RS, janeiro de 2023.

APÊNDICE III – REGULAMENTO DA COMISSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

SEÇÃO I

REUNIÕES DE COMISSÃO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO – CAMPUS DOM PEDRITO

Art.1º. A partir do início do funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio (CSTA) ocorrerá, de forma periódica, a realização das reuniões de comissão de curso – com caráter ordinário e extraordinário.

Art.2º. A estrutura de composição e funcionamento da Comissão de Curso se baseia na resolução nº5/2010 da UNIPAMPA. A Comissão de Curso se reunirá, em Sessão Ordinária, uma vez ao mês ou, em Sessão Extraordinária, a qualquer tempo, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) de seus membros. Não havendo pautas para a Sessão ordinária, a convocação não será realizada.

Art.3º. A convocação para as Sessões ordinárias e extraordinárias da Comissão de Curso será feita pelo Coordenador do Curso/Coordenador em Exercício ou por metade mais um de seus membros, quando houver recusa explícita do Coordenador do Curso em convocá-la.

Art.4º. A convocação para a Sessão Ordinária será feita com antecedência mínima 48 (quarenta e oito) horas. Em caso de Sessão Extraordinária, o prazo de convocação poderá ser reduzido, podendo ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

Art.5º A convocação será feita por escrito, através de correio eletrônico, devendo indicar a pauta dos assuntos a serem tratados e devendo ser acompanhada dos documentos a serem analisados.

Art.6º. O comparecimento às reuniões da Comissão de Curso é obrigatório e prioritário, vedada qualquer forma de representação.

Art.7º. A ausência de um membro da Comissão de Curso deverá ser documentada (de forma impressa ou digital), com no mínimo vinte e quatro horas (24h) de antecedência para reuniões ordinárias e doze horas (12h) de antecedência para reuniões extraordinárias.

Art.8º. Os casos omissos serão discutidos pela Comissão de Curso e, diante da limitação deste, serão encaminhados à Coordenação Acadêmica e, em última instância, para o Conselho de Campus, de acordo com o Regimento de Campus e, na falta deste, o que dispõe o Regimento Geral da Universidade.

Art.9º. Perderá o mandato o membro da Comissão de Curso (discente e técnico, que faltar a mais de duas (2) reuniões consecutivas ou a quatro (4) reuniões alternadas no período de um semestre letivo, sem justificativa.

Art. 10º. As justificativas para ausência nas reuniões deverão ser detalhadamente apresentadas, podendo o Coordenador de Curso solicitar prova documental para apreciação das mesmas.

Parágrafo único. As justificativas serão analisadas pelo Coordenador de Curso, que poderá, se necessário, solicitar avaliação à Comissão do Curso do CSTA.

Art.11º. O voto é de natureza comum para todos os membros da Comissão de Curso, com exceção para o Coordenador do Curso, que além do direito ao voto comum tem direito ao voto de qualidade. Art.11º. As deliberações serão aceitas a partir da aprovação de metade mais um (1) dos votos da Comissão de Curso.

Art.12º. As reuniões da Comissão de Curso serão públicas, porém os expectadores só terão direito a se pronunciar se forem autorizados pelo Coordenador do Curso, ou pela maioria simples dos membros da Comissão presentes na reunião, sendo o voto restrito aos membros efetivos da Comissão de Curso.

SEÇÃO II
DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE CURSO

Art.13º. A Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do PPC, envolve discussão de temas relacionados ao Curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas.

Art.14º. A composição da Comissão de Curso inclui o Coordenador de Curso, os docentes que atuam ou atuaram no Curso em atividades curriculares nos últimos 12 meses, um representante discente, com mandato de um ano, e um representante dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, com mandato

de dois anos, ambos eleitos por seus pares, sendo permitida a recondução de seus mandatos.

Art.15º. A Comissão do CSTA será presidida pelo Coordenador do respectivo Curso e apresenta como competências:

i) avaliar e aprovar o Projeto Pedagógico de Curso, bem como o respectivo currículo e suas alterações, propostos pelo Núcleo Docente Estruturante e encaminhar à apreciação às demais instâncias da UNIPAMPA;

ii) analisar e integrar as ementas dos componentes curriculares ao Projeto Pedagógico de Curso;

iii) propor formas para articular o ensino, pesquisa e extensão como bases do desenvolvimento dos componentes curriculares do Curso;

iv) homologar a oferta de componentes curriculares por semestre, para viabilizar as matrículas;

v) analisar e aprovar os Planos de Ensino dos componentes curriculares ofertados a cada semestre, bem como propor alterações/revisões para os Planos que não estiverem adequados;

vi) dimensionar as ações pedagógicas à luz da missão da Universidade, das metas do Campus e indicativos fornecidos pela avaliação institucional e pelos sistemas de avaliação do ensino estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC;

vii) planejar e avaliar ações pedagógicas, inclusive aquelas propostas para o aperfeiçoamento do ensino;

viii) promover a identificação e interdisciplinaridade com os demais Cursos do Campus e da UNIPAMPA;

ix) apresentar e analisar proposta para aquisição de material bibliográfico e de apoio didático pedagógico;

x) contribuir para a proposição de regras, regulamentos, regimentos inerentes a sua esfera de atuação;

xi) servir como órgão consultivo para as decisões da Coordenação de Curso;

xii) analisar e dar parecer em pedidos de recurso sobre decisões tomadas pelo

Coordenador de Curso que representam;

xiii) responder às demandas legais que forem de sua competência, tal como a elaboração do processo de reconhecimento e de avaliação do Curso;

xiv) exercer as demais atribuições que lhe forem previstas no Estatuto e no Regimento da Universidade e no Regimento do Campus Dom Pedrito, ou designadas pela Coordenação Acadêmica, Direção ou Conselho do Campus.

SEÇÃO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 16º. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Curso ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art 17º. O presente Regimento entra em vigor após aprovação pela Comissão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa.

Dom Pedrito/RS, janeiro de 2023.

APÊNDICE IV – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio do Campus Dom Pedrito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) será regido por este Regimento.

CAPÍTULO II
DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O TCC será realizado individualmente e a partir do sexto semestre do curso, compreendendo oito créditos, com carga horária correspondente 120 horas, distribuídos nos seguintes componentes curriculares:

I –TCC I – etapa de projeto, a ser realizado no componente curricular obrigatório denominado Trabalho de Conclusão de Curso I, correspondendo a 60 horas e ofertado no sexto semestre de curso.

II – TCC II – etapa de desenvolvimento e conclusão, a ser realizado no componente curricular denominado Trabalho de Conclusão de Curso II, correspondendo a 60 horas e ofertado no sétimo semestre de curso.

SEÇÃO II
DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

I – propiciar aos estudantes o estímulo à produção científica e/ou a extensão;

II – desenvolver nos estudantes a capacidade de planejar e implementar ações de pesquisa e/ou extensão características das áreas de sua formação específica dentro do CSTA;

III – despertar o interesse pela pesquisa e inovação, e ou extensão como meio para a resolução de problemas;

IV – desenvolver a habilidade de redação e apresentação de trabalhos acadêmicos

e de artigos científicos;
V – desenvolver nos alunos a habilidade de expressar-se oralmente em público;
VI – subsidiar o processo de ensino, contribuindo para realimentação dos conteúdos programáticos dos componentes curriculares integrantes do currículo.

SEÇÃO III
DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º A realização do TCC, obrigatória a todos os estudantes do CSTA, seguirá, basicamente, em duas etapas:
I – Cursar o componente de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) para:
a) Definir o professor orientador, o tema e a modalidade do TCC:
§ 1º O orientador deve ser professor do quadro funcional da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito;
§ 2º Orientadores com outras formações e de outros Campi da UNIPAMPA somente serão aceitos mediante aprovação da Comissão de Curso do CSTA;
b) Elaborar o projeto de TCC que poderá contemplar a realização de uma pesquisa científica, um estágio de vivência no agronegócio ou um projeto de desenvolvimento rural.

Parágrafo único: Os projetos de pesquisa devem seguir as normas da ABNT e contemplar os seguintes elementos: Título; Resumo; Palavras-Chave (mínimo de três); Introdução e justificativa; Objetivos gerais e específicos; Revisão bibliográfica; Procedimentos metodológicos; Resultados esperados; Cronograma de execução; Orçamento simplificado e referências bibliográficas.
Os projetos de desenvolvimento rural devem contemplar os seguintes aspectos: Nome do projeto; Instituições e pessoas envolvidas; Equipe responsável. A estrutura deve conter introdução, contexto do projeto, justificativa, objetivos, resultados esperados, metodologia de execução, dentre outros itens que forem acordados com o orientador.
Os projetos de relatório de estágio de vivência no agronegócio devem conter as informações do local de estágio, os objetivos, as ações a serem realizadas e as metas a serem alcançadas.
II. Cursar o componente de Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) para:

a) Execução do projeto de TCC definido no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I;

b) Elaborar e entregar versão final escrita do TCC, de acordo com a modalidade escolhida;

c) Defender o trabalho realizado em banca pública:

§ 1º O trabalho será defendido perante uma banca avaliadora, constituída pelo docente orientador e convidados, em data a ser fixada no cronograma do componente curricular TCC.

Art. 5º O acadêmico deverá comunicar ao professor do componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I o tema de seu trabalho, acordado com seu orientador, e o nome do professor orientador por meio de formulário próprio observando o prazo estipulado no cronograma do referido componente curricular.

Art. 6º O acompanhamento do processo de elaboração de projeto e execução do TCC será realizado pelos professores dos respectivos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II, bem como pelo professor orientador.

Art. 7º São atribuições dos professores responsáveis pelos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II:

I – Realizar encontros com os acadêmicos a fim de esclarecer os procedimentos e normas dos TCC;

II – Orientar os acadêmicos quanto à escolha de temas para a realização do TCC e adequá-las ao quadro de orientadores da UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito;

III – Estabelecer e divulgar o cronograma do componente curricular;

IV – Administrar os trâmites burocráticos relacionados ao TCC, tais como: enviar e receber documentos, definir em conjunto com o orientador as bancas avaliadoras, organizar cronogramas de defesas, supervisionar o trabalho desenvolvido pela banca examinadora e coletar os respectivos pareceres e notas, gerenciar o fechamento de presenças e notas finais, dentre outras atividades;

V – Exigir dos estudantes a entrega dos materiais nas datas estabelecidas;

VI – Organizar, junto com o professor orientador e o estudante, a banca avaliadora do TCC;

VII – Receber as cópias do TCC desenvolvido e encaminhar aos respectivos membros das bancas avaliadoras;
VIII – Recolher e orientar os acadêmicos quanto à entrega das cópias impressa e eletrônica dos TCCs aprovados à biblioteca da UNIPAMPA.
IX – Acompanhar as bancas de avaliação dos TCCs.

Art. 8º São atribuições do professor orientador de TCC:
I – Determinar o tema de trabalho do acadêmico(a)
II - Auxiliar o orientando na construção do projeto de TCC;
III – Atender o orientando nos dias e horários estipulados;
IV – Ler e corrigir os textos elaborados por seus orientandos;
V – Verificar a ocorrência de plágio nos trabalhos por ele orientado;
VI – Controlar a frequência dos acadêmicos sob sua orientação por meio de instrumento próprio;
VII – Organizar a banca avaliadora em conjunto com o professor responsável pelo componente curricular TCC;
VIII – Determinar se o trabalho possui qualidade para avaliação pela banca examinadora;
IX – Encaminhar o trabalho à banca examinadora escolhida.

Art. 9º São responsabilidades do estudante:
I – Elaborar, em conjunto com o professor orientador, e executar o projeto de TCC;
II - Comparecer aos encontros previstos no cronograma do componente curricular proposto pelo professor responsável;
III – Frequentar os encontros de orientação;
IV – Seguir rigorosamente todas as atividades indicadas pelo professor orientador e responsável pelo componente curricular;
V – Elaborar o trabalho de acordo com as normas de metodologia vigentes neste regulamento;
VI – Cumprir as datas de entrega do projeto e defesa, conforme estipulado pelo cronograma do componente curricular e pelo Professor orientador;
VII – Ao entregar qualquer material, fazê-lo sempre com anuência de seu orientador;

VIII – Defender seu trabalho perante a banca avaliadora.

SEÇÃO IV
DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 10º No componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso I a avaliação do projeto de TCC, pelo professor responsável e banca examinadora, será realizada da seguinte maneira:

I – Avaliação da versão final do projeto que deverá ser entregue no prazo estabelecido pelo plano de ensino do componente curricular.

II – Avaliação da performance da apresentação e arguição do(a) aluno(a).

III – Cada um dos integrantes da banca fará a sua avaliação do trabalho escrito, apresentação e arguição a partir dos critérios estabelecidos no componente curricular, cuja média aritmética será registrada em ata contendo a aprovação ou não do trabalho, bem como as recomendações necessárias.

Art. 11º No componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II a avaliação e os procedimentos da banca examinadora são descritos abaixo:

I – Avaliação da versão final do artigo/monografia que deverá ser entregue no prazo estabelecido pelo plano de ensino do componente curricular.

II – Avaliação da performance da apresentação e arguição do(a) aluno(a).

III – Cada um dos integrantes da banca fará a sua avaliação do trabalho escrito, apresentação e arguição a partir dos critérios estabelecidos no componente curricular, cuja média aritmética será registrada em ata contendo a aprovação ou não do trabalho, bem como as recomendações necessárias.

Art. 13 Se aprovado, o estudante deverá entregar a versão final do TCC contendo as correções e sugestões da banca avaliadora e a folha de aprovação assinada pelos membros da banca examinadora, encadernada conforme a normatização da biblioteca da UNIPAMPA, bem como sua versão eletrônica em PDF em um CD-ROM ao professor responsável pelo componente curricular, no prazo máximo de quinze (15) dias depois da defesa.

§ 1º. Antes da entrega da versão final escrita do TCC, o estudante deve submetê-lo à apreciação do orientador, o qual deverá verificar se o documento incorpora as

sugestões e correções apontadas pela banca avaliadora.
§ 2º. A validação dos créditos deste componente curricular fica condicionada a entrega da versão escrita final do TCC corrigido contendo a versão final no formato PDF ao professor responsável pelo componente curricular.
§ 3º. Em eventual submissão dos resultados do trabalho, na forma de artigo/trabalho completo/resumo científico, a um periódico científico indexado e/ou evento(s) acadêmico(s), a autoria/conjunto de autores/ordem de autores do trabalho ficará a cargo da avaliação e determinação do professor orientador.

Art. 14 O estudante será reprovado nas seguintes situações:
I – Não entregar uma cópia de seu projeto de TCC, na data determinada no plano de ensino do componente curricular TCC II;
II – Não entregar a versão final do TCC encadernado conforme normas da biblioteca da UNIPAMPA e do CD-ROM contendo uma versão em PDF do TCC no componente curricular TCC II;
III – Obtiver nota final inferior a 6,0 (seis), como média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca quando da correção do trabalho escrito e defesa do TCC;
V – Ficar comprovado plágio e/ou que o TCC não tenha sido elaborado e executado pelo próprio estudante. Parágrafo único: caso seja comprovado indícios de irregularidade na formulação do TCC, o aluno deverá responder processo administrativo disciplinar de acordo com o preconizado no Regimento da UNIPAMPA.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 Os casos omissos neste Regulamento serão decididos pela Comissão de Curso do CSTA, UNIPAMPA – Dom Pedrito.
Art. 16 Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação.

Dom Pedrito, setembro de 2024.

APÊNDICE V – FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

DPA 6235 – Trabalho de Conclusão de Curso I

ACADÊMICO:

ORIENTADOR:

TÍTULO DO TRABALHO:

AVALIADOR

DATA E HORA:

AVALIAÇÃO DA PARTE ESCRITA (Peso = 7,0)	**NOTA**:
1. Relevância do assunto abordado (1,0)	
2. Clareza na definição do problema de pesquisa e os objetivos (1,0)	
3. Adequação da metodologia aos objetivos (1,0)	
4. Adequação do referencial teórico (2,0)	
5. Clareza na escrita e ortografia satisfatória (1,0)	
6. Adequação da formatação do projeto às normas da UNIPAMPA (1,0)	
SUBTOTAL ESCRITA	
EXPOSIÇÃO ORAL (Peso = 3,0)	**NOTA:**
1. Clareza e capacidade de síntese da exposição 1,0)	
2. Domínio do tema na exposição (1,0)	
3. Domínio do tema nos questionamentos (1,0)	
SUBTOTAL ORAL	

NOTA FINAL: _____

OBSERVAÇÕES

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____
Assinatura do Avaliador

APÊNDICE VI – FICHA DE AVALIAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

DPA 7236 – Trabalho de Conclusão de Curso II

ACADÊMICO:

ORIENTADOR:

TÍTULO DO TRABALHO:

AVALIADOR

DATA E HORA:

AVALIAÇÃO DA PARTE ESCRITA (Peso = 7,0)	**NOTA**:
1. Relevância do assunto abordado (0,5)	
2. Clareza na definição do problema de pesquisa e os objetivos (0,5)	
3. Adequação da metodologia aos objetivos (1,0)	
4. Adequação do referencial teórico (1,0)	
5. Clareza na escrita e ortografia satisfatória (1,0)	
6. Apresentação de resultados compatíveis com a teoria, metodologia e objetivos trabalho (2,0)	
7. Adequação da formatação do projeto às normas da UNIPAMPA (1,0)	
SUBTOTAL ESCRITA	

EXPOSIÇÃO ORAL (Peso = 3,0)	**NOTA:**
1. Clareza e capacidade de síntese da exposição (1,0)	
2. Domínio do tema na exposição (1,0)	
3. Domínio do tema nos questionamentos (1,0)	
SUBTOTAL ORAL	

NOTA FINAL: _____

OBSERVAÇÕES

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____
Assinatura do Avaliador

ANEXO I – TRECHO DAS NORMAS ACADÊMICAS DA UNIPAMPA SOBRE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 29, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas.

Art. 51 As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

TÍTULO IX
DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO

Art. 103 Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como atividade desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente.

Art. 104 As atividades complementares classificam-se em 4 (quatro) grupos:

I. Grupo I: Atividades de Ensino;

II. Grupo II: Atividades de Pesquisa;

III. Grupo III: Atividades de Extensão;

IV. Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão.

Art. 105 Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos I, II e IV previstos no artigo 104.

Art. 106 As atividades do GRUPO I – Atividades de Ensino – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. componente curricular de graduação, desde que aprovado pela Comissão do Curso;

II. cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso;
III. monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA;
IV. participação em projetos de ensino;
V. estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino;
VI. organização de eventos de ensino;
VII. participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 107 As atividades do GRUPO II – Atividades de Pesquisa – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal; II. publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;

III. participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros;

IV. estágios ou práticas não obrigatórias em atividades de pesquisa.

Art. 108 As atividades do GRUPO III – Atividades de Extensão – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico;

II. estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão;

III. organização e/ou participação em eventos de extensão;

IV. publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;

V. participação na condição de conferencista, ou painelista, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.

Art. 109 As atividades do GRUPO IV – Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de

Gestão - incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

I. organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;

II. participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico;

III. premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura;

IV. representação discente em órgãos colegiados;

V. representação discente em diretórios acadêmicos;

VI. participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica;

VII. participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Art. 110 Os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas ACG são definidos pela Comissão de Curso, considerando o perfil do egresso definido em seu PPC.

Art. 111 É de responsabilidade do discente solicitar, na Secretaria Acadêmica, no período informado no Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, o aproveitamento das atividades complementares realizadas.

I. o discente deve anexar ao seu requerimento cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo discente e pelo técnico-administrativo, onde estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 112 Cabe à Coordenação de Curso de Graduação validar ou não o aproveitamento da ACG requerida pelo discente, de acordo com documentos comprobatórios e os critérios estabelecidos pela Comissão de Curso.

Art. 113 Fica a cargo da Secretaria Acadêmica o registro do aproveitamento da ACG no Histórico Escolar do discente conforme deferido pela Coordenação do Curso, respeitando os prazos estabelecidos.

Art. 114 As atividades complementares somente são analisadas se realizadas nos

períodos enquanto o discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

Art. 115 Os casos omissos são apreciados e deliberados pela Comissão de Curso.

ANEXO II – MODELO DE RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO

* MODELO DE RELATÓRIO – “UNIPAMPA CIDADÃ”

UNIPAMPA CIDADÃ **Relatório**
Nome:
Matrícula:
Curso de Graduação: Campus:
Data de entrega:
Assinatura:
INSTITUIÇÃO - ação foi realizada
Nome:
Endereço:
Cidade / Estado:
Responsável pela Instituição:
Assinatura do Responsável pela Instituição:
AÇÃO COMUNITÁRIA
Período de realização:
Carga Horária Total:
Periodicidade:
Público da ação:
Número de pessoas alcançadas pela ação:
Descrição do trabalho realizado:
REFLEXÕES SOBRE O “UNIPAMPA CIDADÃ”
Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.
AVALIAÇÃO DO SUPERVISOR DE EXTENSÃO
Considerações:
Resultado: ( ) Aprovado ( ) Não aprovado
Supervisor de Extensão – Nome: Assinatura: